VERA ALVES CEPÊDA
THIAGO MAZUCATO
(ORGs.)

# Florestan Fernandes

## 20 ANOS DEPOIS

UM EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

# Florestan Fernandes

## 20 ANOS DEPOIS

### UM EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

VERA ALVES CEPÊDA
THIAGO MAZUCATO
(ORGs.)

# Florestan Fernandes

## 20 ANOS DEPOIS

### UM EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

# Sumário

# Apresentação

Abordar a obra e o pensamento de Florestan Fernandes é uma tarefa de envergadura que exige fôlego intelectual. Pesa nessa empreitada a extensão temporal da produção intelectual do autor, sua importância na consolidação do método para as investigações da ciência social (recepcionando no contexto nacional as grandes escolas internacionais), suas elaborações sobre a trajetória social e política brasileira e sua importância pessoal no grupo dos grandes pensadores brasileiros, bem como sua participação efetiva no processo político a partir da década de 1980. Muitas pesquisas e trabalhos foram produzidos nas últimas décadas sobre a obra de Florestan, seu marco teórico, sua relevância para a institucionalização das ciências sociais, seu papel de intelectual público e também enquanto ator político. Neste livro, organizado para lembrar os 20 anos de sua morte, apresentamos algumas dessas contribuições investigativas sobre a obra, o homem e o legado de Florestan. Este livro constitui-se numa tentativa de elaborar uma contribuição para o conjunto de estudos e pesquisas, principalmente em *pensamento político e social brasileiro*, sobre este importante autor.

A gênese deste livro tem um percurso original, somando leitos que desaguaram na proposta de publicação. O primeiro ponto é a presença na Universidade Federal de São Carlos do acervo de Florestan Fernandes, como coleção especial da Biblioteca Comunitária-BCO, com manutenção completa de sua biblioteca no formato original e preservação de toda a marginália de anotações e comentários produzidos pelo autor no tratamento dessa bibliografia. Um segundo ponto, é a forte presença do debate sobre a obra de Florestan e sobre o contexto político e social de sua laboração desenvolvidas pelo *Grupo de Pesquisa "Ideias, Intelectuais e Instituições"* (CNPq), vinculado à linha de pesquisa Teoria e Pensamento Político do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar (PPGPol/UFSCar). Neste grupo, as tarefas da

*intelligentsia*, as interpretações sobre a formação do Brasil, a aposta do desenvolvimento e seus limites, e o papel das instituições democráticas em situação de subdesenvolvimento, obrigatoriamente perpassa pela pesquisa e reflexão sobre o importante legado florestaniano.

Por último, e não menos importante, ressaltamos o interesse despertado no curso de graduação em Ciências Sociais, que levou os estudantes a darem o nome do autor à revista por eles organizada e publicada – *Revista Florestan* (Revista da graduação em Ciências Sociais da UFSCar) – cujo primeiro número foi exatamente o dossiê temático sobre a personalidade que empresta seu nome à publicação, abordando aspectos de sua trajetória e de sua produção intelectual, quer no campo das contribuições à Sociologia, à Ciência Política e à Antropologia. Da motivação dos alunos surgiu também a conferência de abertura da XII Semana de Ciências Sociais da UFSCar (2014), proferida pelo Prof. Dr. Gabriel Cohn, intitulada *Florestan Fernandes: grandes dilemas, grandes interpretações*, e a conferência de abertura da XIII Semana de Ciências Sociais da UFSCar (2015), proferida pelo Prof. Dr. Bernardo Ricupero, com o título *Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil* (no âmbito da lembrança dos 20 anos de falecimento de Florestan Fernandes).

A somatória desses percursos resultou na ideia de publicação deste livro, apanhado de vários trabalhos sobre o autor. São nove textos, abordando diversas facetas do legado intelectual de Florestan Fernandes. Agradecemos, e muito, aos autores que aceitaram dividir conosco esta empreitada e que ficaram mais animados pela perspectiva da publicação ser de circulação livre.

O primeiro capítulo, intitulado *Florestan Fernandes, um sociólogo socialista*, é de autoria de Heloísa Fernandes, socióloga e filha de Florestan. Este material já fora republicado no primeiro número da *Revista Florestan*, em 2014, todavia, dada a sua importância e expressividade, a professora Heloísa Fernandes nos autorizou a reproduzi-lo nesta publicação. Além de constituir-se num importante relato da trajetória intelectual e política de Florestan Fernandes, este "*depoimento forte*" de Heloísa nos apresenta importantes aspectos subjetivos que marcaram não somente a obra, mas também a vida de Florestan.

No capítulo seguinte, intitulado *Florestan Fernandes – grandes problemas, grandes interlocutores*, o autor, Gabriel Cohn, nos fornece uma série de pistas para compreendermos as opções intelectuais de Florestan Fernandes, de quem ele próprio fora aluno. Uma aproximação entre a academia e a socieda-

de, entre teoria e praxis, ou ainda, entre ciência e política, são traços marcantes da obra de Florestan apontados por Cohn neste texto.

Em seguida temos o capítulo intitulado *Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil*, de autoria de Bernardo Ricupero. Não apenas aspectos relevantes da obra e da trajetória de Florestan são apontados, como também elementos imprescindíveis do debate intelectual brasileiro, que podem ser observados principalmente numa perspectiva comparada quando se analisa os temas e problemas levantados por Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, dentre outros.

No quarto capítulo, intitulado *Ciência, intelligentsia e democracia no centro e na periferia: o diálogo teórico de Karl Mannheim e Florestan Fernandes*, de autoria de Vera Alves Cepêda e Thiago Mazucato, os autores apresentam uma análise cujo enfoque é a recepção e circulação de ideias, utilizando-se de um caso bastante expressivo e reconhecido no *pensamento político e social brasileiro*: a recepção, os usos e ressignificações que Florestan Fernandes promove, no cenário intelectual brasileiro, de autores clássicos europeus e norte-americanos, com destaque para o húngaro-alemão Karl Mannheim. Os autores situam esta recepção dentro do repertório da época, destacando o peso que a situação de subdesenvolvimento impactou no diálogo com as teses mannheimianas – quer na sua Sociologia do Conhecimento, quer na função social da ciência e papel dos intelectuais, quer na questão dos controles democráticos em momentos de planejamento.

No capítulo seguinte os autores Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson discutem, em uma perspectiva comparada, a trajetória de *Florestan Fernandes no espelho de Gino Germani*. O cenário intelectual e político brasileiro e argentino são colocados em discussão, onde podemos observar, dentre tantas outras coisas, que no movimento de institucionalização das Ciências Sociais – cujas figuras expressivas foram Gino Germani na Argentina e Florestan Fernandes no Brasil – houve uma recepção de autores clássicos que contribuiu para delimitar o campo das ciências sociais nestes países, assim como para dar forma a um projeto moderno de ciências sociais a ser praticado na academia.

A seguir, no capítulo *Padrão e Salvação – o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos*, o autor Edison Bariani discute um importante momento da consolidação e legitimação das Ciências Sociais no Brasil, em que duas tradições intelectuais se enfrentavam – grosso modo, uma tradição paulista, encabeçada por Florestan Fernandes, e uma tradição carioca, liderada por

Guerreiro Ramos – para estabelecer os padrões científicos e as fronteiras entre ciência e política.

Temos então, no capítulo intitulado *A Sociologia como artesanato intelectual*, de autoria de Diogo Valença de Azevedo Costa, uma continuidade no tratamento das discussões realizadas nos capítulos anteriores, aproximando a perspectiva da recepção e circulação de ideias com a da consolidação e legitimação das Ciências sociais no Brasil. O autor procede a esta análise através do diálogo teórico entre Florestan Fernandes e Wright Mills principalmente através do conceito de *artesanato intelectual*.

Encerrando os capítulos analíticos da obra de Florestan Fernandes, Aristeu Portela Júnior e Eliane Soares Veras discutem em *Dilema racial, nação e "brasilidade"* um aspecto da obra de Florestan Fernandes que provavelmente fora o mais relevante em sua trajetória intelectual, contribuindo, já na década de 1950, para alavancar a sua carreira de sociólogo: trata-se de seus estudos sobre a questão racial no Brasil.

Por fim, pulicamos o trabalho de Claudia de Moraes Barros de Oliveira e Lívia e Lima Reis intitulado *O Acervo Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFSCar*. Neste texto as autoras, responsáveis no momento pela preservação e manuseio do acervo, nos oferecem a descrição da história de obtenção e organização do acervo, apresentando a síntese e natureza do variado material ali presente: os livros da biblioteca pessoal de Florestan, milhares de fichamentos realizados pelo autor sobre as obras lidas e trabalhadas ao longo de sua própria produção intelectual, as cartas, objetos pessoais, os prêmios recebidos, entre outros itens de interesse de biógrafos e pesquisadores da obra e do intelectual.

Na produção e publicação deste livro pudemos contar com o auxílio e apoio de vários parceiros. Gostaríamos de agradecer o apoio imprescindível de cada um dos autores que colaboraram para realização desta coletânea, e em especial à Revista Sociologia e Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e à *Revista Florestan – Graduação em Ciências Sociais*, da Universidade Federal de São Carlos, por autorizarem a reprodução de dois importantes textos deste livro (respectivamente, os capítulos *Florestan Fernandes no Espelho de Gino Germani e Florestan Fernandes, um sociólogo socialista*). Agradecemos também o apoio do DeCORE (Departamento de Coleções e Obras Raras e Especiais), da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos,

que não somente colaborou com um dos capítulos que compõem a presente publicação, como também pelo trabalho de coleta e seleção de materiais para o referido capítulo. Ao *Centro Internacional Celso Furtado* somos profundamente gratos pela disposição em hospedar a versão eletrônica deste livro em seu site, permitindo assim o acesso livre, gratuito e democrático de todos aqueles interessados no tema.

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

# Florestan Fernandes, um sociólogo socialista

*Heloísa Fernandes*[1]

## Panorama da vida e da obra

Florestan Fernandes e sociologia são como duas faces da mesma moeda. Ele trabalhou arduamente para a construção da sociologia moderna no Brasil e ela deu reconhecimento e projeção à sua existência. Nenhum teria sido o mesmo sem o outro e até parece que estavam mutuamente predestinados.

Não por acaso, em 2005, aos dez anos da sua morte, seu nome foi indicado para patrono da sociologia no Brasil. De fato, Florestan deixou mais de quarenta livros publicados, sobre os mais diversos temas, muitos deles considerados clássicos da sociologia. Dessa obra imensa, já se disse que ela funda uma nova interpretação do Brasil (Ianni, 1986); cria uma interpretação brasileira da sociologia (Martins, 1998); constrói uma perspectiva de análise especificamente sociológica (Cohn, 1987); apresenta uma linguagem comprome-

1 Doutora e Livre-Docente em Sociologia, professora da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, e professora aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Uma versão modificada deste texto encontra-se na "Apresentação" à antologia que organizei sobre Florestan Fernandes, *Dominación y Desigualdad, el dilema social latinoamericano*, Clacso e Siglo del Hombre Editores, Colômbia, 2008. Agradeço ao saudoso Carlos Nelson Coutinho o convite para que o texto fosse publicado como *Apresentação* à edição do *Brasil: Em Compasso de Espera*, de Florestan Fernandes, Editora UFRJ, 2011. É com muito orgulho e satisfação que ofereço aos leitores da *Revista Florestan* da graduação em Ciências Sociais da UFSCar. O trabalho é dedicado a João Pedro Stédile pois foi graças ao seu incentivo que eu aceitei o desafio de apresentar a obra de um autor tão complexo que, além do mais, é meu pai. Este capítulo encontra-se na *Revista Florestan – Graduação em Ciências Sociais da UFSCar*, v. 01, n. 01, 2014, e sua reprodução aqui foi autorizada pela mesma.

tida com o rigor teórico e metodológico (Cardoso, F.H., 1987); e que, "sem referência à sua obra, é impossível entender o Brasil contemporâneo com a mesma agudeza e precisão" (Martins, 1998: 23). Como fazem os fundadores, Florestan inventou uma matriz de interpretação, fundou um estilo de trabalho e exerceu seu ofício como uma vocação ou, até mesmo, como uma missão. Com a generosidade dos sábios, Antonio Candido, seu grande amigo, afirma que a integridade extraordinária e a consciência intelectual e política fazem de Florestan "o homem mais eminente da minha geração" (2001: 32).

A grandeza do homem e da obra desafia quem pretenda apresentá-los. Não penso e nem quero. Prefiro pegar um único fio e seguir adiante. Encontrei quem dissesse uma verdade singela, mas profunda: que se trata de uma *obra na primeira pessoa*, escrita e pensada com fortes marcas autobiográficas (Freitas, 1997). De fato, o próprio Florestan afirmou que "iniciei minha aprendizagem aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto", "eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi através das duras lições de vida" (Fernandes, F., 1977: 142). Sua experiência de mundo começou a ser tecida nessa infância que ele praticamente não teve.

Nasceu na cidade de São Paulo, em julho de 1920, quando a cidade, graças à riqueza propiciada pela exportação de café, iniciava seu processo de urbanização. É filho natural de Maria Fernandes, uma camponesa analfabeta.[2] No final do século XIX, ainda menina, ela havia emigrado, com a família, da zona rural do Minho, em Portugal, para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo e nunca esqueceu a fartura dos sacos de arroz, feijão, milho e batata com os quais eram recebidos os colonos imigrantes, que vinham substituir os negros, recém-libertos da escravidão e condenados ao mais cruel abandono.[3]

Florestan nasceu na casa de uma família abastada, na qual sua mãe, recém-chegada do campo, trabalhava como empregada doméstica. Os patrões

2 Como deputado da Assembléia Nacional Constituinte de 1986, Florestan propôs a emenda que garante a igualdade de direitos e proíbe qualquer discriminação dos filhos adotivos ou nascidos fora do casamento (Soares, 1997:111).

3 Lançado ao trabalho livre sem que Estado, Igreja ou qualquer instituição assumisse alguma responsabilidade por sua manutenção e segurança, o liberto foi convertido em senhor de si mesmo, responsável por sua pessoa e pelos seus descendentes, despojado dos meios materiais e morais para realizar essa proeza, razões pelas quais a Abolição adquiriu o caráter da mais extrema espoliação e de uma atroz ironia (Fernandes, F.,1965: 1).

foram seus padrinhos de batismo e, graças a estes acasos que marcam alguns destinos, o menino conheceu o estilo de vida da elite urbana, onde a patroa falava francês e tocava piano. Como muitas crianças negras desta mesma época, também Florestan foi uma "*cria da casa*" das famílias brancas da elite paulistana dos inícios do século XX e passou pela mesma experiência de socialização do paternalismo branco que ele próprio descreveria com tanta sensibilidade, afirmando que ela é uma experiência que afeta o horizonte cultural dessas crianças, gerando nelas o anseio de "ser gente", o que explicaria porque recusam aceitar "tratamento indigno" e a sua "ânsia incontida de melhorar de vida, de querer subir, aceitando todos os sacrifícios para a melhoria da sua educação na crença de que seus esforços serão recompensados"; um sonho de ascensão cujo preço é "ter de aceitar friamente o mundo em que vivemos, como ele é (...) deixando para o futuro remoto a transformação da mentalidade dos 'brancos' ou da ordem social", pois a luta insana para sair individualmente "do fundo do poço" onde se encontram exige que desistam de qualquer "tentativa de modificar estruturalmente a situação coletiva" (Fernandes, F., 1965, v. 2: 139).

Mas Florestan foi *cria da casa* pouco tempo. Quando sua mãe deixa o emprego para tentar a vida de modo autônomo, lavando roupa para fora, Florestan começa a viver em cortiços, em porões e em quartos alugados. É quando, como ele diz, conhece "o lado trágico da vida de São Paulo (...) de modo que, quando estudei o negro, havia muito de experiência própria. Não era experiência contada" (Fernandes, F., 1980:11).

Aos seis anos, começa a fazer biscates em troca de gorjetas, nas barbearias e no pequeno comércio, até descobrir que ser engraxate dava dinheiro e decide disputar a tapas o seu lugar de trabalho. Aos oito anos, quando a situação familiar piora, o engraxate abandona a escola, com apenas três anos do ensino elementar.[4]

A criança *cria da casa* rompeu o horizonte do analfabetismo da mãe, ganhou curiosidade, amor aos livros[5] e um intenso desejo de "ser gente". Como aquele tenente negro que ele mesmo entrevistou, sabia que precisaria estudar freneticamente, tornar-se um autodidata, ocupar as bibliotecas públicas todo

4 Florestan teve uma irmã mais nova que ele, Tereza, que faleceu aos três anos de idade, vítima de meningite.

5 "As pessoas me davam livros. Isso é uma coisa muito curiosa, eu sempre ganhei muito livro (...) os fregueses conversavam comigo e viam que eu tinha interesse (...) e me davam livros" (Fernandes, F., 1980: 11).

o tempo disponível, ler tudo que lhe caísse nas mãos, pois "se outros podiam passar sem saber muito, ele (...), dificilmente passaria se não soubesse tudo, *tudo*" (Fernandes, F., 1965, v.2: 243).

Vivendo ao léu, comendo quando dava, sofrendo humilhações, Florestan vive nas ruas a experiência da exclusão, da violência e do preconceito, temas que são marcantes na sua obra sociológica. Aprendeu com as duras lições da fome, do medo e do desamparo.[6] Como sociólogo, nunca idealizou a pobreza que, ao contrário, queria ver superada; e seus alunos cansaram de ouvi-lo dizer que só se torna sociólogo quem deseja algo socialmente, isto é, quem tenha um desejo coletivo.

De fato, não se pode separar Florestan da sua história – e ela começou lá pelos seus seis anos: quando o pequeno aprendiz de sociólogo imaginou construir uma saída para si mesmo, acabou encontrando, na sociologia, os caminhos que defenderá para todos os seus, isto é, para os trabalhadores, livres e semilivres, que é como nomeará, não só os camponeses, como todos esses pobres, índios, negros e imigrantes, que, como ocorreu com ele, vivem nos interstícios, nos espaços vazios e nas zonas de transição das cidades, a "gentinha", para a qual a condição operária é uma verdadeira ascensão social.

O passo decisivo foi dado quando, aos dezessete anos, decide retornar à educação formal inscrevendo-se para o curso de madureza noturno graças ao qual, três anos depois, adquire condições de disputar um lugar na universidade. Em 1941, é aprovado para fazer o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que é pública e gratuita. Ingressa numa faculdade recém-inaugurada (1934), onde quase tudo ainda está em efervescente construção e na qual professores recém-chegados da França, que mal sabem falar português, lecionam em francês.[7]

A universidade faz parte de um complexo contexto social e político marcado

---

6 Florestan gostava de nos contar, à sua família, como era inteligente devolvendo as moedas que sua madrinha espalhava pelos cantos da casa, só para testar sua honestidade. Como engraxate, mentia para a mãe e escondia nos sapatos algumas moedas, mas não era para gastar, era para "dosar a entrada de dinheiro em casa. Havia dias em que não tinha trabalho e eu não queria submeter a família à privação" (Fernandes, F., 1980: 16). Ardis da criança frente aos mundos tão drasticamente diferentes dos adultos: como *cria* da casa, devolvia as moedas, por esperteza; como "menino ao léu", era obrigado a escondê-las, por "prudência antecipada".

7 Além das enormes deficiências da sua formação intelectual, Florestan encontrou mais esta barreira de uma língua que mal compreendia.

pela crise da oligarquia cafeeira paulista, pela intensa urbanização da cidade e pela industrialização crescente. É neste contexto que um projeto liberal assumido por uma fração da elite dominante começa a construir uma hegemonia intelectual e moral comprometida com a defesa da ciência e com uma certa democratização do ensino e da universidade, que é a sua filha dileta (Garcia, 2002). Formalmente proclamada para funcionar segundo os critérios acadêmicos de seleção, avaliação e promoção, a universidade é uma instituição que incentiva o mérito e a capacidade individual numa sociedade onde a riqueza e, especialmente, a origem familiar continuam decidindo quem "é gente".

Acima de tudo, Florestan está ingressando numa faculdade habitada pelo educador Fernando de Azevedo, animado pelo ideal de formar uma elite dirigente recrutada entre os mais capazes, independentemente da sua origem social.

Recém-egresso dos quadros mentais da cultura de *folk* (Fernandes, F., 1977: 161), Florestan ascende ao "mundo dos letrados" e ao projeto de democratização da sociedade pela via da educação, que ele acaba de encarnar. No fundo, apenas um sujeito como ele, disposto aos piores sacrifícios que só a ideologia do mérito é capaz de impor, poderia ter assumido com tamanha convicção a face mais utópica e generosa do radicalismo burguês.[8] Os ideais encontraram seu sujeito e até produziram um mito. Hoje, mais de sessenta anos após aquele evento, não é casual que, numa sociedade que continua tão escandalosamente injusta e excludente, como a brasileira, Florestan tenha se tornado uma espécie de herói. Para a elite, Florestan é uma prova de que somos uma sociedade aberta ao mérito e disposta a reconhecer os mais capazes, pois "a pobreza não lhe serviu de pretexto para não estudar, para desmerecer a educação formal"[9]. Quanto aos movimentos populares e aos trabalhado-

---

8 Florestan tornou-se um defensor ferrenho da educação pública universal, laica, gratuita pela qual lutou em várias frentes, desde a década de 1950. Em 1987, como deputado federal na Assembléia Nacional Constituinte, defendeu que o sistema público de ensino deveria ser capaz de fazer a revolução cultural a partir da escola (Soares, 1997: 109). Hoje, muitas escolas públicas de primeiro grau têm seu nome, Brasil afora, especialmente nos bairros pobres da periferia das cidades. Nas escolas do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), é costume espalhar cartazes com uma frase atribuída a Florestan: "façamos a revolução na sala de aula, que o povo a fará nas ruas".

9 Justificação apresentada pelo deputado federal Celso Russomano, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), para justificar o Projeto de Lei, de 2005, que declara Florestan Fernandes patrono da sociologia brasileira.

res, muitos se orgulham de Florestan como um homem do povo que venceu inúmeras adversidades, foi reconhecido pelos "de cima", mas não se deixou corromper nem cooptar.[10]

Ainda aluno, Florestan revela sua vocação para a pesquisa de campo e para o trabalho de reconstrução histórica. Começava a nascer um sociólogo para o qual a explicação e interpretação sociológicas assentam-se em farto material de pesquisa, empírico e histórico. Ainda na graduação, aceita o convite de Fernando de Azevedo para ser seu assistente. Ao mesmo tempo, faz pós-graduação na Escola de Sociologia e Política, onde foi buscar qualificação para pesquisa de campo e uma formação na bibliografia norte-americana. Ascende rapidamente na titulação universitária: o mestrado, *A organização social dos tupinambá*, em 1947; o doutorado, *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, em 1951; e a livre-docência, *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, em 1953. No início da década de 1950, trabalha com Roger Bastide, na pesquisa sobre relações raciais no Brasil. Em 1952, substitui na cátedra o professor Roger Bastide, que voltava para a França, e inicia o período de maior prestígio da sua produção acadêmica:

> Eu estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a nossa marca à sociologia. Ao antigo símbolo do *made in France*, eu pretendia opor o *feito no Brasil*. Não estava em busca de uma estreita "sociologia brasileira". Pretendia, isso sim, implantar e formar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o nosso modo de pensar sociologicamente e a nossa contribuição à sociologia (Fernandes, F., 1977: 178).

Durante quase quinze anos (de 1955 a 1969) dirige um grupo de sociólogos, que seria conhecido pelo nome de "Escola Paulista de Sociologia", do qual fazem parte, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi, Luiz Pereira, Gabriel Cohn e José de Souza Martins.

Em 1960, Florestan parece convencido que o futuro caminha em direção à "ordem social planificada" e que a sociologia pode ser "tão útil ao homem na transição da ordem social competitiva para a ordem social planificada, quanto na construção e aperfeiçoamento indefinidos desta última" (Fernandes, F.,

---

10 Há um cordel, que é uma das formas de expressão da cultura popular brasileira, dedicado a ele que se chama *Florestan Fernandes, o engraxate que se tornou sociólogo* (Araújo, 1996).

1976: 108).[11] Orgulhoso do estatuto de "ciência rainha", que atribuiu à sociologia por causa da sua qualificação para realizar o diagnóstico científico dos problemas sociais e propor as devidas técnicas de mudança social provocada, decide modificar a famosa frase de Hans Freyer (1944): em vez de "só vê algo socialmente quem quer algo socialmente", seria melhor dizer que "só quer algo socialmente quem vê algo sociologicamente" (Fernandes, F., 1976: 96). No Brasil, as "mudanças de base" pretendem obter o crescimento econômico, a expansão tecnológica e, mais especialmente, a *democratização do poder* (Fernandes, F., 1976: 267). Para ele, a questão central nunca foi o desenvolvimento, mas a democracia. "Se o desenvolvimento se acelerasse e o processo de democratização não se acelerasse, não haveria um ganho real" (Fernandes, F., 1980: 28).[12]

Em abril de 1964, defende sua última tese acadêmica, *A integração do negro na sociedade de classes*, onde submete à interpretação os dados da pesquisa sobre relações raciais. Procurou combinar a análise sincrônica com a análise diacrônica, acompanhando a desagregação do regime servil e a emergência da ordem social competitiva, isto é, capitalista, mas sob forte persistência da concepção tradicionalista do mundo (Fernandes, F., 1965: XII). Ele mesmo esclarece que "a escolha da ordem social competitiva, como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro" (Fernandes, F., 1965: XIII).

Com o título de catedrático, Florestan chega ao ápice da carreira universitária no mesmo momento em que a ditadura militar interrompia brutalmente dezoito anos de vida democrática no Brasil. Ele, que havia lutado contra a ditadura de Getúlio Vargas; que havia sido militante de um pequeno partido trotskista; que estava na luta de resistência contra a ditadura de Salazar, as-

---

11 Estamos na década em que o mapa latino-americano está ocupado pela CEPAL, pela Aliança para o Progresso, pela revolução cubana. Nas Ciências Sociais, dominam as idéias de planejamento estatal; de diagnóstico dos problemas sociais; de técnicas de controle social e de mudança social provocada. Florestan, leitor precoce de Karl Mannheim, reforça ainda mais seus laços de filiação com este autor com vasta obra em defesa da planificação, da universalização da educação democrática e do papel dos intelectuais como mediadores da contradição entre capital e trabalho. Mais tarde, Florestan dirá que ele foi um "socialista róseo", à procura de um terceiro caminho que pudesse conciliar socialismo e democracia (Fernandes, F., 1978: 19)

12 Avaliando este período, Florestan esclarece que "a idéia de uma 'revolução democrática' representava uma hipótese necessária, à qual não podíamos escapar" (Fernandes, F., 1977: 199).

sume posições firmes em defesa da democracia, da autonomia universitária e da dignidade do intelectual, transformando "sua enorme reputação como sociólogo e a cadeira que ocupava na USP numa pequena fortaleza contra a ditadura." (Soares, 1997: 150). Na universidade, a cisão entre direita e esquerda facilitou a instauração de um inquérito policial-militar que convoca vários professores para depor; entre eles, Florestan, que termina sendo preso, por alguns dias, em setembro de 1964. Em 1965, muito visado pela ditadura, aceita o conselho dos amigos para se afastar e embarca para os Estados Unidos, para lecionar na Universidade de Colúmbia. Retornando ao Brasil, em 1966, participa ativamente da luta contra a ditadura e, numa entrevista à grande imprensa, conclama a população civil a assumir a luta de resistência; se necessário, recorrendo às armas.

> Tenho a impressão de que este período que vai de 64 a 68 foi o período de verdadeiro amadurecimento da luta por uma democracia real no Brasil (...); realmente a sociedade brasileira viveu, naquele curto período de tempo, a tal fase pré-revolucionária que alguns tinham colocado no início da década de 60. Todavia, a experiência foi vivida por forças muito reduzidas, na verdade só os setores realmente radicais, mais politizados, da classe média, alguns elementos de origem sindical e muitos estudantes se engajaram no processo. (...) Nós perdemos muito, porque se a ditadura tivesse sido combatida por um conjunto maior de forças, o que sairia daí seria uma evolução no sentido de destroçar, de uma vez, a democracia restrita" (Fernandes, F., 1980: 32).

A luta foi travada, os defensores da democracia foram derrotados; vitoriosa, a ditadura assume sua face mais duramente repressiva. Florestan está na primeira lista de cassados e compulsoriamente aposentados pela ditadura, em abril de 1969. Pouco depois, dois dos seus assistentes mais titulados têm o mesmo destino: Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Aos quarenta e oito anos de idade, Florestan estava sendo expulso daquele mundo que se tornara a razão de ser da sua vida. Impedindo-o de trabalhar como professor, ou em qualquer outra atividade, a ditadura retirava o seu chão institucional (Cardoso, M.L., 2005: 193), obrigando-o a viver a experiência do homem marginal, de modo semelhante à do bororo Tiago Marques Aipobureo, sobre o qual escrevera quando ainda era um jovem de vinte e cinco anos.[13]

---

13 Para uma análise comparativa das duas biografias, veja-se Arruda, 2001: 303-313.

Florestan escolhe o exílio e aceita o convite para lecionar na Universidade de Toronto, no Canadá. Embarca só, sem a família, no mesmo ano de 1969.[14] Muito bem acolhido, conquista o cargo de professor titular, mas o fato é que, para ele, o exílio significa viver arrancado do seu país, da sua língua, dos seus sonhos e das suas lutas. Ele mesmo dirá que "retirado do seu ambiente, o intelectual não tem vida, é uma planta de estufa que morre precocemente" (1978: 27). Seu exílio se transforma num período de vida dramático, que prepara a eclosão do novo. Dois textos dão testemunho da ruptura. O primeiro, de 1969, *Sociólogos: os novos mandarins?*, escrito quando chegou ao Canadá, onde afirma "eu sou, ao mesmo tempo, sociólogo e socialista", embora a sociologia permaneça como verdadeiro centro de referência do seu discurso (1977: 268). O outro, *A geração perdida*, escrito quando retornou ao Brasil, mas imerso na experiência do exílio. Texto duro, pesado, doloroso. Implacável, Florestan quer saber onde nós, socialistas, falhamos e para onde vamos. No centro do seu discurso já não está a sociologia, mas o povo:

> Devemos colocar-nos a serviço do povo brasileiro, para que ele adquira (...) a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua própria conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria (1977: 214).

No Canadá, utiliza seu tempo livre para estudar a revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba. Foi assim que liquidou

> as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo, só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos (...); não oferece alternativas para a maioria (...). Eu estava pronto para escrever a última parte do *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, F., 1977: 203).

Em 1972, abandona a neve do Canadá para mergulhar nas trevas da ditadura Médici (1969-74). Para não se exilar de si mesmo, adaptou-se, embora mal, à existência aprisionada, isolada e solitária da vida familiar em São Paulo.

---

14 Casado, Florestan teve seis filhos; quase todos estávamos, nessa época, saindo da adolescência, com compromissos assumidos no Brasil. Eu, a mais velha, já era casada e fazia faculdade e duas outras irmãs estavam noivas.

Conformou-se à sua "gaiola de ouro" ou à "sua bela prisão", como ele dizia, que lhe será imposta pela ditadura até 1977.

Mesmo prisioneiro e isolado, foi ali, no seu escritório que, voltando a habitar a sua língua e os ideais da sua gente, Florestan colocou-se a escrever a sua obra mais engajada, como a terceira parte do *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Circuito fechado* (1976), *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979), *Poder e contrapoder na América Latina* (1981), *O que é revolução* (1981) etc. Agora, socialista e sociólogo estão definitivamente fundidos no mesmo texto e o seu projeto é "enlaçar a sociologia como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário" (1980: 15). Ademais, embora sua visada continue fortemente nacional, suas referências à América Latina se ampliam, tanto na temática, quanto em relação aos interlocutores.[15]

A partir de 1980, a oposição à ditadura avança e tem início uma certa liberalização do regime. Florestan retoma algumas atividades públicas: várias palestras, cursos de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e, desde 1984, a atividade onde realiza sua vocação intelectual, a de publicista, especialmente uma coluna semanal na grande imprensa. [16] Florestan havia encontrado sua melhor arma de combate à ditadura e ao capitalismo selvagem. Foi neste ofício que construiu uma tribuna de divulgação da sua interpretação da sociedade brasileira e do tipo de república que sonhava para o Brasil. Foi como contribuiu para a formação de uma comunidade de esquerda que avançou coesa na luta pela abertura democrática e pela Constituinte.[17]

> No fundo, cada artigo surgia como se eu estivesse escrevendo cartas aos leitores, largando a pele de sociólogo em troca do papel de publicista, agarrado

15 O exílio é uma experiência vivida por milhares de intelectuais latino-americanos neste período. Ainda está para ser feita uma análise sobre o impacto das ditaduras militares na reconstrução do horizonte intelectual latino-americano. O fato é que houve uma radicalização intelectual e política a partir desta época. Florestan, por exemplo, fortalece seu diálogo com outros intelectuais latino-americanos como Orlando Fals Borda (Colômbia), Aníbal Quijano (Peru), Pablo Gonzáles Casanova (México), Jules Riverend (Cuba), José Nun (Argentina), com o qual conviveu no Canadá, e muitos outros.

16 O presente livro, *Brasil: em compasso de espera*, publicado originariamente em 1980, é um marco decisivo da nova fase da vida deste sociólogo que recorre a todos e quaisquer interstícios para engajar o pensamento socialista na luta contra a ditadura.

17 Os artigos foram publicados no livro *Que tipo de república?* (reeditado em 2007).

> com tenacidade às causas das classes oprimidas, à ótica socialista da luta de classes e à difusão da desobediência civil como patamar inicial de uma revolução democrática de cunho proletário e popular (Fernandes, F., 2007: 23).

A luta do publicista desemboca na sua candidatura a deputado federal na Assembléia Nacional Constituinte de 1986, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. No lançamento da candidatura, assume o compromisso de defender as causas e movimentos que deram sentido à sua vida, como a campanha de defesa da escola pública e os movimentos pelas reformas de base (Fernandes, F., 1989: 109); promete empenhar-se na defesa de medidas socialistas; combater as iniqüidades econômicas, sociais e políticas; lutar pela igualdade racial, propondo medidas de teor compensatório etc. (Fernandes, F., 1989: 104-118). Eleito, luta bravamente, com seus quinze companheiros de bancada, para ver aprovadas as leis que poderiam pavimentar a construção de uma *democracia da maioria* apenas para comprovar que, ao contrário, a maioria dos constituintes tomava posição contra a reforma agrária, contra a reforma urbana, contra a exclusividade de verba pública para o ensino público; em suma, que na hora da verdade, ainda uma vez não estávamos criando as bases mínimas para a existência de uma sociedade civil civilizada (Fernandes, F., 1989: 206). Eleito para um segundo mandato, pelo mesmo PT, questionou os rumos de um partido que começava a transformar a luta eleitoral em sua luta principal; denunciou os riscos da burocratização interna e da cooptação;[18] e temeu que o PT se tornasse semelhante aos "partidos social-democráticos, que se identificam com um 'socialismo de coabitação', instrumental para a reforma capitalista do capitalismo" [19] (Fernandes, F., 1991).

Florestan foi inúmeros sujeitos; sua vida esteve marcada por conquistas e vitórias, mas, também, pelo medo, insegurança e desespero; perdeu-se pelos

---

18 Cf. *Pensamento e ação. O PT e os rumos do socialismo* (1989) e *O PT em movimento* (1991).

19 Filho de um mundo no qual a palavra "revolução" tornou-se significante chave do discurso da esquerda, Florestan manteve-se dentro de um horizonte cultural para o qual o imperialismo norte-americano realizava o cerco capitalista ao mundo socialista; foi dos primeiros a ler e incorporar as teses do Consenso de Washington às suas análises sociológicas e assistiu à queda do Muro de Berlim com a convicção de que essa transformação afetaria o equilíbrio das acomodações, contradições e conflitos mundiais. Em relação à América Latina, estava convencido que haveria uma redefinição estratégica de geopolítica da dominação norte-americana, e exemplifica com o caso da Colômbia e o narcotráfico. (Fernandes, 1994: 91)

caminhos, mas recuperou seu destino, enfrentando as circunstâncias da sua vida com coragem, imaginação e muita dignidade.[20]

Entre as suas contribuições à comissão de educação da Assembléia Nacional Constituinte, há uma proposta (derrotada) que é uma síntese das suas lutas:

> A sala de aula é o ponto de partida e o ponto terminal do ensino como atividade pedagógica criadora. (...) Cabe à escola e à sala de aula (...) a formação da consciência social democrática do cidadão e a construção de uma cultura cívica civilizada, (...) a identificação, a crítica objetiva e o combate aos preconceitos sociais contra os indígenas, o negro, os brasileiros estigmatizados por serem oriundos de regiões rústicas ou subdesenvolvidas, os pobres, os favelados, os portadores de deficiências físicas ou mentais, as mulheres, os idosos, os filhos ilegítimos e os menores abandonados, os transexuais, etc.; a inculcação do repúdio às práticas discriminatórias correspondentes, abertas ou encobertas, o estudo e a explicação da história real ou verdadeira do Brasil, com a explicitação dos crivos ideológicos, que fomentaram uma consciência falsa da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, com a exaltação do branco e das classes dominantes e o menosprezo do indígena, do negro e do branco ou mestiço pobres; a difusão do conhecimento dos Povos do Terceiro Mundo e em particular da América Latina; a compreensão do papel da luta de classes na transformação da sociedade moderna e na conquista da autonomia do Brasil em todas as esferas da organização da economia, da sociedade e da cultura" ( Fernandes, F., 1989b: 219).[21]

## Algumas referências teóricas sobre a obra

Florestan deixou uma vasta obra de interpretação da sociedade brasileira e da América Latina, que está sendo objeto de releituras acadêmicas. Uma delas afirma que existiria uma ruptura epistemológica separando a fase acadêmico-reformista da outra, político-revolucionária. Após 1969, "o novo Florestan

---

20 Florestan faleceu em 1995, em decorrência de inúmeros transtornos decorrentes de uma cirurgia para implante de fígado – inclusive erro humano na hemodiálise –, que se tornou necessária por causa do agravamento de uma cirrose contraída em transfusão de sangue à qual se submeteu numa cirurgia anterior.

21 A proposta inspirou um movimento social e político chamado *Fazendo a Diferença com Florestan Fernandes*, coordenado pelo senador Paulo Paim (PT), que luta contra todas as formas de discriminação e preconceito nestas frentes que Florestan nomeou.

não estará mais interessado em fazer análises sociológicas corretas (...) nem em contribuir para a construção de uma nova teoria do capitalismo dependente e sim em promover a verdadeira revolução socialista no Brasil" (Freitag, 1987: 167). O sociólogo, apoiado em Mannheim, teria sido substituído pelo socialista, ancorado em Marx, e os textos do socialista romperam com os do sociólogo!

O problema é que esse tipo de leitura afirma que as posições políticas do autor decidem sobre os protocolos científicos da obra; segundo este argumento, o socialismo extravasaria os domínios da sociologia, embora o reformismo liberal não! O fato é que a obra mais volumosa de Florestan foi escrita depois de 1969. Ademais, embora reconhecendo que sua identificação com a sociologia e com os papéis intelectuais do sociólogo sofreram uma crise (1980: 13), mesmo assim Florestan nunca deixou de se reconhecer sociólogo – socialista, mas sociólogo! Não só afirmou a existência de uma "sociologia marxista" (1978: 127), como nunca defendeu que os métodos de investigação e interpretação devessem ser escolhidos por critérios políticos. Ao contrário, sustentou que a sociologia fornece diversos instrumentos de investigação escolhidos por critérios fornecidos pelos problemas investigados. Para ele, o método funcionalista é adequado à análise dos problemas sociais de curto prazo, como, por exemplo, aqueles decorrentes da implementação do planejamento socialista. Já o método dialético presta-se ao estudo das transformações histórico-estruturais (1978: 108). Mais ainda: para Florestan, os conceitos são instrumentos de trabalho, são ferramentas às quais ele recorre por sua riqueza explicativa, independentemente de onde são retirados.[22]

Uma outra leitura acadêmica realça que se trata de uma longa e profunda reflexão histórico-sociológica sobre a revolução burguesa. De início, a questão dominante era saber se a sociedade brasileira teria condições de realizar uma revolução burguesa nacional-democrática-popular clássica, de estilo francês (Liedke Filho, 2005: 405). Este período poderia ser subdividido em duas fases: a da vigência da Hipótese da Demora Cultural (1954-1959) e a da dominância da Hipótese do Dilema Social Brasileiro (1959-1965).

De fato, para Florestan, "uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural" (1974: 100) porque ela

---

22 É comum encontrarmos interpretações marxistas nas quais Florestan recorre aos conceitos retirados de Durkheim, como o de anomia, por exemplo, ou de Weber, como o de ordem social. Para Gabriel Cohn, sua obra é de um ecletismo bem temperado, pois "é preciso ter o domínio pleno dos instrumentos, é preciso ter a convicção plena da própria inserção no mundo, para se poder dar ao luxo de ser eclético" (Cohn, 1987: 53)

presume a existência de um ritmo diferencial das mudanças nas várias esferas culturais e institucionais de uma sociedade. É por isso que, para ele, em períodos de transição, pode haver uma dissociação das temporalidades. No Brasil, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre, mas a mudança capitalista na esfera econômica não foi acompanhada pelas mudanças necessárias nas demais esferas; no plano político e administrativo, como também no cultural, foram mantidos os padrões de uma sociedade estamental e de castas. (1974: 100) Consequentemente, os trabalhadores se tornaram livres para vender sua força de trabalho no mercado, mas continuaram barrados como cidadãos de direitos e tratados como se fossem escravos. Assim sendo, graças à "inércia cultural", o Estado divorciou-se da Nação (1974: 103). Portanto, o que demora é a democracia – e só a educação das massas populares, seja através da escola, seja através das lutas organizadas pelo sindicalismo e pelo socialismo, podem fazer avançar os ritmos das mudanças necessárias à realização de uma sociedade democrática.

Um certo otimismo que permeia esta primeira fase passa por uma diluição com a Hipótese do Dilema Social Brasileiro. É quando Florestan descobre que a mudança social necessária — a democracia — não demora por causa dos ritmos diferenciais de mudança, mas porque há um apego sociopático, isto é, patológico, ao passado (1962: 212). Em outros termos, as classes dominantes têm uma resistência sociopática às necessárias mudanças democráticas. "O dilema social brasileiro consiste numa resistência residual ultraintensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas; (...) o empenho volta-se para a preservação pura e simples do status quo" (1962: 211). Por isso, em 1960, Florestan afirma que a aristocracia rural foi substituída por uma plutocracia urbana, "mais prepotente na manipulação do poder, mais egoísta na defesa de privilégios intermináveis e mais voraz na luta pelo lucro a qualquer preço" (1976: 243).

Em 1964, com *A integração do negro à sociedade de classes*, a Hipótese do Dilema Social atingiu o máximo de tensão: a "perversão insidiosa" de uma sociedade que excluiu o negro, de modo parcial ou total, da "condição de gente", e a resistência da classe dominante à igualdade dos cidadãos, tornam impraticáveis sequer "o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista" (1965, v. II: 1). Da perspectiva sociológica, a sociedade brasileira manteve "os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos da dominação patrimonialista" de uma sociedade estamental e de

castas (1965: 25). A Hipótese do Dilema Social entrava num círculo vicioso que seria rompido com a redação da terceira parte do livro *A revolução burguesa no Brasil*, que marca a passagem para a última fase da obra de Florestan.

Explorei por minha própria conta as potencialidades desta leitura pela dominância de duas hipóteses sobre a revolução burguesa porque ela tem a vantagem de acompanhar momentos decisivos da interpretação sociológica de Florestan. Não obstante, ela tem o inconveniente de supor uma coerência explicativa de difícil sustentação. Na verdade, Florestan recorre às duas hipóteses segundo as conveniências da explicação. Não só as duas persistem ao longo de toda sua obra, como é possível encontrar textos nos quais ele utiliza as duas hipóteses simultaneamente. Na década de 1960, afirma que

> o dilema número um da sociedade brasileira moderna é a demora cultural. (...) Em sentido bem mais penoso e dramático: existe uma resistência residual intensa à mudança, a qual se torna sociopática, nos círculos conservadores do país, concentrados nas cidades ou dispersos no vasto mundo rural e tradicionalista brasileiro (1976:133).

Com a redação da terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan assume as teses da teoria do capitalismo dependente, graças às quais sua interpretação sociológica incorporou as determinações do imperialismo, da superexploração da força de trabalho, do desenvolvimento desigual e combinado etc., que o levam a apresentar a hipótese da dominação autocrático-burguesa como o reverso necessário do capitalismo selvagem. Ademais, a interpretação ganha uma hipótese nova: o desenvolvimento desigual e combinado propicia e alimenta a manutenção sobredeterminada das temporalidades. Por isso mesmo, já não se trata de demora, nem de ritmos diferenciais de mudança: o novo e o velho se complementam e se realimentam. Selvagem é a versão dependente do capitalismo; "estrangulada, distorcida e perversa" é a nossa versão da revolução burguesa (1982: 147). As lutas populares em torno da revolução dentro da ordem (reforma urbana, reforma agrária, reforma educacional, da cidadania, etc.) e da revolução contra a ordem continuarão pressionando pela realização da democracia da maioria.

Ainda assim, Florestan não abandonou as suas hipóteses anteriores. Mais propriamente, penso que elas foram recontextualizadas pela teoria da dependência. O sociólogo continuará sustentando que mantivemos "padrões de relações de classes típicos de uma sociedade escravista ou semiescravista"

(1982: 122); ou que vivemos numa "ordem social que é de classes para as elites e para as classes dominantes, porém que é semiestamental ou estamental para as classes operárias e o povo em geral" (1976: 78).

Graças a esse extraordinário conceito de ordem social[23], o sociólogo manteve-se atento à exclusão da maioria da plena cidadania e o socialista não submergiu numa narrativa esquemática das classes sociais. Sua perspectiva sociológica manteve o foco nos condenados da terra e estes estão *aquém da classe operária*, ou *para além dos muros* da ordem social competitiva, continuam ali mesmo de onde ele próprio emergiu: "Os negros são os testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres, superexplorados das cidades" (1989a: 8).

Em suma, é bem provável que a sua obra seja uma contínua retomada, aprofundamento e enriquecimento das suas questões fundamentais. Certa vez, Florestan reconheceu que a sua pesquisa mais importante como sociólogo e como socialista foi aquela que fez com Roger Bastide sobre as relações raciais em São Paulo, em 1950. De fato, o sociólogo nunca mais deixou de se interrogar sobre o mundo da exclusão, da discriminação e do preconceito que, de fato, reencontrou, pois a pesquisa lhe reapresentava vários dramas da sua infância de menino pobre. De certa forma, sua obra é uma interpretação teórica e política ininterrupta daquela monumental pesquisa empírica e da sua indignação com um mundo incapaz de se democratizar.

No *Brasil em compasso de espera*, a questão democrática, embora em novos termos, permanece no centro da sua interpretação:

---

23 De forte inspiração weberiana, o conceito de ordem social é uma construção teórica de Florestan. Para Weber, ordem social é propriamente a ordem estamental, tipificada pela honra, modo de viver, desvalorização do trabalho físico etc. Esta ordem social é ameaçada pela raíz quando o lucro econômico e a mera aquisição material invadem o modo de viver. Por isso, a ordem capitalista é mais propriamente uma ordem econômica. Já Florestan usa ordem social, ordem senhorial-escravista, ordem social estamental, ordem social competitiva etc. O fato é que, graças à perspectiva propiciada pelo conceito, Florestan denuncia que, no Brasil, desde a abolição da escravidão, as relações de produção capitalistas convivem com uma ordem social estamental, e não só de classes. Revoluções dentro da ordem (como a reforma agrária) buscam realizar potencialidades próprias à ordem capitalista e são travadas pelas várias formas da dominação autocrática. Portanto, revoluções dentro da ordem são revoluções democráticas que visam a criar uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

> O capitalismo que nos coube, com a forma correspondente de democracia, produziram e reproduziram incessantemente a anomia das classes destituídas e a marginalização política do proletariado (meios pelos quais se neutralizou ou se impediu, sistematicamente, que a luta de classe tivesse eficácia e assumisse teor político no polo do trabalhador). Para vencer a situação de anomia, que inibe ou paralisa a luta de classes, e a marginalização política, que fomenta o despotismo burguês, o proletariado e as massas populares não precisam de antídotos reformistas do próprio capitalismo ou da democracia burguesa. Precisam do socialismo e, claramente, do socialismo revolucionário. É por aqui que a questão da democracia será reposta (...) nos seus verdadeiros termos" (1980: 27).

Aderindo às principais teses da teoria leninista, cuja obra leu integralmente,[24] Florestan convenceu-se que a revolução democrática – para não mencionar a revolução nacional (antiimperialista) – é incompatível com os limites inelásticos da ordem burguesa dependente, tornando-se, de fato, uma das tarefas, ou uma das fases, de um projeto socialista (Fernandes, H., 2006: 176).

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. As formas da dominação burguesa no Brasil. *Idéias*, 1-2, jan./fev. de 1997, FCH/ UNICAMP.

____________________. Um pensamento insubmisso. Apresentação de FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 2009, 4ª ed. revista.

ARAÚJO, José Pessoa. *Florestan Fernandes, o engraxate que se tornou sociólogo*. São Carlos: Editora da Universidade, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Miriam. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.), *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Niterói: EDUFF, 2005.

---

24 O impacto da teoria leninista na obra de Florestan é enorme e está sendo objeto de cuidadosa análise crítica –especialmente a questão democrática e a questão da revolução passiva – por inúmeros intelectuais socialistas, entre os quais destaco Antunes, R. (1997 e 2009), Coutinho, C.N. (2000), Netto, J.P. (2004) e Toledo, C.N. (1987 e 1998).

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D´INCAO, Maria Ângela (org.), *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Unesp-Paz e Terra, 1987.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D´INCAO, Maria Ângela (org.), *O saber militante*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Unesp-Paz e Terra, 1987.

COSTA, Diogo V. de A. O marxismo na sociologia de Florestan Fernandes. http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/15 10 2007 11 0 31.pdf.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes. In: Id., *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

______. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 2 vs., 1965

______. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1974.

______. *A sociologia numa era de revolução social*, 2ªedição ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

______. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

______. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

______. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

______. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

______. Florestan Fernandes, a pessoa e o político. Entrevista. *Nova escrita ensaio*, ano IV, nº 8, São Paulo: Escrita, 1980.

______. *A ditadura em questão*. São Paulo: TAQueiroz, 1982.

______. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989a.

______. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989b.

______. *O PT em movimento*, São Paulo: Cortez, 1991.

______. *Democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1994.

______. *Que tipo de república?* São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Heloísa. Capitalismo selvagem, dominação autocrático-burguesa e revolução dentro da ordem. *Margem esquerda. Ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, nº 8, nov. 2006.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D´INCAO (org.), *O saber militante.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Pinto. A sociologia em questão. *Ideias.* Campinas: UNICAMP, ano 4, nº 1/2, jan.-dez. 1997.

FREYER, Hans. *La sociología, ciencia de la realidad*. Buenos Aires: Losada, 1944.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino impar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octávio (org.) *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1986.

LIEDKE Filho, Enno. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias.* Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul.-dez. 2005.

MARTINS, José de Souza. *Florestan Fernandes, sociologia e consciência social no Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1998.

NETTO, José Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: Id., *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*, São Paulo: Cortez, 2004.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente,* Petrópolis: Vozes, 1999.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan Fernandes, a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes, o militante solitário*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. Hegemonia e poder político. In: D´INCAO, Maria Ângela (org.), *O saber militante*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora UNESP-Paz e Terra, 1987.

______________________. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, Paulo (org.), *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

# Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores[1]

*Gabriel Cohn*

A melhor forma de se cultivar a memória de um intelectual é discutir a sua obra. Vale a pena lembrar que durante anos, num período ruim da vida de nosso país, Florestan não somente ficou à margem como em alguns momentos correu risco de que ficasse esquecido. Ele não ficou, em parte pela eminência de seu trabalho e em parte porque ele soube fazer aquilo que sempre estava no seu horizonte desde o início, que é ser simultaneamente um homem de ciência e um homem público engajado nas grandes questões da sociedade. O papel dele na Constituinte foi muito importante, em várias áreas, incluindo a da Universidade.

Mas a luta dele pelos direitos, a luta vitalícia e vital dele pela igualdade, isto se manifestou não somente na reflexão como também nas suas intervenções. Agora, como se trata de enfrentar uma figura eminente como intelectual, eu vou me restringir mais a essa área. Não vou discutir as intervenções dele como agente na grande política, não há como acomodar tudo nesse momento, vou pensar nele mais como homem da reflexão, da análise e da pesquisa.

Mas, como singularizar uma grande figura, como singularizar um grande pensador? Só há um modo, que consiste em tentar ver como esse homem pensava, de que modo ele enfrentava o seu mundo, a que questões ele se revelava especialmente sensível, como ele soube incorporar as grandes questões do seu tempo. Vamos tentar fazer um pequeno exercício preliminar para compreen-

1 Conferência proferida na XXII Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, em maio de 2014.

der como se tentou orientar este homem diante de um mundo que realmente lhe oferecia matéria de sobra para estudo, reflexão e desafios.

Vamos considerar que a fase, digamos assim, adulta de Florestan coincide com um período extremamente forte, eu diria turbulento, na vida política e na vida social, cultural, da nossa sociedade. É o momento em que se colocava com toda a força a questão do desenvolvimento, a questão da mudança e sob alguns ângulos a questão também dos chamados obstáculos à mudança. Era um período de transição.

Florestan reage a isto de uma maneira que incorpora o seu próprio perfil pessoal, a sua própria origem e as condições da sua formação. Florestan vem de baixo, não é um aristocrata da nossa sociedade, pelo contrário. Eu sempre gosto de lembrar que nós temos um privilégio no Brasil, nós temos duas grandes figuras de sociólogos neste país que de uma maneira nos permitem ver a sociedade de dois ângulos complementares. Têm-se a visão da sociedade, digamos, patrícia, de cima, de Gilberto Freyre, que faz análises de enorme valor, e têm-se a visão plebeia, a visão de Florestan, que vê por baixo, que vê as coisas emergindo. Quando se tomam as duas visões simultaneamente está-se numa situação privilegiada, não é todo país que tem isso, não é qualquer sociedade que é vista a partir de cima e de baixo por figuras de tamanha envergadura.

Agora, o que Florestan consegue fazer, vindo, com toda a garra, de condições reais de pobreza e de dificuldade para enfrentar o mundo, é em primeiro lugar tentar entender esse mundo. É o problema de Florestan, o modo pelo qual ele se colocou desde muito jovem diante do mundo, é o modo de quem pergunta "que é isso, afinal, que me enfrenta desse modo?"; "que é, afinal, isso que está sendo discutido por todos os cantos, que é mudança, desenvolvimento, progresso, e assim por diante? Será isso tão tranquilo assim, tão linear assim?". O que ele imediatamente coloca com sua relação com o mundo é que a ideia de que aquilo que está sendo apresentado de maneira mais ou menos tranquila, mais ou menos linear, é problemático. Florestan é de cara o homem que vê o mundo, vê a sociedade como problema. A questão primeira para Florestan é "como identificar, no interior deste mundo social em que estamos vivendo, o que efetivamente é problemático e como pensar aquilo que é problemático". Problemático desde logo para ele era o próprio progresso, a própria mudança, o próprio desenvolvimento. Ele não aceita sem mais, ele sabe que constitui o problema. O seu modo de inserção o leva a ver simultaneamente aquilo que outros vêm separado. Outros vêm desenvolvimento e mudança por um lado,

obstáculos ao desenvolvimento e à mudança, por outro lado. Ou você estuda uma coisa ou estuda outra. Em Florestan as duas coisas vêm juntas. Sugiro que uma das peculiaridades do modo de pensar em Florestan é esta, de juntar, de trabalhar simultaneamente num bloco aquilo que em outros aparece separado. Então para ele, desde logo, a questão é como localizar, como identificar o que é problemático. Ele não recua diante do termo comprometedor que é "ordem". Quer saber o que é problemático na ordem social e o que deve ser pensado como a ordem social que se constitui neste país.

Em primeiro lugar, ordem para Florestan significa algo em construção, significa algo que se propõe como desafio. Ordem não é simplesmente a configuração dada das coisas, mas é aquilo que responde à tendências possíveis, aquilo que pode vir a ser construído pelos próprios agentes sociais na sociedade. Mas isto é uma referência primeira, pois não há como se tentar identificar problemas se não se tiver uma ideia de qual é o tipo de ordem ou o tipo de constituição da sociedade em que eles possam emergir. A questão que ele se propõe, então, é a seguinte. Nós temos uma determinada configuração dessa sociedade, que precisamos conhecer, mas não para se contentar com isso. Mais do que isso, importa pesquisar, não só a figura presente da ordem social, do arranjo que está aí dado, mas as tendências internas que se vão gestando nesta ordem. Para onde ela pode se dirigir, para que tipo de sociedade ela tende? Esta é uma pergunta durkheimiana. Para o que tende a sociedade que aí está dada? Para onde ela tende a se dirigir?

Mas a visão de Florestan é mais crispada do que em Durkheim. Aliás, tudo em Florestan é mais crispado do que nos outros. Porque ele simultaneamente se pergunta "para onde tende, historicamente e no presente, o tipo de sociedade que aqui se constitui?" e "o que é intrinsecamente problemático nessa tendência?". O que ao mesmo tempo impulsiona para a constituição deste determinado tipo de sociedade e também a freia, porque as duas coisas estão juntas o tempo todo no pensamento de Florestan. Ele junta dimensões das grandes questões que em outros poderiam ser separadas. Se penso "ordem" posso ter uma referência substantiva, uma referência observável, no limite uma referência empírica, é o arranjo das partes num conjunto maior. Mas posso ter uma referência conceitual, analítica, e neste caso "ordem" tem a ver com fenômenos que ocorrem de uma maneira não casual, não aleatória. Em Florestan é difícil distinguir quando ele está pensando em um nível e quando ele está pensando no outro, porque ele joga de um para outro constantemente. E em parte isto

ocorre porque ele está interessado não simplesmente na composição do conjunto social "aqui" e "agora" e não também simplesmente em eventuais tendências internas. Para poder localizar o que é problemático nisto ele tem que captar qual é o *padrão* de organização deste conjunto, qual é, digamos, a lógica interna deste conjunto, qual é no fundo aquilo que amarra a dimensão empírica, substantiva, com a dimensão conceitual e analítica. Enfim, é preciso chegar ao que solda a sociedade e ao mesmo tempo se manifesta através de ações, de organizações de fenômenos que têm isso de não serem simplesmente aleatórios, de serem regulares de algum modo.

Mas, se você conseguir localizar qual é o padrão básico, e, sobretudo, qual é o padrão básico ao qual se dirige a sociedade historicamente, ainda resta a questão de se este padrão assegura uma tendência linear ou se ele mais uma vez se revela problemático. E aí vem de novo Florestan para dizer que basicamente o padrão de organização da sociedade que se pode discernir no horizonte é o que ele chamaria de uma "ordem social competitiva", uma sociedade de classes em que, ao invés das posições estarem asseguradas elas são objeto de disputa por grupos e por indivíduos, está aberta a disputa por posições, por poder, por tudo mais. É isso que tende a ocorrer. Mas a observação revela que isso não está ocorrendo de maneira tão simples assim. E não se trata simplesmente de obstáculos externos, no sentido de que alguém o está impedindo. O modo mesmo como se organiza isso introduz dificuldades.

Aí surge a questão da formação histórica deste conjunto. Não por acaso o trabalho sistematicamente mais denso de Florestan, da reconstrução histórica, aliás o primeiro caso de trabalho especialmente denso de reconstrução histórica aparece na obra que agora está completando cinquenta anos que é *A integração do negro na sociedade de classes*. Pois aqui trata-se de traçar um tipo de reconstrução histórica que traga à tona, na sua versão mais pungente, digamos, aquilo que ao mesmo tempo pode impulsionar esta sociedade e retê-la na sua dinâmica. Trata-se da dificuldade histórica da constituição do *povo*, o livro sobre a integração do negro é um livro sobre a constituição do povo no Brasil.

O que vem a ser *povo*, já que este termo é muito vago? Aí temos o grande achado nesta obra de Florestan. É que, quando se propõe a examinar um processo histórico de formação de uma sociedade complexa como é a brasileira no período após a abolição do trabalho escravo, ele encontra um caminho que o leva longe. Ele segue a via da localização do seu aspecto mais extremo. E este é, no caso, a perspectiva dos que têm o pior ponto de partida no processo histórico

em andamento. Por isso a preocupação com os ex-escravos, por isso a preocupação com os negros e por isso a preocupação com a integração na sociedade de classes. *A integração do negro na sociedade de classes* é um título "enganador", porque na realidade o que no fundo ele está analisando é a difícil integração, a difícil constituição da sociedade de classes. Nós sabemos que ele, na prática, vai demonstrar que o processo no qual estas duas coisas se juntariam não ocorre, não ocorria até o momento em que ele escrevia, e é de se suspeitar que ainda não tenha ocorrido de modo pleno até o momento presente.

O que está em jogo, então, é localizar o fulcro mesmo da dinâmica do processo histórico pela localização do seu ponto mais sensível, digamos assim, daquilo que é mais difícil de ser superado, daquilo que está no cerne mesmo da dificuldade da constituição de uma figura vaga, no início, que seria *o povo*, para uma figura bem definida, em termos de realização da sociedade, que é *a classe*. O problema, nós sabemos, desta obra que estou tomando aqui como referência é, simultaneamente, da dificuldade da transição da raça para a classe e, agravado isso pela dificuldade da identidade de raça, porque um dos pontos apontados por Florestan em sua análise é de que temos um caminho em duas etapas para fazer frente a um processo histórico visto da perspectiva que estão no pior ponto de partida.

O primeiro passo é que os negros organizem a sua identidade como "raça". Feito isto eles terão condições de dar o segundo passo. O primeiro passo tem caráter mais defensivo, de constituição de uma identidade que se contraponha ao resto e que permita a constituição de um agente social e de um agende político. O segundo passo é decisivo, porque joga a coisa para a sociedade como um todo. A identidade de raça é, digamos, fechada, não é aberta, é fechada para se organizar. Já a classe é exatamente uma forma de organização aberta e competitiva, para utilizar a linguagem de Florestan. Então, para poder ser competitivo no interior da sociedade de classes que promete se organizar, mas que dificilmente realiza isto, é preciso primeiro refluir, para em seguida avançar.

Isso de alguma maneira permite a Florestan colocar na sua análise alguns temas que são perenes na sua reflexão. Porque quando se trata de refletir sobre aquilo que, para ele, em várias dimensões, é a questão da mudança no interior da sociedade, aparece algo que tem muito a ver com o pensamento que se desenvolvia naquele período no Brasil, na América Latina e até por influência europeia. E nisto a referência é ao autor que teve enorme peso

na constituição das Ciências Sociais brasileira que é Karl Mannheim, que coloca duas questões que interessavam ao Florestan. Uma delas é a ideia da mudança social provocada, ou seja, de modalidades de intervenção que permitam conduzir um processo de mudança no interior de uma sociedade que exatamente permita as formas de organização em que os objetivos sejam colocados desse modo e que se possa trabalhar no sentido de, utilizando aquele termo, "provocar" a mudança. O que fascina Florestan na ideia da tal mudança social provocada? Ele sabe que isto não pode ser pensado em termos tecnocráticos, em que alguém propõe o objetivo e ele vai ser seguido da maneira mais eficaz, o que também não é, aliás, a concepção de origem de Mannheim.

A questão que Mannheim coloca e que Florestan incorpora inteiramente é que a mudança social provocada somente pode ser pensada em termos democráticos. Só pode ser pensada sob formas políticas democráticas. Isto é uma primeira coisa fundamental que preocupa o nosso autor. Mas eu diria que essa ideia básica é redefinida de modo bastante forte por Florestan, sem ser entretanto abandonada. Para Florestan mudança social não espontânea, mas provocada, ou seja, é resultado de uma vontade social e política que compete com outras no interior da sociedade. Isso, quando ocorre, significa que uma sociedade está, numa formulação talvez um pouco dramática que empresto dele, em condições de tomar o seu destino nas próprias mãos. Porque é isso que estava preocupando Florestan: como é que a sociedade pode fazer exatamente isso, tomar o seu destino nas suas próprias mãos?

Eu utilizei palavras fortes, até mesmo a palavra destino, mas há um certo interesse nisso. Primeiro porque isso levanta uma questão que é uma das grandes questões de Florestan, a de que é possível pensar-se a sociedade utilizando-se as contribuições de várias grandes linhas de pensamento social. E agora ele não está mais no universo de Durkheim, mas ele entra num outro universo ainda mais crispado, que o aproxima de Weber (autor que sabia utilizar muito bem, mas pelo qual não morria de amores). O problema agora é: quem podem ser os agentes sociais e políticos de um processo de mudança no interior da sociedade e como podem se constituir esses agentes? Esta é uma pergunta forte, e ela é levada por Florestan a um ponto muito mais fundo do que em geral ocorre nas análises. Pois ele leva a questão de quais são os agentes que podem interferir, conscientes e com vontade própria, nos rumos da sociedade, até o nível, digamos, mais íntimo dos agentes sociais.

Eu chamaria a atenção disso porque é uma coisa fascinante em Florestan. Em Florestan há análises, e isso é especialmente nítido no livro sobre a integração do negro, análises em que se tem uma espécie de espiral em que se vai, vai e volta, das referências à sociedade mais ampla até as referências mais fundas no interior dos agentes no seu nível de personalidade. A coisa vai e volta constantemente. Ele leva ao pé da letra a constituição de agentes sociais capacitados à intervenção racional e em termos políticos e democráticos no interior da sociedade. Ele trabalha com a ideia de que a sociedade molda o que ele chama de personalidades-status, ou seja, tipos humanos que são exatamente moldados para a realização de determinadas tarefas, digamos, na sociedade.

A ideia de personalidades-status que ele desenvolve (o termo é ruim, mas a terminologia que ele tinha à mão era essa) serve-lhe bem na análise, e aqueles que já caíram nas malhas de Bourdieu vão gostar de ver uma afinidade entre esta ideia e a ideia de "habitus". A questão que eu gostaria de mencionar é que a coisa passa pelo modo de organização das relações entre grupos da sociedade mais ampla, passo-a-passo até modos de organização de atitudes, condutas e impulsos no interior dos próprios agentes. Por que isso? Por que isso preocupa Florestan? Porque ele está preocupado com uma coisa que aprendeu com Mannheim e soube incorporar do seu jeito. A Mannheim interessavam particularmente as formas organizadas ("técnicas") de intervenção na sociedade para produzir determinados efeitos. Florestan enfatiza outra vertente da ideia, a de que tais técnicas sociais constituem formas de incorporação das pressões que o meio social impõe a grupos e também diretamente a indivíduos, mediante modalidades regulares de conduta. Um exemplo um tanto singelo seria a nossa sociedade, neste momento, em que o desempenho do cálculo racional é uma técnica social relevante, e quem não está capacitado a dominá-la tem enormes problemas para intervir de qualquer modo que seja no interior da sociedade.

A questão da possibilidade de uma mudança social que seja provocada, o que significa no caso consciente e racional, passa então pelo domínio dessas técnicas sociais, ou seja, pela aquisição de modalidades de conduta que efetivamente sejam eficientes na consecução de determinados objetivos, até mais do que a simples adaptação (embora elas também possam ter caráter meramente adaptativo). Técnicas sociais são formas de participação e intervenção, quando dominadas. O problema é o domínio das técnicas, e Florestan, especialmente no livro sobre a integração do negro, demora-se em algo que

pode parecer secundário. Trata-se exatamente da questão da aquisição e do domínio de específicas técnicas sociais relacionadas com o desenvolvimento de uma sociedade de classes competitiva. Pois é isso que está em jogo, não é a revolução além das classes, mas a constituição da ordem social competitiva, a sociedade de classes, nas condições nossas. E ele mostra, em análises que aliás fazem deste livro uma obra com passagens de grande intensidade humana, a dificuldade enorme daqueles que vêm do fundo da sociedade para dominarem estas técnicas. Parênteses mais ou menos óbvio: ele sabia do que estava falando, porque ele mesmo teve enormes dificuldades para dominar (se é que dominou plenamente) as técnicas de conduta, as estratégias de relacionamento necessárias para sobreviver no mundo em que vivia, então ele sabia do que estava falando. Temos aí uma boa marca do grande intelectual: transformar em algo de interesse universal o que na origem é puramente experiência vivida e subjetiva. Mas ele mostra que nas condições em que se dá a entrada ou a quase entrada do negro na sociedade pós-escravista envolve o tempo todo aquilo que na linguagem própria de Florestan são *dilemas*, são alternativas impossíveis de serem simultaneamente satisfeitas pelos envolvidos. O exemplo talvez mais escancarado disso que ele mostra é a enorme dificuldade dos ex-escravos para aceitar a ideia de um contrato de trabalho. Faz sentido essa resistência. Quando você só tem a memória de vínculos duros, inteiramente desfavoráveis e vitalícios com alguém que muito mais do que um patrão é um senhor, um proprietário da sua pessoa, como são os da escravidão, não se pode esperar que você sequer consiga aceitar a ideia de contratos jurídicos convencionais? Dito assim, fica fácil entender a razão daquela recusa. Mas Florestan vai muito além, ele procura a explicação sociológica dessa situação, e nisso ele se distingue. O antigo cativo não está equipado para isto, não por deficiência, mas porque há uma incongruência fundamental, que não se resolve de um momento para outro. Não por acaso Florestan se preocupa tanto com os problemas de aprendizado, de ensino. Essas coisas se aprendem. Agora, "se aprende" é fácil de dizer, porque há diabólicos problemas envolvidos nesta coisa, você tem que ter um certo equipamento, digamos, de conduta, para resolver as questões que o seu mundo lhe coloca, você tem que aprender a lidar com essas questões, mas o próprio aprendizado pressupõe determinados equipamentos. Aí entra o clássico problema de aprender a aprender.

Então é um processo complexo, longo, e que obriga a pensar as grandes questões da sociedade em profundidade do modo como ele foi levado a fazer.

Não adianta só mostrar qual é o arranjo que amarra as diversas partes da sociedade e nem sugerir que tais ou quais tendências podem estar presentes no seu interior. É preciso ver se no interior da sociedade se formam aqueles agentes capazes de converter virtualidades em processos efetivos. E ver como os próprios envolvidos enfrentam as suas questões. Sobre este aspecto, ainda insistindo no exemplo do livro sobre a integração do negro, há um outro achado de Florestan. Você tem por um lado as exigências mais amplas da sociedade que se vai constituindo com todas as suas dificuldades, mas que, enfim, se apresenta como um dado para os seus integrantes. Por outro lado você tem, no caso dos grupos negros, todas as questões que dizem respeito à aquisição de técnicas sociais, de capacidades para irem construindo a sua identidade própria e intervindo nessa sociedade maior. O que pode juntar estes dois níveis? Aí entra uma coisa importante, que é a análise que ele faz dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais viraram tema de análise corriqueira a partir dos anos 1980, a partir do fim da ditadura, da democratização, mas Florestan pegou o papel estratégico que os movimentos sociais têm na junção entre impulsos ainda pouco plasmados na base da sociedade e exigências que só se colocam como referência à sociedade como um todo. Os movimentos sociais podem ser fundamentais e desempenham um papel estratégico para Florestan, naquele segundo passo que é fundamental para ele, em que você supera a condição de constituir uma identidade à parte, a identidade negra, e passa a realmente fazer parte dos grupos que disputam poder, influência, riqueza, ou seja, se constitui em classe. Só que, claro, não será algo como a classe negra, mas será, digamos, o segundo passo daquilo que na perspectiva de Florestan é uma espécie de avanço para uma democracia no âmbito racial. Ele não está defendendo a ideia erroneamente atribuída ao Gilberto Freyre da democracia racial, mas a ideia de que, se um primeiro passo na busca dessa identidade aponta para virtualidades democráticas, um segundo passo é efetivamente o de contribuir na constituição daquilo que está em jogo na cabeça de Florestan. Pois para ele a ordem social competitiva, para ser aberta e competitiva, tem que ser democrática, não pode ser de outro modo. Ele não está tendo uma visão simplesmente laudatória da democracia, ele está dizendo que não dá para pensar numa ordem social aberta e competitiva, em que se disputam efetivamente as posições, as influências, as capacidades de intervenção no todo social, não dá para separar isto de democracia, inseparavelmente as duas coisas vêm juntas.

Isso coloca o nosso autor no cerne mesmo das preocupações da análise social que marcaram, digamos, a época da sua formação, preocupações que dizem respeito ao tema da formação, da formação da sociedade brasileira. A gente sabe que todo mundo falava de formação na época. Mas em nenhum momento, que eu me lembre, ele fala em formação. Ele não usa esse termo, porque no fundo ele está pensando sempre a *deformação*, a dificuldade da formação, eu quase diria que a areia nas engrenagens históricas dessa sociedade; dessa sociedade sim, porque ele não está pensando a sociedade em geral, mas, nos termos muito expressivos que ele mesmo usa, o ainda, o aqui e o agora.

Neste ponto eu lembraria as observações que fiz antes para sugerir que há sim um avanço real num tipo de pensamento que, ao invés de lisamente colocar a questão da formação da sociedade como um todo, coloca isso como um problema e vincula a formação da sociedade às condições de formação de seus próprios integrantes, daquilo que poderiam ser os agentes históricos. Tudo isso nos remete a alguma coisa que, isso sim, eu sugeriria ser fundamental para entendermos um autor como Florestan e o lermos de uma maneira que tenha a ver não somente com nossa formação pessoal, mas com nossa reflexão sobre as condições do mundo presente. Há um modo de enfrentar o mundo social, há um modo de pensar o mundo social, que está intimamente ligado a essa posição à margem que Florestan ocupou, digamos, ao longo da sua biografia e que de certo modo persistiu sempre. Mesmo quando ele tinha maior eminência havia um componente de não estar inteiramente integrado, esta coisa de você estar sempre, eu quase que diria, no exílio dentro da sua sociedade, sempre lutando para entrar sabendo que é difícil, lutando para ver outras possibilidades de intervenção real, de participação real, abrindo-se para a análise da formação dos agentes, para a análise da formação das relações entre eles, e para a análise não apenas das formas organizadas já dadas mas dos grandes movimentos, tudo isto aponta para uma coisa que é absolutamente essencial e isto eu gostaria de enfatizar.

Florestan, esse homem que tem muito a ver com nossa formação intelectual e como cidadãos, ele talvez possa nos servir como modelo desta coisa tão decisiva que é a mobilidade mental e a abertura para as potencialidades presentes na sociedade, na política e na cultura. Florestan tinha posições extremamente firmes, como cientista e como homem público. Mas esta firmeza toda é temperada por essa coisa fundamental, esta mobilidade, esta capacidade de olhar vários níveis simultaneamente (na realidade não bem simul-

taneamente, mas naquilo que chamava de "rotação de perspectiva"), essa capacidade de ver junto coisas que outros vêm separado, esta capacidade de perceber que ali, naquele ponto em que ninguém está olhando está o núcleo do problema, não é na casa-grande mas é nos fundões da senzala e por aí vai. Essa coisa toda aponta para o maior legado que um intelectual possa nos dar, porque esta é a exigência fundamental da nossa formação intelectual, de todos nós, intelectual e pública evidentemente, chama-se mobilidade, chama-se olhar em vários níveis, em várias direções, digamos assim, sem descanso em nenhum momento. É o homem que está pensando a constituição da ordem social competitiva, mas passa por uma rua no Bom Retiro e vê umas crianças brincando, e o resultado é um trabalho mil vezes citado sobre como que o mundo social se organiza no mundo do brinquedo infantil, como ali vão se constituindo seus agentes futuros. É o homem que entra na sala de aula e diz "hoje eu tomei um taxi e tive uma conversa que iluminou a questão que nos importa". É esta ligação no mundo, não compulsiva, não se trata de uma espécie de obsessão, mas sempre se movendo, sempre permeável às múltiplas dimensões do que ocorre, e capaz, por conta disto, de ver que o mundo social ocorre em múltiplos níveis, múltiplas dimensões simultaneamente, e, se nós não olharmos as várias dimensões e as juntarmos, não vamos avançar na nossa análise.

Eu falava do Florestan que fez uma importante reconstrução sistemática e histórica quando olhou nos de baixo. Mas ele fez outra, olhando os de cima, no grande livro sobre *A Revolução Burguesa no Brasil*. Os que estiveram em pior situação tinham enorme dificuldade para entrar numa sociedade de classes que, por não lhes dar espaço para entrarem, também não se constituía plenamente, e os de cima também não conseguem completar a sua revolução, a revolução burguesa, no sentido de não chegarem ao ponto em que, para usar a linguagem de Florestan, desapareça a tentação, o encanto da autocracia, para se ir até o ponto em que as questões se resolvem competitivamente numa ordem democrática. A tentação autocrática, dizia Florestan, está sempre presente, portanto é preciso saber até onde se pode chegar historicamente, mas também não se contentou, então ele olhou os dois lados.

Eu gostaria de insistir no maior aprendizado que se pode obter no contato com a obra de um grande mestre entre os sociólogos, como Florestan. Eu me arriscaria a dizer que, para além do conhecimento substantivo que nós temos da sociedade graças à obra de um autor como ele, o grande legado é o

de nos ensinar a inquietação constante, ainda que isto signifique ser um pouco crispado, digamos, um pouco nervoso intelectualmente. Essa inquietação constante. E encerro com a palavra decisiva para mim, *mobilidade*. É isso que eu espero que ele possa nos ensinar, é isso que temos que aprender com ele.

PERGUNTA – Três temas têm me chamado muito a atenção no diálogo entre Florestan Fernandes e Karl Mannheim principalmente a interpretação histórica, o planejamento e a democracia. Gostaria de saber como poderia compreender a dimensão política da obra de Florestan, a partir de sua própria trajetória?

RESPOSTA – Florestan e Mannheim são duas figuras interessantes. Mannheim é um dos integrantes de uma das mais impressionantes diásporas intelectuais dos primeiros trinta anos do século passado, a diáspora húngara. Da Hungria saiu gente de primeira linha, nas mais variadas áreas das ciências, das artes e da filosofia. Na nossa área, Mannheim, Lukács, e tantos outros (entre eles o importante analista crítico da "grande transformação" capitalista, Karl Polanyi). Qual a experiência desse pessoal? Eram intelectuais, muitos deles de origem judaica, de algum modo militantes em movimentos ou partidos políticos de esquerda, que, na melhor tradição da intelectualidade da Europa centro-oriental da época, foram atropelados pelo fascismo, foram atropelados pelo stalinismo, foram atropelados pela desorganização de formas digamos intermediárias de democracia, foram jogados para o exílio. E ele tentou entender à sua maneira como promover a reconstrução da sociedade, como reconstruir sociedades que foram praticamente liquidadas naqueles período. A palavra chave para ele era reconstrução. Mannheim tinha muito a ensinar a Florestan, mas reconstrução não dá, porque Mannheim estava pensando em sociedades que tinham um certo padrão e que foram traumatizadas, e a de Florestan não tinha padrão prévio, não se tratava de se reconstruir uma sociedade que tinha sido abalada de alguma maneira, tratava-se literalmente de construir, ou seja, o mais importante para isso não estava dado, que são os agentes capazes de fazê-lo. No seu exílio Mannheim vai para a Inglaterra. Lá, dando sequência aos seus estudos, conclui que a forma de reconstrução da sociedade tem de ser democrática, então vamos ver como se pode fazer planejamento democrático e não centralizado. Temos experiências para isso, a experiência negativa e eventualmente propostas positivas. Como aplicar isso? Ele sofreu muito para discutir estas coisas, mas comparado com Florestan era um passeio. Florestan não tem a base para colocar a questão desta

construção, desta formação, desta organização da sociedade, ele é obrigado a trabalhar simultaneamente com duas exigências que constituem um dilema, não dá para pegar as duas coisas ao mesmo tempo, ou é uma ou é outra, e elas colidem entre si. Ou bem temos a construção de uma ordem social que em termos políticos assegure a democracia, porque só com a democracia se pode usar a expressão de Florestan "competitivo", ou seja, o sistema é aberto. Ou então temos a revolução, a mudança integral. Ele não estava apostando na revolução, não que não tivesse simpatia, mas naquele momento ele não via as condições dadas historicamente para isto. A outra exigência era mais modesta, uma coisa está dada e vamos trabalhar em cima disto. Então ele não tem muita saída senão partir para aquilo que deve soar meio fraco para vocês, mas é uma coisa extremamente forte, que é o *radicalismo democrático*, que é tentar ir até a raiz mantendo a exigência básica da integral participação no interior da sociedade e do avanço no sentido da igualdade. Eu diria que em Florestan o termo forte é *radicalismo*, ele era uma espécie de boxer, quando travava o maxilar era difícil convencê-lo a soltar e, para usar a velha frase, ser radical é ir às raízes, vocês viram isto com os exemplos que eu dei sobre a integração do negro, é ir até o fundo. A gente sempre costuma pensar "o que diria o nosso grande mestre se estivesse aqui sentado nesta mesa?". Eu só sei de uma coisa: ele continuaria persistentemente procurando as raízes dos nossos dilemas. Há um modo de pensar no político que é eminentemente radical em si, e acho que Florestan representa isto, e eu diria, me arriscaria a dizer, que isto se traduz em ir persistentemente às raízes dos dilemas do presente, que é o único modo de se perceber para que lado este troço pode andar, como é que se pode efetivamente intervir, sempre admitindo esta coisa que... eu diria que Florestan sempre foi um radical, inclusive na militância política, forte, entretanto, pelas circunstâncias todas no mundo que lhe coube viver, e da sua inserção muito peculiar neste mundo, vindo de fora, eu diria uma espécie de pensamento sempre *no exílio*. Assim, ele é sensível a uma coisa que o grande pensamento revolucionário europeu esqueceu e isto torna Florestan mais atormentado do que, digamos, os grandes intelectuais da esquerda mais radical europeia do século XX, ele era sensível às exigências da constituição dos agentes que possam mudar o mundo. Qual foi uma das armadilhas em que cai, digamos, o guerrilheiro? Ele acha que automaticamente mudando o mundo ele muda os homens, e curiosamente Florestan, que nada tinha contra a transformação revolucionária, mas sempre estava atento aos dilemas envolvidos na ação,

não ia tão rápido por este caminho, porque o viés sociológico do seu modo de pensar a política o levava a sempre buscar ir ao fundo das questões, colocar as questões que vão às raízes e ao mesmo tempo colocar a questão sobre quem é que vai cavar, quem são os coelhos que irão trabalhar essas raízes? Como vou qualificar um homem que simultaneamente vai à raiz, faz as maiores exigências e diz "temos que estar qualificados", há um aprendizado envolvido, nisso, "quem formará os formadores?". São questão que estão aí com uma força impressionante. Força impressionante de um pensamento que sabe ser radical e se esforça por ser rigoroso. Talvez seja isso.

# Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil[1]

*Bernardo Ricupero*[2]

## Da monografia universitária ao "ensaio de interpretação do Brasil"[3]

Florestan Fernandes criou, como nota Fernando Henrique Cardoso, uma linguagem. Linguagem difícil, aparentemente até impenetrável (Cardoso: 1987). A dificuldade e o rigor da linguagem não são, porém, gratuitos, mas visam garantir precisão no que é dito.

A linguagem é, na verdade, fundamental para realizar o objetivo do autor: consolidar a sociologia no Brasil. Ou, em outras palavras, a própria dificuldade da linguagem, carregada de conceitos, serviria para legitimar o empreendimento de implantar a ciência sociológica no Brasil.

Nisso, Florestan Fernandes se afasta dos "intérpretes do Brasil", especialmente os mais próximos da literatura, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O sociólogo pernambucano, em particular, parece ser o antípoda do sociólogo paulista; se o estilo do primeiro é sedutor, atrai, o segundo coloca a prova o leitor. Isso, sugere Florestan, não é mero acaso. O ensaísmo, com a liberdade que o caracteriza, refletiria uma revisão estamental de mundo. Já

---

1 Uma versão ampliada deste capítulo fora publicada anteriormente sob o título *Florestan Fernandes and Interpretations of Brazil, por Bernardo Ricupero e Laurence Hallewell, no Latin American Perspectives, no v. 38, n. 03, 2011.*

2 Bernardo Ricupero é professor no Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

3 Gostaria de agradecer aos comentários de Elide Rugai Bastos e de Gildo Marçal Brandão a versões preliminares do texto.

a aparente impenetrabilidade da monografia sociológica seria consequência da dificuldade do trabalho intelectual, levado a cabo como qualquer outro trabalho (Arruda: 1995; 2001).

Portanto, a diferença entre Florestan e os "intérpretes do Brasil" também ocorreria ao nível do objeto. Se os segundos escrevem ensaios gerais sobre o país, o primeiro circunscreve, de maneira geral, suas monografias a determinados temas.

No entanto, o último trabalho importante do sociólogo paulista, *A revolução burguesa no Brasil*, se afasta dos demais livros. Isso está indicado no próprio subtítulo do trabalho: "ensaio de interpretação sociológica". Já nesse subtítulo, que é mais do que tudo uma explicação, estão presentes as "polarizações dinâmicas" com as quais Florestan trabalha[4].

De um lado, encontra-se o "ensaio", do outro, a "interpretação sociológica". É o primeiro que permite a realização de uma "interpretação do Brasil", mas Florestan a elabora pela ótica do sociólogo.

Ensaios de interpretação do Brasil foram escritos principalmente no período que vai da Proclamação da República, em 1889, ao incremento da vida universitária no país, a partir da década de 1930 (Lamounier: 1990; Ricupero: 2007). Originalmente, numa linha crítica ao novo regime, buscavam realizar uma análise totalizante do Brasil, que abrisse caminho para a ação política. No entanto, com o desenvolvimento da universidade, tais trabalhos foram perdendo espaço para monografias com objetos melhor delimitados[5]. Ironicamente, Florestan Fernandes foi o principal responsável para que o padrão científico de trabalho se impusesse na sociologia brasileira e, com ele, a monografia universitária tomasse o lugar do ensaio de interpretação do Brasil.

O autor de *A revolução burguesa no Brasil* não deixa de explicar a natureza do livro: "trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse

---

4 Em termos formais, é possível argumentar, como indica Gabriel Cohn (1999), que *A revolução burguesa no Brasil utiliza principalmente a noção de "polarização" ou de "polarização dinâmica". Ela indicaria a presença, no mesmo objeto, de orientações opostas, que conviveriam em permanente tensão. A "polarização dinâmica" não deixa, além do mais, de fazer referência aos dois níveis com os quais o livro trabalha: a estrutura e a história. Em poucas palavras, a estrutura criaria as possibilidades que os agentes poderiam ou não aproveitar. Ver também Silveira (1978).*

5 Significativamente, os livros posteriores de Celso Furtado e Antonio Candido, em que persiste a preocupação ensaística com a questão da formação, tratam de questões mais específicas: *a Formação econômica do Brasil (1958) e a Formação da literatura brasileira (1959).*

sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante" (Fernandes, 1987: 3-4).

Esse trecho indica que *A revolução burguesa no Brasil* só foi escrito devido às atribulações políticas pelas quais passou o Brasil, que afastam Florestan Fernandes da universidade e do projeto científico com o qual há mais de vinte e cinco anos estava envolvido. Mais especificamente, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que marca, em 1968, o endurecimento do regime autoritário, aposenta compulsoriamente Florestan e outros professores da universidade.

O homem que se dedicara incessantemente a criar no Brasil, a partir da Universidade de São Paulo (USP), uma sociologia científica, entra em profunda crise. Aquele que dela emerge não é apenas um sociólogo rigoroso, mas também um publicista revolucionário[6]. É nessa condição que escreve *A revolução burguesa no Brasil*.

O livro pretende analisar o golpe de 1964, como explica seu autor pouco depois de sua publicação, sem "isolar a sublevação militar de uma dominação de classes arraigada" (Fernandes, 1978: 202). Esse propósito não deixaria de estar vinculado ao próprio clima intelectual que passa a prevalecer no ambiente universitário brasileiro, onde se abandona "o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classe e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa de transição para o capitalismo industrial nas nações capitalistas da periferia" (Fernandes, 1978: 203).

Em outras palavras, é o golpe de 1964 que leva o socialismo militante a realizar uma "interpretação do Brasil". Não deixa de fazer isso, porém, como sociólogo rigoroso. A partir dessa dupla perspectiva, é mesmo possível procurar estabelecer um diálogo entre *A revolução burguesa no Brasil* e outras interpretações do Brasil[7].

---

6 Florestan Fernandes chegara a ser, durante a juventude, passada nos últimos anos do Estado Novo (1937-1945), militante do trotskista Partido Socialista Revolucionário (PSR). No entanto, se afastara do partido, em comum acordo com seus companheiros de militância, já que concluíram que seu trabalho acadêmico poderia ser mais importante do que o político. Por outro lado, se pode argumentar que os temas que escolheu estudar, principalmente depois da pesquisa, da década de 1950, "Brancos e Negros em São Paulo", eram profundamente políticos. *Cf. Garcia (2002), Sereza (2005), Soares (1997).*

7 Sobre as continuidades no pensamento político brasileiro, *cf. Brandão (2007).*

## Florestan Fernandes como intérprete do Brasil

Em termos amplos, a interpretação do Brasil de Florestan Fernandes se aproxima da linha de análise que, desde Caio Prado Jr., ressalta a ligação do país com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal.

*Formação do Brasil contemporâneo* insiste, já em 1942, que a colonização do país poderia ser entendida principalmente pelo seu sentido. Como afirma Caio Prado Jr.:

> nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café; para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. (Prado Jr., 1942: 26)

Caio Prado Jr., ao ressaltar a vinculação do Brasil, desde o início de sua história, com a economia capitalista mundial, se tornou um marginal no seu partido, o Partido Comunista do Brasil (PCB). Como outros partidos comunistas, o brasileiro seguia as teses da III Internacional sobre os "países coloniais, semi-coloniais e dependentes", defendendo que neles se deveria realizar uma revolução burguesa, nos moldes da Francesa, que desse fim a supostos resíduos feudais. Para além do marxismo, a interpretação de Caio Prado Jr. também se chocou com a maior parte das análises então elaboradas sobre o Brasil, que prestavam atenção especialmente às características internas da sociedade[8]. Nessa referência, não era incomum também equivaler a pretensa auto-suficiência do latifúndio ao feudalismo.

Indo mais longe, *A revolução burguesa no Brasil* chega a considerar que apesar do país não ter "todo o passado da Europa (...) reproduzimos de forma

8 Desde seu primeiro livro, *Evolução política do Brasil*, publicado em 1933, o historiador marxista avaliara que se poderia considerar a colonização do país como feudal apenas como figura retórica. Foi, portanto, o primeiro no questionamento da tese do passado feudal da América Latina, antecipando-se ao brasileiro Roberto Simonsen, aos argentinos Sérgio Bagu e Milciades Pana e aos chilenos Marcelo Segall e Luis Vitale. Cf. Ricupero (2000).

peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da colonização ocidental no Brasil" (Fernandes, 1987: 20).Nessa referência, a revolução burguesa no Brasil oferecia especial interesse, já que por estar relativamente adiantada permitiria entender como ela se daria, em linhas gerais, em outros países de capitalismo dependente e subdesenvolvido. Isto é, nossa revolução burguesa seria tanto peculiar ao país como típica do que ocorre na situação periférica.

Ao ressaltarem a vinculação do Brasil com a economia capitalista mundial, tanto Caio Prado Jr. como Florestan Fernandes, não deixam de notar a presença no país de dois setores: um que está orientado para fora, produzindo para o mercado externo, e outro que está voltado para dentro, produzindo para o mercado interno. Além do mais, a maneira como entendem a relação entre os dois setores não é, como era então comum pensar, de simples oposição, mas de contradição. Isto é, apesar das suas diferentes orientações, os dois setores estariam profundamente ligados.

No caso de *Formação do Brasil contemporâneo*, se presta atenção principalmente ao que é chamado de "setor orgânico" e "setor inorgânico". O primeiro corresponderia ao que estaria ligado à grande exploração, grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo que produzem para o mercado externo. Mas mesmo que o mais importante da vida do país estivesse vinculado à realização do "sentido da colonização", Caio Prado Jr. considera que não deixariam de aparecer atividades de "difícil classificação" ou "inclassificáveis" que apontariam para uma outra orientação. Ou seja, o setor inorgânico seria representado por aquilo que não teria lugar ou teria um lugar subordinado na grande exploração, como a produção para o mercado interno por meio da pecuária e de determinados gêneros, como a mandioca, além da disseminada vadiagem, prostituição, etc.

De acordo com Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, a independência seria um momento fundamental, que indicaria como a orientação interna ganha importância. Significativamente, os dois chegam a considerar a independência como uma revolução. Fazem isso porque consideram que ela marca a passagem da colônia para uma nação. No entanto, não vêem esse processo como plenamente realizado. Por outro lado, desde o início da colonização, estariam presentes as duas orientações: a voltada para fora e a direcionada para dentro da sociedade que, mesmo problematicamente, já começava a se formar. Consequentemente, a própria independência deveria ser entendida num quadro

maior, onde atividades, como a lavoura de subsistência, a criação de gado, a produção manufatureira e até toda uma série de atividades de "difícil classificação ou inclassificáveis", ganham importância.

Por outro lado, o aspecto mais importante que Caio Prato Jr. e Florestan Fernandes destacam no pós-independência é como no fundamental se manteria a estrutura econômica e social herdada da colônia[9]. Percebe-se isso, como pioneiramente chamou a atenção o historiador, principalmente na persistência da grande exploração. Não chegaria, portanto, a ser concretizada, ao longo da história brasileira, a superação de formas econômicas e sociais características da colônia e, junto com elas, a ruptura da associação dependente com o exterior. Apareceria aí, como destacou, por sua vez, o sociólogo, um padrão de desenvolvimento típico do capitalismo dependente e subdesenvolvido.

No entanto, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes não deixam de considerar que a formação de um Estado Nacional seria um marco de um novo momento na história brasileira. Apesar do amálgama entre formas sociais e econômicas associadas com o passado e o presente, *História econômica do Brasil* nota que, desde a independência, passa a haver "um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada" (Prado Jr., 1945: 148). *A revolução burguesa no Brasil* vai ainda mais longe, considerando, influenciada por Karl Mannheim, que ideologia e utopia burguesas entram em choque com a organização econômica e social, pressionando pela sua transformação. Chega a sugerir que se criaria em torno da organização do aparelho estatal uma situação de quase autonomia, em que a dominação senhorial só interviria indiretamente. Se poderia afirmar, portanto, nos termos das polarizações dinâmicas, que a ordem legal conviveria com a dominação tradicional estabelecendo uma dualidade estrutural.

Segundo Florestan Fernandes, a independência política teria efeito inclusive sobre a organização da economia e da sociedade, aspecto que não é bem percebido por Caio Prado Jr.. As estruturas remanescentes da colônia teriam que passar a se organizar no quadro da nova ordem legal. Com o tempo, se configuraria uma "situação de mercado", que viria a se tornar o

9 As análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes sobre a independência brasileira coincidem, em pontos fundamentais, com a de José Carlos Mariátegui (1988) sobre a independência peruana. Ao mesmo tempo que os três autores a vêem como marco na história de seus países, destacam sua continuidade com o passado colonial. Explicam, além do mais, tal desenvolvimento principalmente pela vinculação das burguesias com as oligarquias brasileira e peruana.

principal polo do desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, o núcleo mais importante da economia continuaria a produzir para a exportação. Isto é, apesar da ordem legal, que controlaria internamente a economia, a produção e o consumo continuariam voltados para o mercado externo.

Ou seja, os dinamismos provenientes do mercado externo encontrariam pela frente estruturas econômicas, sociais e políticas remanescentes do período colonial, que selecionariam e limitariam os impulsos renovadores. De maneira geral, as estruturas coloniais se revelariam bastante plásticas no que se refere ao mercado externo, mas rígidas em relação ao mercado interno.

Em compensação, a independência abriria a possibilidade de internalização das fases de comercialização da produção, sendo possível, a partir dela, se despender o excedente econômico como se desejasse. Continuariam presentes, além do mais, atividades ligadas ao mercado interno, como a lavoura de subsistência, a criação de gado e a produção artesanal e manufatureira, basicamente o que Caio Prado Jr. chamou de "setor inorgânico". Consequentemente, o capitalismo brasileiro possuiria "duas dimensões – uma estruturalmente heteronímica – outra com tendências dinâmicas e autonômicas" (Fernandes, 1987: 96). Seria inclusive essa dupla articulação que caracterizaria o capitalismo dependente.

Mas mesmo que não se criasse uma economia capitalista integrada, teria mudado o padrão de civilização vigente. Em termos weberianos, Florestan Fernandes considera que, com o estabelecimento da situação de mercado, o espírito burguês entra, finalmente, em cena. A partir daí, esse novo horizonte cultural se chocaria e se combinaria com o antigo, com o qual os estamentos senhoriais se identificariam.

*A revolução burguesa no Brasil* se distancia, entretanto, de *Formação do Brasil contemporâneo* na maior atenção que presta a fatores internos à sociedade brasileira. Mesmo que Florestan concorde com Caio Prado Jr. que a vida de seu país é plasmada principalmente pelo "sentido da colonização", analisa com mais cuidado como os próprios brasileiros lidam, ao longo da sua história, com essa orientação. O autor mais jovem chega a criticar o mais velho por não perceber como o capital mercantil vai progressivamente perdendo espaço para o capital industrial. Mesmo assim, ressalta seu enorme mérito, ao chamar a atenção para a "permanência de um nexo colonial que muitos investigadores consideram extinto" (Fernandes, 1989: 11).

Assim, paradoxalmente, o retrato do Brasil que o historiador produz é praticamente de uma história imutável que, desde a colônia, não consegue romper com os condicionantes estabelecidos pelo capital mercantil O sociólogo, em contraste, procura entender como, ao longo do tempo, diferentes impulsos externos foram reelaborados no interior da sociedade brasileira, abrindo espaço para a emergência do capital industrial.

Tal perspectiva faz com que Florestan se aproxime de "interpretações do Brasil", como as de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que prestam grande atenção a fatores internos à sociedade brasileira. Não deixa inclusive de fazer uso da categoria de patriarcalismo, principal instrumento utilizado por esses autores para explicar o Brasil.

É verdade que mais do que propriamente o patriarcalismo, *A revolução burguesa no Brasil* privilegia a análise do patrimonialismo[10]. Faz isso, porém, num sentido diferente daquele que é provavelmente a mais influente interpretação patrimonialista da história brasileira: a de Raymundo Faoro. Ao passo que este, como percebe Luiz Werneck Vianna (1993), enfatiza a dimensão estatal do patrimonialismo, Florestan Fernandes ressalta o ambiente social em que ele se dá[11]. Ou melhor, par o jurista gaúcho, o patrimonialismo aparece no Brasil como produto da precocidade do absolutismo português, que teria feito com que o país praticamente não tivesse passado por feudalismo. Portanto, o Estado patrimonial "como Leviatã, nasce no mar, trazido nas naves portuguesas, indomesticável" (Faoro, 1993: 347).

Já para o sociólogo paulista, o patrimonialismo surge depois da independência. Assim, as possibilidades de mando para o membro da camada senhorial, metamorfoseado em senhor-cidadão, se potencializariam, passando a ser exercidas também ao nível político. Em torno do Estado nacional haveria uma socialização de privilégios sociais comuns, o que retiraria os senhores do isolamento colonial. Nesse processo de ampliação e burocratização da dominação senhorial, ela se transformaria mesmo em dominação estamental propriamente dita.

10 Segundo Weber (1997), o patrimonialismo surge quando o senhor patriarcal expande sua propriedade, precisando criar um quadro administrativo para geri-la. É precisamente a existência desse quadro administrativo que caracterizaria a existência do patrimonialismo.

11 Como também nota Werneck Vianna, por trás dessas duas maneiras de entender o patrimonialismo também se encontram visões distintas a respeito de como utilizar o legado de Marx e Weber: Faoro vendo a relação como de oposição, Fernandes como de possível complementariedade.

Ao ressaltar o peso do Estado depois da independência, Florestan se aproxima de um dos principais nomes do pensamento autoritário brasileiro, Oliveira Vianna. Para ambos, proveria dele o principal impulso para que os senhores rurais superassem uma situação em que seus horizontes políticos e culturais não iriam muito além do domínio rural.

No entanto, o Estado surge na história brasileira, de acordo com Oliveira Vianna, de maneira quase "providencial", sem que seja demonstrado seu vínculo com o ambiente social em que atua. Ou melhor, segundo o jurista fluminense, a obra de unificação nacional, que se imporia desde a independência, não poderia vir dos latifúndios, até devido à auto-suficiência que os caracterizaria. Como os senhores rurais formariam clãs fazendeiros, que lutariam entre si, a unidade teria que vir de fora, do Estado. Em particular, as instituições do Império – principalmente o Poder Moderador, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado – possibilitariam a seleção, entre os latifundiários, daqueles mais aptos para colaborarem com a obra de unificação nacional.

Para Florestan, ao contrário, é a impotência da burguesia brasileira – fruto da sua relação com o imperialismo – que faz com que sua ação convirja para o Estado. Em termos gerais, seria em torno do Estado que as classes dominantes se unificam, até porque por meio dele seus interesses poderiam ser universalizados. Mas de forma específica, a pressão externa, exercida pelo imperialismo, criaria um tipo particular de impotência burguesa, que também faria com que fosse em direção ao Estado que convergisse a ação burguesa, contribuindo para que o elemento político ganhasse importância. Isso favoreceria que a dominação burguesa e a transformação capitalista obedecessem a um "eixo especificamente político". A revolução burguesa na periferia seria, não por acaso, "um fenômeno essencialmente político" (Fernandes, 1987: 294).

Seria com base naquilo que as classes dominantes têm em comum, ou seja, sua situação de classes possuidoras, que se daria sua unificação. A solidariedade de classes, a partir do Estado, possibilitaria inclusive uma articulação entre as diferentes frações da burguesia, criando uma unidade conservadora. Dessa forma, a impotência burguesa seria convertida no seu oposto, "uma força relativamente incontrolável".

Não por acaso, Oliveira Vianna e Florestan Fernandes têm igualmente visões opostas sobre a relação entre liberais e conservadores no Brasil do século XIX. O primeiro contrapõe o pretenso "idealismo utópico" dos liberais, pretensamente convictos que bastaria adotar instituições estrangeiras, como

a federação, o juiz eleito e o júri popular, para produzir algo como o *self government*, ao suposto "idealismo orgânico" dos conservadores, conscientes da "diferença substancial entre os fins do Estado na Europa e nas novas nacionalidades americanas" (Vianna, 1987: 345). Em poucas palavras, num ambiente em que prevaleceriam tendências centrífugas, teriam tentado estabelecer o espírito público.

Já Florestan Fernandes considera que o realismo e o idealismo, atribuídos a conservadores e liberais, não passariam do "verso e *(d)*o reverso da mesma moeda", até porque, desde a independência, ocorreria no país uma combinação entre elementos conservadores e utópicos, expresso inclusive nas recém constituídas ordem legal e sociedade civil.

Estaria presente, dessa maneira, uma polarização dinâmica representada pelo estabelecimento de uma organização jurídico-política autônoma com a conservação da ordem social da colônia. O primeiro elemento, revolucionário, teria agido no plano da política, abrindo caminho para a formação da sociedade nacional. Já o elemento conservador, teria pressionado pela manutenção da antiga estrutura social.

A intimidade entre os dois aspetos seria tanta que se teria estabelecido um verdadeiro amálgama entre o novo, a organização jurídico-política, e o velho, seu substrato material, social e moral. Ou, para falar como Florestan Fernandes, se encontrariam, lado a lado, caracteres autônomos, associados à sociedade nacional, com heterônomos, ligados à era colonial.

Em termos mais profundos, a independência, ao não entrar em conflito com a estrutura da sociedade colonial, levaria à superposição dos planos de poder. A dominação senhorial, bem como as estruturas sociais que a sustentariam, teria se mantido ao nível da economia escravista. Por outro lado, onde o liberalismo teria sido influente, na organização do aparelho estatal, se criaria uma situação de quase autonomia, em que a dominação senhorial só interviria indiretamente. Portanto, a ordem legal conviveria com a dominação tradicional, estabelecendo uma dualidade estrutural.

Já com o democrata radical Sérgio Buarque de Holanda, a proximidade de Florestan é maior. Ela se inicia na identificação do estado natal de ambos, São Paulo, com as transformações que poriam fim à ordem colonial. Os dois autores também explicam esse protagonismo basicamente pelos mesmos fatores: a emergência de uma cultura agrícola, o café, com características diferentes das anteriores numa região que tinha sido marginal no período colonial.

*Raízes do Brasil* chega a argumentar que a substituição, a partir da segunda metade do século XIX, do açúcar pelo café como principal cultura brasileira favoreceria o avanço de uma "revolução lenta" que estaria transformando o Brasil. O cafeeiro poderia ser até chamado de planta democrática, pois diferentemente da cana e do algodoeiro, não exigiria ser cultivado em terrenos extensos. Poderia, ao contrário, até favorecer o parcelamento da terra. Além do mais, a fazenda de café não seria tão auto-suficiente como o engenho de açúcar, tendo que recorrer à cidade para garantir o abastecimento de variados suprimentos. O produtor de café seria mesmo bastante similar ao *farmer*, "que é no fundo um tipo citadino mais do que rural" (Holanda, 1936: 136).

*A revolução burguesa no Brasil* destaca, no mesmo tom, o "fazendeiro de café" como um dos principais agentes humanos que impulsionariam o desenvolvimento capitalista do Brasil. Ele teria separado a fazenda e a riqueza por ela produzida do *status* senhorial. No entanto, o fazendeiro de café pouco se distinguiria, de início, do senhor rural. Na verdade, desde o começo da colonização, também o senhor rural possuiria uma face capitalista, ligada ao comércio de exportação. Mas, na ordem estamental, ela não poderia prevalecer. A própria posição marginal de São Paulo teria, de certa maneira, contribuído para que lá não se desenvolvesse plenamente o estilo senhorial. Especialmente a região de fronteira do Oeste paulista teria promovido a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, menos custoso e mais produtivo.

Num sentido mais profundo, tanto para *A revolução burguesa no Brasil* como para *Raízes do Brasil*, o estabelecimento da democracia no Brasil é um problema central. Não entendem, além do mais, a democracia apenas na sua dimensão política, prestando também grande atenção aos seus aspectos sociais. Mas enquanto a perspectiva do historiador é otimista, acreditando que o Brasil se transforma num sentido democrático, a visão do sociólogo é pessimista, insistindo na não afinidade de nossa burguesia com a democracia.

O otimismo de Sérgio Buarque de Holanda e o pessimismo de Florestan Fernandes explicam-se, sobretudo, pelo primeiro ressaltar a mudança e o segundo a continuidade da história brasileira. Dessa maneira, *Raízes do Brasil* considera que a urbanização estaria pondo fim à herança ibérica e ao ruralismo que marcariam o país desde a colonização. Consequentemente, se poderia ter esperança que a primazia do particular sobre o geral, da família sobre o Estado, que marcariam alguém como o brasileiro, identificado com o homem cordial, chegasse ao fim.

Florestan Fernandes ressalta, em contraste, como a revolução burguesa no Brasil não desloca do poder as antigas classes dominantes. A oligarquia não perderia sua base de poder bastando, para tanto, se modernizar. Em outras palavras, a burguesia sentiria atração pela oligarquia, seu horizonte cultural sendo basicamente o mesmo, marcado por preocupações particularistas. De maneira até aparentemente curiosa, "o mundo oligárquico reproduz-se fora da oligarquia" (Fernandes, 1987: 176). A oligarquia não apenas protegeria seus interesses materiais, como determinaria a repressão ao escravo e ao proletariado como eixos da revolução burguesa no Brasil. Nesse sentido, a associação om a oligarquia abriria caminho para o padrão autocrático de dominação burguesa que marcaria o Brasil.

No entanto, de maneira aparentemente curiosa, algumas das convergências mais significativas da "interpretação do Brasil" esboçada por Florestan Fernandes ocorrem com a formulada pelo autor que, à primeira vista, parece ser seu antípoda: Gilberto Freyre. Em termos amplos, os dois, como aponta Jesse Souza (2006), ao mesmo tempo que entendem a modernização brasileira com referência a casos clássicos não imaginam que uma situação periférica, como a do país, simplesmente os repita.

Em *Sobrados e Mucambos* se analisa, assim como em *A revolução burguesa no Brasil*, preferencialmente o século XIX brasileiro. Esse período interessa a Freyre já que, com o Império e o crescimento das cidades, o patriarcalismo, desenvolvido durante a colônia, teria entrado em decadência. O país passaria por um processo de modernização, sendo re-europeizado ou até europeizado, com a influência de Portugal e, indiretamente, do Oriente, perdendo espaço. A própria paisagem teria se modificado, passando a ser dominada "pelo preto e pelo cinzento – cores civilizadas, urbanas, burguesas" (Freyre, 1951: 573).

Na nova situação, o antigo sistema Casa Grande e Senzala seria substituído por um novo sistema, Sobrado e Mucambo. Mais importante, essa substituição marcaria um menor equilíbrio e um maior antagonismo na relação entre dominadores e dominados. Progressivamente, a rua invadiria o espaço privado, o Estado ganharia importância diante da família, o trabalho do escravo seria substituído pela máquina. Gilberto Freyre lamenta esses desenvolvimentos, já que considera que mesmo que as oportunidades presentes na sociedade tenham aumentado não mais se poderia contar com o amparo fornecido pela família patriarcal.

A nova orientação, onde tendências impessoais e individualistas ganhariam força, seria como que personificada nas figuras do bacharel e do mulato, muitas vezes confundidos na mesma pessoa. O bacharel voltaria da Europa com novas ideias e pronto para se revoltar, contra o pai ou o padrinho, estando disposto até a realizar uma espécie de parricídio.

Já no caso de Florestan Fernandes, a própria escolha do termo revolução burguesa para se referir à forma como assume, desde o século XIX, a dominação burguesa e a transformação capitalista no Brasil é significativa de como a entende em referência a outros casos. No entanto, faz questão de apontar que se pensar a revolução burguesa nos termos do "modelo clássico", tal como ocorreu na Guerra Civil Inglesa, na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, provavelmente se consideraria que esse processo não ocorreu no Brasil. Essas revoluções, que acabaram por combinar capitalismo com democracia parlamentar e que se concretizaram, segundo Barrington Moore, com "o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual atacara os obstáculos (...) herdados do passado" (Moore, 1983: 5) não tiveram similar no país.

Florestan Fernandes não entende, porém, revolução burguesa como um simples episódio histórico, mas como um fenômeno estrutural, que não segue um caminho único. Ou seja, ela seria um processo dinâmico, que ocorreria de acordo com as diferentes escolhas realizadas pelos agentes humanos no âmbito econômico, social e político. Portanto, se trataria fundamentalmente de estudar o "estilo" específico que a revolução burguesa assumiu no Brasil.

Diversos fatores, que variariam de acordo com as condições históricas, determinariam como seria o padrão de dominação burguesa, como se daria a transformação capitalista e qual seria a relação entre eles. Além do mais, se se aceitasse como revoluções burguesas apenas os casos que se aproximam do "modelo clássico", ficariam de fora "casos atípicos", como da Alemanha, da Itália e do Japão, de "revoluções vindas de cima", e "casos comuns", como os que ocorreriam nos países capitalistas periféricos.

A periferia do capitalismo possuiria traços estruturais e dinâmicos que caracterizariam a existência de uma economia capitalista. No entanto, diferenças se superporiam a essas uniformidades fundamentais, tornando o desenvolvimento capitalista dependente, subdesenvolvido e imperializado. Seriam precisamente essas diferenças que caracterizariam o típico da dominação burguesa e da transformação capitalista na periferia. Por um lado, como "não

há ruptura definitiva com o passado", ele reapareceria, cobrando "seu espaço" (Fernandes, 1987: 202). Em orientação oposta, a revolução burguesa apareceria vinculada a mudanças decorrentes da expansão do mercado capitalista e dos dinamismos das economias centrais.

Ligado a isso, é especialmente significativo que, em termos formais, tanto Gilberto Freyre como Florestan Fernandes constroem suas análises com bases em categorias como o "equilíbrio de antagonismos" e a "polarização dinâmica", que expressam, até no estilo, as tensões constitutivas de um país marcado pelo convívio de orientações opostas. Talvez se possa afirmar que o "equilíbrio de antagonismos" e a "polarização dinâmica" traduzem, na forma, a maneira como se dá o desenvolvimento histórico brasileiro, ou seja, como uma modernização conservadora[12]. Mas enquanto o sociólogo pernambucano tem uma visão positivista desse processo, lamentando o progressivo menor equilíbrio e maior antagonismo da relação, o sociólogo paulista o analisa negativamente. Ficam, dessa maneira, evidenciadas as posições políticas que animam a obra dos dois autores: o conservadorismo de Gilberto Freyre e o socialismo de Florestan Fernandes.

## *A revolução burguesa no Brasil*, trinta e quatro anos depois[13]

Hoje praticamente não são publicadas "interpretações do Brasil". Não é difícil saber os motivos do quase desaparecimento do gênero: desde que *A revolução burguesa no Brasil* saiu, em 1974, a profissionalização e a especialização do trabalho intelectual não pararam de avançar. Concomitante com elas, a perda de espaço para temas como a dominação de classe, o imperialismo e a revolução burguesa, que Florestan Fernandes já percebera há trinta e quatro anos, se tornou ainda mais acentuada.

Por outro lado, a situação política do Brasil mudou significativamente no período. Em 1974, o momento mais duro do regime autoritário ainda não passara, sendo difícil até enxergar qualquer vislumbre de seu fim. É possível inclusive ser *A revolução burguesa no Brasil* como sugerindo que o autoritarismo não seria superado tão cedo. No entanto, já faz mais de duas décadas que

12 Sobre Gilberto Freyre ver Bastos (2006).

13 *Nota dos organizadores: O livro A revolução burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica, de Florestan Fernandes, fora publicado no ano de 1974/1975. A expressão do autor deste capítulo ("trinta e quatro anos depois") faz referência ao ano de 2008/2009, momento em que o presente texto fora escrito.*

o Brasil tem um regime democrático e não há nenhum sinal relevante de que ele corre perigo. Se poderia, portanto, considerar que a história desmentiu o livro de Florestan Fernandes.

Consequentemente, não seria difícil avaliar que *A revolução burguesa no Brasil* tem pouco interesse para os leitores de nossos dias. Até porque o livro é um ensaio de interpretação do Brasil, mas hoje já não há grande acolhida para esse tipo de livro. Além do mais, sua tese central – a existência de uma autocracia burguesa no Brasil – teria sido desmentida.

Florestan Fernandes entende, entretanto, autocracia, como percebe Gabriel Cohn, não como simples sinônimo de autoritarismo. Ela corresponderia, na verdade, a "uma forma de exercício do poder e não de sua organização". Nesse sentido, a autocracia burguesa deve ser entendida como "a concentração exclusivista e privatista do poder" (Cohn, 1999: 404). Portanto, mesmo com o fim do regime autoritário, que motivou a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceu do país.

Talvez ainda mais importante, em meio à democracia ela é menos percebida. Contribui igualmente para essa espécie de turvamento da visão a crescente especialização das ciências sociais e, em particular, da ciência política brasileira. É como se a realização regular de eleições, a existência de uma oposição, o funcionamento normal do Congresso, etc. fossem fatores que fizessem com que a autocracia não existisse mais ou fosse irrelevante.

Mas tão importante quanto o inegável avanço institucional dos últimos anos é que, por detrás dele, subsiste uma arraigada autocracia burguesa, a democracia estando ainda longe de atingir a sociedade brasileira. Assim, é provável até que seja a autocracia burguesa que, como percebeu Florestan Fernandes, continue a fornecer o "estilo" da revolução burguesa e mesmo da democracia no Brasil.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.

______________________. *Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo*. In: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. São Paulo: Edusc, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A paixão pelo saber*. In: D'INCÃO, Maria Angela (org.). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COHN, Gabriel. *A revolução burguesa no Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 1999.

______. *Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes*. In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera & MORAES, Reginaldo (orgs.). *A inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

______. *Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica*. Encontros com a Civilização Brasileira, n. 4, 1978.

______. *Os enigmas do círculo vicioso*. In: PRADO JR., Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume II*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1990.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México: Ediciones Era, 1988.

MOORE, Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

______. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

______. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVEIRA, Paulo. *Estrutura e História*. Encontros com a Civilização Brasileira, n. 4, 1978.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e as interpretações do Brasil*. Novos Estudos Cebrap, n. 53, 1999.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

# Ciência, intelectuais e democracia no centro e na periferia: o diálogo teórico entre Karl Mannheim e Florestan Fernandes

*Vera Alves Cepêda*

*Thiago Mazucato*

Já é reconhecida pela literatura da área de pensamento social e político brasileiro a recepção e influência da obra do intelectual alemão Karl Mannheim. Famoso por textos como *Ideologia e Utopia* e pela constituição dos marcos da Sociologia do Conhecimento, Mannheim foi recebido pelos intelectuais brasileiros do período 1950-1970 sob vários ângulos de apropriação distintos – tantos quanto as várias faces de sua robusta e complexa obra ou tantos quantos os ajustes e ressiginificações aplicados à recepção e adaptação de seus postulados no contexto nacional dessa época. Este capítulo procura explorar a presença das teses mannheimianas em um de seus mais expressivos interlocutores no Brasil: Florestan Fernandes.

São dois os argumentos centrais desta leitura. O primeiro, sobre o peso que o método sociológico desenvolvido por Mannheim teve no processo de constituição de um repertório qualificado e internacionalizado no campo das ciências sociais, projeto levado a cabo por Florestan nesse período – neste caso move a análise presente neste capítulo, a pergunta sobre a adequação das teses de Mannheim para as particularidades do caso brasileiro e para o projeto intelectual de Florestan Fernandes. O segundo argumento, sobre a proposição de Mannheim quanto às tensões entre a tarefa do conhecimento,

a mudança social racionalizada e orientada e o papel da democracia - portanto o alcance político real da ação da *intelligentsia* e do conhecimento racional--pragmático.

## A teoria de Karl Mannheim e sua recepção no Brasil – hipóteses sobre a lógica de sua recepção

A obra do sociólogo húngaro-alemão Karl Mannheim (1893-1947) vem assumindo nos últimos anos um lugar de destaque e importância. Um primeiro e interessante dado é que, se as últimas gerações de cientistas sociais brasileiros pouco conhecem da obra mannheimiana, esta não era certamente a configuração da intelectualidade nacional entre as décadas de 1940 e 1970, onde a referência direta a seus textos ou indireta, pelo uso de suas teorias e método, apareceu com força na obra de vários autores nacionais. E essa também não era a recepção e circulação da obra do autor alemão no cenário intelectual europeu.

Comecemos por este último ponto, destacando alguns elementos da produção de Mannheim que auxiliam a compreensão da importância de seu trabalho no ambiente europeu, em especial pela recepção de sua grande teoria – a Sociologia do Conhecimento. A trajetória acadêmica de Mannheim inicia-se no campo da filosofia e da teoria do conhecimento, avança pela filosofia social, migra marcadamente para o campo da teoria social na obra *Ideologia e Utopia* (publicada originalmente em 1929) e deságua, em seus últimos trabalhos, na reflexão sobre a questão política em sociedades avançadas.

Entre a publicação de *Ideologia e Utopia* e sua última obra, *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* (que veio a público postumamente em 1950, após três anos de seu falecimento), os acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais na Europa no entorno de experiências cruciais como a ascensão dos fascismos, do nazismo e da II Guerra Mundial influenciaram o deslocamento de sua agenda intelectual para temas ajustados aos dilemas emersos desse novo contexto como a racionalidade da ação política (presente na obra *Homem e Sociedade numa Era de Reconstrução Social*, de 1940) e a importância da construção de balizas democráticas e de controle social-racional com vistas ao diagnóstico e solução dos principais problemas políticos contemporâneos (como é o caso da tese presente no livro

*Diagnóstico de Nosso Tempo*, de 1943). Em *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* o foco analítico de Mannheim estava ancorado principalmente na esfera da política, onde buscou analisar os valores e as instituições – em um momento de crise e de profundas transformações – necessários para a consolidação da democracia.

Do complexo conjunto de temas e problemas analisados na obra de Mannheim, gostaríamos de selecionar aqueles que, ajustados em seu alcance explicativo para sociedades centrais (o ambiente da Europa da primeira metade do século XX), puderam ser recebidos e influenciar o contexto intelectual latino-americano, em especial o pensamento social e político brasileiro do período compreendido entre os anos 1950 e 1975. São eles: (i) a concepção epistemológica da Sociologia do Conhecimento; (ii) a função social do conhecimento e o papel dos intelectuais e (iii) a noção de racionalidade do desenvolvimento social e as tarefas da democracia em situação de planejamento.

A concepção ontológica da Sociologia do Conhecimento estabelece como pressuposto epistemológico a construção do diagnóstico de época, recuperando trajetórias sociais cristalizadas em um arranjo epocal, uma constelação de sentido e direção social, emergente da estrutura de opções legadas pelo passado e definidas pelo presente. É um tipo de historicismo (sem a teleologia presente nos modelos hegeliano e marxista) que procura detectar o presente a partir da compreensão dos resultados das tensões pretéritas que convergem em uma configuração atualizada: *mix* de uma visão diacrônica e simultaneamente sincrônica[1]. Nesse processo, as representações simbólicas – as ideias – são forças sociais ativas, distribuídas como arranjos ideológicos ou utópicos, funcionando como meios de consecução das experiências reais. Não são apenas representações: são *parte* da existência social e *método* para apreensão desta.

No movimento de interrogar e compreender as diversas e concorrentes expressões da realidade social emerge a figura do intelectual, único ator com treinamento técnico apto a produzir um conhecimento síntese sobre a diversidade das expressões ideacionais em curso no heterogêneo e conflituoso complexo social. Independentemente de sua origem de grupo ou de classe,

1 Trabalho importante de Mannheim sobre o tema é "Gênese e natureza do Historicismo" in *Mannheim*, (Coleção Grandes Cientistas Sociais), compilação organizada por Marialice Foracchi e o próprio Florestan Fernandes.

o intelectual possui o método objetivo, a *expertise* e a capacidade de olhar a realidade transcendendo seu interesse próprio, assumindo uma função social importantíssima – a da chegar à síntese das diferenças ideológicas e utópicas. Ao mesmo tempo, a compreensão sintética das tensões sociais pode auxiliar as sociedades a encontrar soluções mais efetivas e eficientes para seus problemas, aumentando a capacidade e o alcance da racionalização da vida social e configurando um destino prático para o conhecimento.

Mannheim, ao problematizar os temas apontados, procurava municiar as ciências sociais de instrumentos seguros e legítimos para compreender a mudança social, sem recorrer a explicações acima ou fora da dinâmica social e sem comprometer-se com o *dever ser* de um historicismo teleológico. Pesava na agenda de pesquisa de Mannheim, também, os efeitos danosos que a irracionalidade de certas ideologias como o nazismo poderia causar no futuro das sociedades modernas. A introdução da racionalidade e do planejamento como técnica social eram apostas positivas para coibição de resultados nefastos da desordem e das paixões sociais.

Contudo, ainda que Mannheim tenha trabalhado com inúmeras das formas de descompasso da vida social moderna – quer em termos do desafio científico para compreendê-las, quer do ponto de vista político na engenharia para neutralizá-las, seu contexto histórico e seu horizonte epocal estavam adstritos às experiências históricas mais avançadas da modernidade ocidental: a trajetória e o contexto sociopolítico da Europa. E, no entanto, suas ideias circularam e influenciaram fortemente intelectuais que vivenciaram outra experiência histórica– a da periferia subdesenvolvida. A distância entre o padrão de problemas tratados por Mannheim tendo como pano de fundo os dilemas europeus, pode se compreendida como em sua recepção e apropriação para o caso brasileiro? Qual sua função heurística e como foram adaptadas ao contexto do subdesenvolvimento – tese que orientava a pauta de reflexão da maioria da intelectualidade nacional no período?

Partindo destas perguntas, passamos a analisar, em seguida, como a percepção de uma outra trajetória histórica – a latino-americana e em particular a brasileira – fomentaria um papel inédito para o diagnóstico, o lugar do pensamento e da ação do intelectual e da transformação social orientada – dois dos principais elementos que permitiram a assimilação das teses mannheimianas na compreensão dos dilemas de uma sociedade em processo de modernização e superação do subdesenvolvimento.

## Identidade latino-americana e consciência do subdesenvolvimento

A questão da existência de uma identidade coletiva que sintetizasse ou exprimisse a condição latino-americana foi central e esteve presente em mais de um momento da vida intelectual e política deste continente. Desde a proposição de Bolívar em 1819 – "*no somos europeos, no somos índios, sino una espécie média entre los aborígenes y los españoles*" – reconheceu-se como dilema fundamental da construção do Estado Nacional a tarefa de identificar as condições culturais do povo deste grupo de países de herança colonial.

O momento da independência reforçou a reflexão sobre a identidade nacional, base sobre a qual repousaria a construção dos pactos políticos e das instituições. Martí assinalaria que "*o bom governante na América não é aquele que sabe como se governa o alemão ou o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país*" e como guiá-lo com "*métodos e instituições nascidas do próprio país*" (Nuestra América, 1891). O que o século XIX enfrentava era a ruptura com as amarras coloniais e, nesse contexto de crise o debate sobre quem somos se torna chave do problema nacional.

A importância do binômio identidade/nacionalismo é o contexto da emancipação dos países latino-americanos, em luta contra o passado (legado ou fardo?) e em busca do autêntico. Um dos temas, e talvez o mais rapidamente percebido nesse contexto, versa sobre o "tipo humano base" no delineamento do povo e da nação partindo de uma percepção sobre o conjunto populacional heteróclito e heterogêneo (fraca base para a constituição de um *demos* ou de uma unidade nacional) e somente atingida, solucionada, em uma configuração inovadora – a da miscigenação (*cabeça branca, corpo mestiço de índio e de crioulo,* conforme Martí, 1891). Em grande parte da América Latina o povo não estava pronto *antes* da formação da nação e do Estado nacional independente. Ao contrário, em muitos países foi tarefa da centralização política a construção da identidade nacional (caso exemplar do Brasil). Não poderíamos percorrer, assim, a trajetória liberal-burguesa clássica apontada pelo modelo europeu, em que as transformações da sociedade e do mercado impulsionaram um novo desenho para o Estado. Na situação tardo-periférica a opção ocorreu pelo projeto antecipando as transformações, modelo que culminou, ao fim da primeira metade do século XX,

na via da *modernização planejada*[2]. Na fórmula da Revolução Burguesa, as estruturas sociais mudaram e exigiram a transformação das instituições ao seu *ethos* – a síntese política deste modelo seria a de um vetor apontando "*da sociedade para o Estado*", de inclinação liberal[3]. A segunda forma é bastante diversa: calcada na fragilidade da sociedade, tem que acionar a vontade política e a ação do Estado para provocação/promoção das condições de modernidade. Sua síntese política seria a de um vetor apontando "*do Estado para a Sociedade*".

Assim, a América Latina teria, por sua herança colonial e situação periférica, que viver a situação de "mudança orientada" mais de uma vez[4] laborando um pressuposto profundamente enraizado na mentalidade social de "construção social pelo alto". Duas grandes questões emergem deste contexto, ambas muito profícuas para a entrada e assimilação das teses mannheimianas:

– a primeira é a percepção da história como *construção*, como escolha de trajetórias e arranjos ideacionais distintos, com o processo de modernização emergindo não de condições naturais (*o livre mercado* na economia como promotor do progresso material e social; e a sociedade civil forte antes do desenho das instituições políticas e do Estado), mas como projeto que emerge das condições do passado e possibilita uma configuração histórica precisa - tensa e premida entre permanecer ou mudar (tensão ideologia *versus* utopia - segundo as próprias categorias mannheimianas);
– a segunda, como sequência lógica, é que se algo foi *construído*, sua forma foi pensada, ideacionada como *utopia* e operacionalizada pelas formas do pensamento social.

Derivados destes dois pontos, a experiência histórica da América Latina reconheceu o peso das ideologias, ancoradas em diagnósticos que explicam o presente pela interpretação do atraso legado pela confluên-

2 E em período anterior na inclinação para fórmulas como o idealismo orgânico apontado por Vianna (1939) e descrito como *linhagem* na obra de Brandão (2007).

3 *Cf*. Barrington Moore (1975) em *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, e Florestan Fernandes (2005) em *A Revolução Burguesa no Brasil*.

4 Na fase inicial de formação dos Estados nacionais independentes e posteriormente na orientação para modernização urbano-industrial.

cia do passado[5], que postulam grandes teorias ou sínteses históricas elaboradas por um conhecimento que se quer técnico, intelectual e preciso, produzido por uma *intelligentsia* que entende a ciência como ferramenta necessária para a mudança social[6]. Nesse repertório de ideias vemos temas importantes da tese de Mannheim, em especial a função assumida pelos intelectuais com vocação pública e o planejamento/racionalização como parte de atuação do conhecimento produzido pelas ciências humanas:

> A conexão de sentido, que nos compelia a ver nossos papéis na sociedade brasileira, à luz da responsabilidade intelectual ativa, crítica e militante (...) todo sociólogo digno desse nome deve saber ajustar-se à situação e, em consequência, sua capacidade de contribuir para o conhecimento sociológico de uma realidade tão imperativa. (Fernandes, 1976b: 34)

Na tradição intelectual brasileira essa percepção da função prática da ciência e de sua capacidade de transformação orientada da realidade, bem como o papel protagonista dos intelectuais, ganhou várias denominações: sociologia engajada, intelectual engajado, intelectuais públicos, entre outros. E esta posição dada aos intelectuais embora surgindo pelas condições próprias da história política e dos arranjos do universo acadêmico encontrou na tese da *intelligentsia* mannheimiana apoio e reforço progressivo para sua ação no interregno nacional-desenvolvimentista. Acentuou esse encontro o peso que a tese do planejamento e do progresso enquanto construção da vontade e ferramentas políticas desempenhou no período. A função do conhecimento, aliado à técnica da transformação social, os dilemas do controle social e da democracia – todos presentes nas formulações de Mannheim (enquanto tensão radical entre ciência e política)[7] – eram, no momento brasileiro da dobradinha teoria do subdesenvolvimento *versus* projeto desenvolvimentista, terreno fértil para recepção e uso da obra do sociólogo húngaro-alemão.

---

5 "*Este pendão aparece capturado no idealismo orgânico, originalmente postulado no momento da independência e novamente acionado com força no período nacional desenvolvimentista. Esta linhagem, ressignificada em cada momento diante das condições históricas específicas (momento colonial versus industrialização travada), tem uma gramática única, já enraizada no debate intelectual e político latino-americano, mudando apenas a natureza do problema (mas mantendo intacto o modelo de sua resolução)*" (Cepêda, 2013: 1014).

6 *Cf.* Pécaut (1990).

7 *Cf.* Cepêda (2014).

As principais teses de Karl Mannheim não somente encontraram uma acolhida na produção de autores nacionais (como é o caso de Florestan Fernandes e de Celso Furtado, apenas para exemplificar) como também adentraram à própria história política brasileira, estando presentes nos principais debates intelectuais entre os anos 1940 e 1970 (como veremos mais a frente neste texto).

Observando mais detidamente a presença de Mannheim na produção intelectual de Florestan Fernandes, foi através da perspectiva analítica oferecida pela Sociologia do Conhecimento de Mannheim, que foi possível a Florestan fazer um uso crítico e criativo para compreender a racionalidade da ação política dos diversos grupos e classes no Brasil, num embate permanente entre forças mais progressistas e outras mais conservadoras ou reacionárias. As teses mannheimianas sobre a função social da ciência e o papel da *intelligentsia* permitiram que Florestan incorporasse à sua proposta de construção objetiva do conhecimento científico (período de forte institucionalização e legitimação das ciências sociais no Brasil) um viés prático do *destino social do conhecimento*. Por fim, mas não de menor importância, poderíamos mencionar a presença, na obra de Florestan, da tese mannheimiana do planejamento racional, que se constituiu em argumento fundamental para o momento político brasileiro dos anos 1950 em diante, no qual dois grandes pilares da teoria social contemporânea encontraram uma síntese: por um lado diagnóstico da realidade nacional, resultante de prática científica, portador de objetividade e neutralidade e, por outro lado, o planejamento enquanto instrumento para superação do subdesenvolvimento em sociedades periféricas. O fato é que Florestan encontra no conceito mannheimiano de planificação racional uma das chaves para a superação do atraso através de vias democráticas.

A seguir apresentaremos alguns elementos importantes de diálogo, recepção e ressignificação do repertório temático de Karl Mannheim, como aqueles que apontamos anteriormente, nas obras de Florestan Fernandes.

## *Ciência, intelligentsia e democracia* – elementos do diálogo entre Florestan Fernandes e Karl Mannheim

Desde a sua entrada mais forte no cenário acadêmico brasileiro, que se consolida na década de 1950, Florestan Fernandes depara-se com alguns desafios (fortalecer e legitimar a área das Ciências Sociais no país, aprimorar

o seu ensino na universidade, promover uma aproximação entre Ciência e Política), o que resultará num diálogo intelectual e numa produção acadêmica de grande envergadura. Exemplo disto são as suas obras de cunho antropológico sobre a população indígena tupinambá, ou ainda os seus trabalhos a respeito da questão racial no Brasil. Se somarmos a estas os seus manuais teóricos e metodológicos, teremos então um excelente ponto de partida para observarmos seus diálogos intelectuais e, posteriormente, analisarmos a sua produção sobre os processos de modernização nacional. Faremos esta análise em dois movimentos: primeiramente, nos aproximaremos desta questão ao observarmos como Florestan reposicionará o seu diálogo intelectual entre as décadas de 1950 a 1970, através da análise de alguns de seus manuais teórico-metodológicos, o que nos apontará para um conjunto de intelectuais com os quais as teses de Florestan dialogavam mais diretamente para, em seguida, verificarmos como as teses de Karl Mannheim estiveram presentes num conjunto de suas obras publicadas entre 1960 e 1973, as quais, por abordarem o processo de modernização nacional, entraram de forma mais densa na questão da função social da ciência, do papel dos intelectuais e nos processos de planejamento.

Ainda que Florestan nunca tenha deixado de lado a sua filiação ao marxismo, fato que ele mesmo reafirmará posteriormente (Fernandes: 1978), o diálogo intelectual com as mais diversas correntes teóricas das Ciências Sociais sempre esteve presente em seu horizonte acadêmico:

> O diálogo contínuo, aberto e crítico desenvolve-se com os principais sociólogos, ou cientistas sociais, que apresentam alguma produção para a pesquisa e a interpretação da realidade social. Aí estão representantes notáveis das escolas francesa, alemã, inglesa e norte-americana, como por exemplo: Comte, Durkheim, Le Play, Simiand, Mauss, Gurvitch e Bastide; Weber, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyer e Mannheim; Spencer, Hobhouse, Malinowski, Radcliffe-Brown e Ginsberg; Cooley, Giddings, Park, Burgess, Parsons, Merton e Wright Mills. Esses são alguns dos clássicos e modernos que se encontram no horizonte intelectual de Florestan Fernandes, pelas sugestões, desafios, temas, teorias e controvérsias que apresentam e provocam. Dentre todos, sobressai Mannheim. (Ianni, 1991: 19)

Todavia, podemos estabelecer um intervalo de uma década e meia, entre 1950 e 1965, em que à filiação marxista de Florestan sobressai-se um diálogo

intelectual com as teses de Karl Mannheim. Podemos verificar este reposicionamento de seu diálogo intelectual ao analisarmos três de seus manuais teórico-metodológicos que foram elaborados desde o final da década de 1940 até o final da década de 1970, e foram publicados, respectivamente, em 1960, 1970 e 1980. Abaixo apresentamos uma tabela com objetivo de visualizar os autores mais citados por Florestan nas seguintes obras: *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* (ESGA, 1960), *Elementos de Sociologia Teórica* (EST, 1970) e *A Natureza Sociológica da Sociologia* (NSS, 1980)[8]:

**Quadro 01** – Autores mais citados por Florestan Fernandes – ESGA, EST e NSS

| Ordem | ESGA (1960) | EST (1970) | NSS (1980) |
|---|---|---|---|
| 1º | Marx | **Mannheim** | Marx |
| 2º | **Mannheim** | Durkheim | Engels |
| 3º | Levy-Bruhl | Malinowski; Radcliffe-Brown | Lênin |
| 4º | Durkheim | Marx | **Mannheim** |
| 5º | Comte | Gurvitch | Wright Mills |
| 6º | Weber; Freud | Tönnies, Linton; Warner, Lunt | Gouldner |
| 7º | Tönnies, Hegel, Engels | Weber | Durkheim |
| 8º | Freyer | Simmel; Tax | Weber; Bukharin |
| 9º | Feuerbach; Costa Pinto | Lowie | Parsons |
| 10º | Sorokin; Simiand | Comte | Marcuse; Lukács; Comte |

**Fonte**: elaborado por Mazucato, em sua pesquisa de dissertação.

De acordo com os dados apresentados acima, notamos que em *Elementos de Sociologia Teórica*, (originalmente publicado em 1970, mas contendo capítulos que foram elaborados desde a década de 1950), Karl Mannheim é o autor mais mencionado por Florestan. Se no *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* (publicado originalmente em 1960, mas contendo capítulos elaborados desde meados da década de 1940) notamos uma forte presença de Mannheim, podemos também observar que há um predomínio de citações de Karl Marx. No entanto, constata-se, ao longo das obras do período uma pre-

8 Os dados referem-se ao número de citações em cada trabalho.

sença muito forte da teoria mannheimiana na produção intelectual de Florestan. Também é possível aventar que a presença/uso das teses de Mannheim podem ter obedecido dois influxos: a) ajustar-se o problema conceitual de adequar a compreensão científica da experiência brasileira (formação, transformação, conhecimento em trajetória socialmente constituído) ao potencial apresentado pela Sociologia do Conhecimento e Sociologia Sistemática de Mannheim; e b) aproximar-se ou afastar-se da influência de Mannheim e Marx, em função da coerência temporal (auge do nacional-desenvolvimentismo e Regime Militar) e do caráter mais otimista ou crítico das energias do próprio nacional-desenvolvimentismo.

Feitas estas considerações mais gerais, adentremos à análise mais verticalizada da presença das teses de Mannheim na obra de Florestan, adotando o recurso do balanço cronológico. Podemos exemplificar esta recepção já em sua obra *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*, um de seus grandes manuais - publicado originalmente em 1960. Neste trabalho nota-se a presença forte de temas e conceitos que faziam parte da agenda intelectual original de Karl Mannheim, como as *técnicas racionais de controle social* ou, em outras palavras, das *técnicas de intervenção racional na realidade política e social*. Florestan faz, nesta obra, referências diretas às teses mannheimianas sobre a função social da ciência e o papel do intelectual:

> As implicações e consequências de tal condicionamento são analisadas por Scheller e Mannheim: o pensamento científico dispõe de recursos especiais para aproveitar de modo construtivo e positivo as motivações sociais do conhecimento sociológico. Em lugar de constituir um obstáculo, as vinculações existentes entre a investigação sociológica e as condições de existência social nas sociedades de classes são fatores responsáveis pelo acúmulo de conhecimentos sobre a morfologia, o funcionamento e a dinâmica das classes sociais. (Fernandes, 1976a: 88)

No mesmo ano veio à tona a obra *Mudanças Sociais no Brasil*, (1960) exatamente um ano após a publicação de *Brancos e Negros em São Paulo* (1959) em parceria com Roger Bastide. Neste momento Florestan volta suas atenções para a interpretação histórica dos processos de formação social, econômica e política do Brasil, buscando uma melhor compreensão do momento atual em que o país se encontrava. Ao mesmo tempo em que o processo de modernização se intensificava – refletidos principalmente nas esferas econômica

e política, pelo grau de industrialização e de urbanização, e na esfera social, pela clivagem que passava a constituir as classes sociais – emergia uma compreensão da situação de *déficit* em relação aos países considerados mais avançados. Esta situação contraditória de modernização incompleta ou truncada culminava no atraso no processo de formação das classes sociais ajustadas (ou esperadas) ao contexto de modernidade no país, como também expressava um outro percurso histórico: a forma econômica *dependente* de capitalismo assimétrico, desigual e híbrido), cuja síntese econômica e política emergia na tese do *subdesenvolvimento*.

O debate que Florestan empreende com as teorias sociais, políticas e econômicas de intelectuais dos países centrais resulta numa formulação teórica que incorpora as especificidades da formação e da trajetória política brasileira. Neste sentido, a condição de *subdesenvolvimento* em que o país encontrava-se trouxe para o primeiro plano da agenda intelectual da época tanto os *diagnósticos* da situação quanto os *prognósticos* que apontavam quais seriam os possíveis caminhos para se alcançar o *desenvolvimento*. É importante ressaltar que a percepção de Florestan sobre o tema do subdesenvolvimento ou do atraso não é inédita. Este é um debate que começa muito antes e por caminhos muitas vezes tortuosos. Atraso, déficit, males, debilidades são elementos do repertório com o qual a intelectualidade brasileira vinha lidando desde o final do século XIX e passagem para o século XX em sua tarefa de explicar o país. Ora acentuando o papel negativo das condições mesológicas (raça, clima, composição étnica), ora do desajuste da mentalidade e *ethos* moderno, ora frisando as debilidades das instituições, ora apontando como óbice o legado da formação econômica colonial e depois a situação tardo-periférica ou dependente, estes pontos nodais formaram uma longa cadeia em que a identidade do país era compreendida enquanto trajetória específica - e neste leque, correntes e teorias alternaram-se e disputaram quanto a interpretação de nossa formação histórica. Apenas recortando-se o último campo - do primado da racionalidade econômica, de onde surgirá a teoria do subdesenvolvimento[9] – Florestan dialoga com um conjunto de autores que versaram sobre o mesmo problema: destacamos aqui as teses de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, bem como o ambiente no entorno da CEPAL e do IBESP/ISEB.

Afinado com esta agenda intelectual do período, Florestan apoia-se nas formulações de Mannheim sobre as capacidades e papéis passíveis de serem

9 *Cf.* Cepêda (2013).

desempenhados pela ciência e pelos intelectuais. Segundo análise de Heloisa Fernandes (2014) os temas do contexto latino-americano e a presença de Mannheim na obra de Florestan aparecem fortemente conectadas:

> (...) o mapa latino-americano está ocupado pela CEPAL, pela Aliança para o Progresso, pela revolução cubana. Nas Ciências Sociais, dominam as ideias de planejamento estatal; de diagnóstico dos problemas sociais; de técnicas de controle social e de mudança social provocada. Florestan, leitor precoce de Karl Mannheim, reforça ainda mais seus laços de filiação com este autor com vasta obra em defesa da planificação, da universalização da educação democrática e do papel dos intelectuais como mediadores da contradição entre capital e trabalho. Mais tarde, Florestan dirá que ele foi um "socialista róseo", à procura de um terceiro caminho que pudesse conciliar socialismo e democracia" (Fernandes, 2014: 37)

A solução mannheimiana encontraria um espaço privilegiado nas elaborações teóricas de Florestan no que se refere ao papel político que caberia aos intelectuais nas tarefas de *planejamento racional* especificamente em países periféricos:

> Nos "países subdesenvolvidos", as atitudes e motivações tendem a ser inadequadas, quando respondem às exigências da situação histórico-social, por transcenderem à capacidade de atuação racional socialmente organizada do homem, de funcionamento normal das instituições e às vezes, até, de crescimento equilibrado das bases ecológicas, demográficas e econômicas da vida social. Assimilada por via da imitação de "povos adiantados", produzem, simultaneamente, *progresso social* e desorganização social, o que as coloca entre os fatores dinâmicos do subaproveitamento crônico das vantagens asseguradas pelas mudanças sócio-culturais bem sucedidas. (Fernandes, 1960: 40)

Ao discutir os principais obstáculos ao processo de modernização nos países periféricos – em especial no caso brasileiro – Florestan desloca para o primeiro plano a dimensão política das *mudanças sociais no Brasil*. Florestan (1960: 283) reitera a função social da ciência e o papel político do intelectual ao dizer que "(...) não se deve ignorar o que as ciências sociais podem significar para melhor utilização de recursos em um país subdesenvolvido e que luta com graves problemas sociais". Ainda em *Mudanças Sociais no Brasil*, Florestan focaliza temas como o *desenvolvimento*, a *industrialização* e a *modernização*:

> Onde o desenvolvimento intenso acaba se convertendo em alvo coletivo, os desequilíbrios daí resultantes são agravados pela tendência à importação prematura ou antecipada de técnicas, instituições e valores sociais. Ela promove, inquestionavelmente, vários "progressos", desejados ardentemente por todos os países "pobres" ou "atrasados" do mundo. Mas produzem efeitos reativos imperceptíveis, que desgastam as possibilidades de desenvolvimento social. Nesta área, as atitudes e as motivações mais consistentes estimulam a valorização de ideais de conforto, de segurança e de emprego do ócio que fomentam a dissipação dos recursos, aumentam a improdutividade e aceleram a elevação rápida do nível médio de vida. Só os países que puderam associar esses alvos coletivos à planificação social conseguiram êxito marcante na aceleração do desenvolvimento social. É que, nessas condições, puderam eliminar os efeitos inconscientes e negativos da mudança cultural antecipada. (Fernandes, 1960: 46)

Além da base heurística da Sociologia do Conhecimento, outros dois conceitos centrais da lavra de Karl Mannheim irão aparecer na obra *Mudanças Sociais no Brasil* - os conceitos de *ideologia* e *utopia*. Neste trabalho Florestan aponta para a possibilidade de uma síntese dos processos sociais, em que categorias de pensamento e de ação poderiam – e *deveriam* – ser devidamente identificadas para se compreender a configuração maior que orienta a dinâmica social e política:

> No nível da atuação propriamente dita, porém, o homem carecerá de recursos intelectuais novos para perceber como essas forças se manifestam, para explicar a influência delas na preservação ou na alteração da ordem social, e para agir com eficácia sobre as condições ou os efeitos delas, suscetíveis de serem controlados de forma deliberada e racional. Tais recursos são fornecidos pelas ciências sociais. Daí o interesse que o fomento do ensino e da pesquisa dessas ciências apresenta para o desenvolvimento de uma cidade, que se converteu em metrópole sob o signo da civilização baseada na tecnologia científica. (Fernandes, 1960: 282)

O ponto mais elevado do diálogo implícito nas obras de Florestan com as teses de Karl Mannheim pode ser verificado no livro *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, publicado originalmente em 1962. O desenvolvimento econômico que resultou da forte intervenção do Estado no processo de industrialização e urbanização – processo esse que ocorre desde Vargas e prolonga-se até o período democrático que o país vivenciava a partir de meados da

década de 1940 – levou também ao acirramento das disputas políticas que abandonavam paulatinamente um clima de "harmonia de classes" e avançavam em direção a uma situação de "conflito de classes" cada vez mais aberto e intenso, incluindo os ajustes e alianças que se produzem entre os segmentos mais avançados e atrasados da sociedade brasileira.

A situação paradoxal da *burguesia nacional*, que desempenha simultaneamente papeis políticos revolucionários e conservadores, orientou a construção de um arranjo especial entre sociedade e Estado, dando a este último o papel de protagonista na orientação e consecução da modernização econômica e social. O cenário de um regime político aberto, com a democracia a partir de 1945, conjurou uma aliança política entre as novas elites econômicas urbano-industriais e as antigas elites econômicas vinculadas ao setor agrário-exportador, com a finalidade de manterem o controle sobre o aparelho estatal.

Florestan equaciona *teoria* e *práxis* em suas formulações ao diferenciar os momentos de produção e de utilização do conhecimento científico, adentrando à discussão sobre a neutralidade axiológica da ciência e de seu reposicionamento necessário em países periféricos. O grau máximo de neutralidade poderia ser alcançado pelo cientista social durante a produção de seus conhecimentos, respaldada por robusto arcabouço teórico e rigor metodológico. Todavia, o conhecimento científico da realidade social não se esgotaria neste momento de *produção social do conhecimento*, devendo alcançar uma etapa posterior de *aplicação social do conhecimento*, a qual possui extrema importância em países que se encontram em condição de *subdesenvolvimento*, justamente por expressarem, desejarem e precisarem do conhecimento racional enquanto forma e possibilidade de superação desta situação.

Se a aplicação social do conhecimento transforma-se na consequência natural e no passo posterior à própria produção social do conhecimento, então, não somente a ciência, mas também os próprios intelectuais adquirem um protagonismo político nos países periféricos (Pécaut: 1990). Uma vez que a trajetória política, econômica e social dos países periféricos destoavam daquelas dos países centrais, Florestan radicaliza ainda mais a aplicação do conceito mannheimiano de *intelligentsia*, adaptando-o às necessidades políticas dos países mais *atrasados*:

> Os temas que nos preocupam não se impuseram de igual maneira aos sociólogos da Europa ou dos Estados Unidos, que desfrutaram de condições relativamente mais favoráveis para combinar meios e fins na graduação do

> crescimento das instituições devotadas ao ensino, à pesquisa ou à aplicação no campo da sociologia. Puderam negligenciar, portanto, a preocupação absorvente pelo debate de questões instrumentais, que nos atormentam cotidianamente. Doutro lado, o que há de valioso ou de promissor em nossa orientação emana desse mesmo pano de fundo. Temos de representar-nos, com objetividade, como conjugar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da sistematização teórica e das elaborações práticas, nos diversos ramos da sociologia, com as condições histórico-sociais favoráveis ao ambiente. (Fernandes, 1976b: 17)

Há em Florestan uma tentativa de conectar a "ética da neutralidade científica" (principalmente no momento de *produção social do conhecimento*) com uma "ética da responsabilidade social do intelectual" (mais voltada para o momento da *aplicação social do conhecimento*), assemelhando-se ao esforço promovido por Mannheim para conciliar tendências mais engajadas com tendências de orientação pautadas pela neutralidade e objetividade metodológica. Como o próprio Florestan afirma (Fernandes: 1976b; 2009), não seria permitido ao intelectual brasileiro ou latino-americano "negligenciar" as grandes questões nacionais, incluindo o tema da mudança social, do enfrentamento de formas específicas de conflito social e a busca por ferramentas (no campo da teoria e da ação prática) ajustadas a esse contexto e problema.

Esse cenário dotado de características próprias pode ser a origem da adoção, em especial na leitura sobre o processo de modernização abrigado debaixo da fase desenvolvimentista (projeto de superação de outra tese - o subdesenvolvimento), à filiações teóricas distintas, como a combinação de orientações marxistas, com outras weberianas, mas principalmente, à composição caleidoscópica possibilitada pelo historicismo mannheimiano. Observando ao longo da evolução da produção intelectual de Florestan, esses autores clássicos aparecem mais em algumas fases e menos em outras, talvez pela dinâmica oriunda da agenda de problemas enfrentados em cada momento/pauta da pesquisa florestaniana, muito próximo a feliz formulação de Gabriel Cohn sobre o "ecletismo bem temperado"[10]. E mesmo sendo tributário das teses de Karl Marx, podemos notar que em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* surge uma tentativa de síntese entre problemas apontados pelo marxismo e as teses levantadas por Mannheim, principalmente no que se refere às possibilidades de uso das técnicas de controles racionais (que já

10 Que como afirma Cohn, só se torna positivo quando o intelectual possui "domínio pleno dos instrumentos" para se poder dar "ao luxo de ser eclético". (Cohn, 1987: 53).

implicam um alto grau de intervenção) voltadas para o planejamento econômico, político e social. Dois aspectos são, a esse respeito, interessantes de nota: o primeiro, sobre o papel do planejamento no âmbito do conflito social e, o segundo, sobre seu potencial quanto à construção de uma ordem sócio-política cooperativa:

> (...) ainda não promoveu, como acreditam certos especialistas (entre os quais se salienta Mannheim) um alargamento apreciável das áreas nas quais o conflito pode ser definitivamente substituído pela cooperação. Mas, em todas as nações em que vem sendo explorado com sucesso, ele se tornou um fator social básico do aumento da riqueza, do conforto, da segurança e da democratização da cultura ou do poder. (Fernandes, 1976b: 38)
>
> Mannheim não trepidou, mesmo, em cunhar uma noção como a de "planejamento experimental", que descreve as condições ideais daquilo que poderíamos chamar de "planejamento social completo e perfeito". Quer concordemos ou não com suas ideias, uma coisa é patente: a ciência lida com valores, inclusive no terreno da *práxis*. (Fernandes, 1976b: 137-8)

O processo de superação do subdesenvolvimento implicaria, através do planejamento, também na construção de uma visão nacional:

> As barreiras opostas ao desenvolvimento rápido mas equilibrado são tão variadas, complexas e fortes, nos "países subdesenvolvidos", que todos eles aprenderam que é impraticável combater a estagnação econômica, a dependência social e o atraso cultural sem combinar o planejamento a uma política de integração nacional. (Fernandes, 1976b: 236)

As ideias de Florestan que apresentamos até aqui fazem parte de obras que foram publicadas antes do golpe de 1964. A partir deste momento, não somente as dinâmicas política, social e cultural do país se transformarão com o fechamento do regime político, como também a obra de Florestan Fernandes. Verifica-se, desde então, um movimento de envolvimento ainda maior para a própria realidade nacional, encontrando nas teses de Marx um ponto de apoio mais firme para fazer o enfrentamento intelectual com a ditadura que se instalara no Brasil. Contudo, ainda encontramos traços da presença das ideias de Karl Mannheim, principalmente quando observamos algumas partes de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (publicada originalmente em 1968), notadamente nas reflexões sobre o papel político dos intelectuais

(no capítulo *A "Revolução Brasileira" e os Intelectuais*), sobre as técnicas de planejamento democrático (no capítulo *"O Desenvolvimento como Problema Nacional"*) ou no seu argumento sobre o impacto das forças ideacionais na configuração política, orientando a ação de indivíduos e grupos pela preservação ou pela alteração da ordem social e política (no capítulo *"Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil"*).

Porém o que se sobressai em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* é a mudança de perspectiva do próprio Florestan quanto as possibilidades e limitações da intervenção racional na realidade política e social. Se no livro *Mudanças Sociais no Brasil* (de 1960) afirmava que as conquistas do regime democrático eram sólidas no país, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (de 1968) notamos já no prefácio, uma crítica aos limites de época e reposicionamento sobre o tema ao afirmar seu "(...) inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso país" (Fernandes, 1981: 7). A democracia seria, então, uma tarefa e uma meta na construção do desenvolvimento e um *telos* da ação dos intelectuais engajados. Nesse contexto, o argumento mannheimiano do papel político da *intelligentsia* junta-se à perspectiva marxista de engajamento político dos intelectuais nas questões públicas nacionais:

> A vantagem indiscutível do "engajamento" aparece, pois, na relação do sujeito-investigador com as tendências de mudança emergentes na sociedade inclusiva. O cientista escrupulosamente "neutro" pode ser tão revolucionário quanto o cientista abertamente "comprometido". Contudo, o primeiro não desenvolve a sensibilidade para os problemas de investigação que se impõem em termos de atualidade ou de necessidade histórica. O segundo, ao contrário, está continuamente imerso no fluxo dos acontecimentos que possuem significado fundamental para a coletividade – tanto na superação do passado, quanto na construção do presente e do futuro. Nesse sentido, especificamente estratégico (e que não afeta o teor positivo do conhecimento sociológico), sempre estive atento à torrente histórica, pois sei que a Sociologia não mereceria ser cultivada se não nos ajudasse a compreender, a explicar e a transformar o mundo em que vivemos. A sociedade é tão suscetível de aperfeiçoamentos quanto qualquer outra realidade, produzida pelos homens. O sociólogo que reduz a Sociologia a uma arma do pensamento conservador ou a um instrumento de defesa da ordem social vigente ignora as implicações práticas da ciência, que alteram, em cada instante, a capacidade de ação racional inovadora do agente humano, orientado pelo pensamento científico. (Florestan, 1981: 15-6)

Ao perceber que a teoria *desenvolvimentista* encontrara acolhida na dinâmica política da ditadura militar, Florestan perderá o otimismo inicial com a tese mannheimiana de planejamento como técnica de intervenção racional. Não seria possível abrir mão da mobilidade e da igualdade social e cultural, e muito menos da democracia. A este *desenvolvimentismo* Florestan atribui, em larga medida, a responsabilidade pela instabilidade política no Brasil:

> Em termos puramente genéticos, a instabilidade política não é causada pelo crescimento econômico. Ela surge de desajustamentos estruturais crônicos, que lançam raízes na distribuição extremamente desigual da renda, mas que possuem origem social e natureza política. O crescimento econômico contribui para manter e agravar tais desajustamentos estruturais – mas não porque ele existe: porque ele se desenrola numa escala deficiente e insuficiente, quanto à sua intensidade, ao seu ritmo e ao seu padrão estrutural (Fernandes, 1981: 144)

Reposicionando, ainda, o papel das instituições e da política diante de um desenvolvimento reduzido, em grande parte e na tônica das políticas de época, aos ditames da economia:

> Sob esse aspecto, não são as forças econômicas que constroem o futuro no presente que ameaçam o equilíbrio político da sociedade. Ao contrário, é o desequilíbrio político da sociedade que ameaça aquelas forças econômicas, reduzindo, solapando ou anulando suas potencialidades e funções sociais construtivas. (Fernandes, 1981: 145)

Ainda que reconheça o fato de que as reflexões dos intelectuais brasileiros desde a década de 1870 até o golpe militar de 1964 – reflexões estas que designamos como *pensamento político e social brasileiro* – tenham contribuído decisivamente para a valorização de "tendências à valorização progressiva das técnicas democráticas de organização do poder" (Fernandes, 1981: 185), ao admitir que a realidade política brasileira não coincide com a realidade política dos países "centrais", Florestan reforça que aqui "o intelectual deve ser o primeiro a compreender a natureza real das exigências do estilo democrático de vida" e também "deve ser o primeiro a propagar essa verdade e o último a consentir em que ela seja traída ou pervertida" (Fernandes, 1981: 187).

Se, por um lado, a nova conjuntura política nacional impunha aos intelectuais a necessidade de investigarem questões vinculadas ao tema do *autoritaris-*

*mo*, por outro lado, como observado por Mota (1986), a própria agenda intelectual latino-americana voltou-se mais enfaticamente para o que ficou conhecido como *teorias da dependência* (com especial interesse para a natureza das relações entre as nações). Florestan adentrara nesta seara de discussões intelectuais com a sua obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (publicada originalmente em 1973). Em notas iniciais ao livro podemos ressaltar suas observações de que "o esforço de projetar a Sociologia no âmago dos processos de crise é, intelectualmente, sempre compensador" e ainda que "ciência e ideologia não se separam, embora quando necessário caminhem independentemente uma da outra" (Fernandes, 2009: 19). Ao não deixar dúvida de que a Ciência Social *possui, sim, uma função social* – portanto a sua importância não se coloca em questão – aquele que é o seu principal executor, o cientista social, por sua vez, *não possui outra saída, na conjuntura política nacional, a não ser engajar-se pela superação da ordem social e política atual*. O escopo desta obra tem como denominador comum a importância dos processos políticos, sociais e culturais latino-americanos: "O desafio latino-americano, portanto, não é tanto produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna" (Fernandes, 2009: 29).

## Periferia, *formação*, democracia e inclusão

Procuramos neste trabalho fazer um balanço ainda que limitado (dada a envergadura do tema e as restrições de espaço de um capítulo) sobre a recepção das teses de Mannheim na obra sociológica de Florestan Fernandes. Um dos pontos que esperamos ter resolvido versa sobre as condições dessa recepção, marcadas pelo processo necessário de ajuste de uma teoria forjada no ambiente de sociedades mais desenvolvidas para o cenário da periferia subdesenvolvida. Nesse movimento, muito embora as categorias e postulados mannheimianos transcendam o contexto social de sua emergência (são teorias de caráter universal, aplicadas à dinâmica das sociedades modernas), sua aceitação e utilização pelos intelectuais latino-americanos – em especial no Brasil e por autores como Florestan, Furtado e Luiz Pereira – beneficiou-se de um ajuste fino às demandas de uma agenda de pesquisa que precisava lidar com temas apropriados à quatro condições particulares dessa configuração: a ideia de *formação* (perspectiva analítica de trajetória que revela o presente pelos condicionantes do passado), a compreensão da explicação como destinada

à *transformação* orientada (de onde brotará a energia utópica do planejamento), do objetivo de atingimento de *situações mais avançadas* e racionalizadas da vida social (o planejamento para o progresso) e do papel estratégico da *intelligentsia* nesse conjunto.

Desta forma, Mannheim foi recebido e bem recebido na obra de Florestan, que se apropriou das teses e da legitimidade já consagrada do primeiro para atingir e realizar a sua própria agenda de pesquisa. Houve, assim, um movimento duplo: de filiação e de ressignificação, sendo que esta última representou o ajuste das teses de Mannheim a um contexto mais complexo e diferente daquele que o autor alemão tinha diante dos olhos na gestação de sua obra: a situação periférica. De outro ângulo, a proeminência da obra de Mannheim nos manuais e textos de configuração das bases do método sociológico produzidos por Florestan foi acompanhada (em algumas fases de maneira mais acentuada que em outras) pelo partilhamento de valores políticos, como a tarefa fundamental do conhecimento como ferramenta do bem-estar e do progresso, e do reconhecimento do potencial que a defesa do controle social e democrático possibilitaria na diminuição dos efeitos irracionais, conservadores e reacionários no campo social, econômico e político. O resultado foi a produção de um diálogo em que duas obras vigorosas associaram-se, em contextos diferentes, a uma mesma matriz metodológica e um mesmo campo de objetivos sócio-políticos.

## Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CEPÊDA, Vera Alves. *Linhagens intelectuais – identidade latino-americana e o nacional desenvolvimentismo.* In: SARTI, I.; PERROTA, D.; LESSA, M. L.; CARVALHO, G. (orgs.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI,* v. 2. Rio de Janeiro: FoMERCO, 2013.

______. *A sociologia do conhecimento em Karl Mannheim.* In: HAYASHI, M. C. P. I.; RIGOLIN, C. C. D.; KERBAUY, M. T. M. (orgs.). *Sociologia da Ciência: contribuições ao campo CTS*. Campinas: Alínea, 2014.

COHN, Gabriel. *O ecletismo bem temperado*. In: D'INCÃO, Maria Angela (org.). *O Saber Militante - Ensaios sobre Florestan Fernandes.* São Paulo: Editora UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

________. *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976a.

________. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976b.

________. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

________. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

________. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

________. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Heloísa. *Florestan Fernandes, um sociólogo socialista*. Revista Florestan – Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, v. 01, n. 01, 2014.

FORACCHI, Marialice.; FERNANDES, Florestan (organização). *Mannheim*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1982.

IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira*. In: IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991. (*Coleção Grandes Cientistas Sociais*)

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. *As Ciências Sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983)*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

# Florestan Fernandes no Espelho de Gino Germani[1]

*Alejandro Blanco*[2]

*Luiz Carlos Jackson*[3]

Espelhada na trajetória de Gino Germani (1911-1979), a de Florestan Fernandes (1920-1992) revela aspectos possivelmente não problematizados anteriormente. Este trabalho realiza esse movimento inscrevendo os dois personagens nos contextos de institucionalização da Sociologia na Argentina e no Brasil, nos quais lideraram, como se sabe, projetos muito destacados e centrais à legitimação dessa disciplina nos dois países[4].

No contexto latino-americano, a análise comparada dos casos brasileiro e argentino se justifica, em primeiro lugar, porque neles prevaleceram

1 Este trabalho foi publicado originalmente com o mesmo título na revista *Sociologia e Antropologia*, volume 4, número 1, 2014, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradecemos muito os juízos e sugestões dos pareceristas da revista, que nos permitiram melhorar o argumento aqui desenvolvido. Este texto é o eixo de um trabalho mais abrangente sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil e na Argentina, em vias de publicação como livro.

2 Alejandro Blanco é mestre em Sociologia da Cultura pela Universidad Nacional General San Martín e doutor em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA), onde também se graduou em Sociologia. Atualmente é professor de Sociologia na Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), membro do Centro de História Intelectual desta universidade e pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET).

3 Luiz Carlos Jackson é livre-docente e professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

4 Além do texto de Sérgio Miceli (2012), que compara as duas trajetórias, remeteremos o leitor ao livro recente de Antonio Brasil (2013), que analisa os esquemas analíticos mobilizados pelos dois sociólogos.

iniciativas voltadas ao desenvolvimento da sociologia concebidas e implantadas nacionalmente, originadas pela inserção do ensino e da pesquisa no interior de instituições universitárias previamente existentes ou em novas universidades e escolas superiores. Sob tais aspectos, os casos do Chile e do México podem ser contrapostos, por razões distintas. No primeiro, o desenvolvimento da disciplina teve seu lastro mais importante em iniciativas transnacionais. O exemplo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) é, a esse respeito, emblemático. A instituição resultou de arranjos internacionais e não de uma iniciativa predominantemente nacional. Uma evidência disso reside no fato de os primeiros três diretores da Escola Latino-Americana de Sociologia (ELAS), primeiro programa de pós-graduação da FLACSO, terem sido estrangeiros[5]. As iniciativas locais de Eduardo Hamuy, diretor do Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, envolvido com a defesa de uma sociologia moderna e empírica, não se concretizaram em um programa amplo de pesquisa, nem na institucionalização do ensino da disciplina como um curso autônomo. Talvez uma exceção tenha sido a Escola de Sociologia da Universidade Católica do Chile, dirigida pelo sacerdote jesuíta de origem belga, Roger Vekemans, que, durante a década de 1960, cumpriu um papel central na formação e no treinamento dos sociólogos chilenos. Mas nesse caso, também, foram decisivos os apoios externos, propiciados pela rede de contratos da Igreja Católica, que favoreceu a incorporação dos primeiros professores, todos eles estrangeiros (Brunner, 1985).

No México, apesar do empenho de Lucio Mendieta y Núñez e do espanhol José Medina Echavarría desde o final dos anos de 1930 e do forte apoio estatal a essas iniciativas – destacando-se a importância de instituições públicas como a editora Fondo de Cultura Económica e a *Revista Mexicana de Sociolgía*, que repercutiram em toda a América Latina –, isso não gerou internamente um processo de institucionalização consistente. A experiência mais ambiciosa, dirigida por Medina Echavarría, o Centro de Estudos Sociais do Colégio do México, fracassou depois de três anos de funcionamento, entre 1943 e 1946 (Morcillo Laiz, 2008; Blanco, 2010). Outra tentativa se deu com a criação da Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), criada em 1951,

5 Foram eles o espanhol José Medina Echavarría, entre 1958 e 1960; o suíço Peter Heintz, entre 1960 e 1965; e o brasileiro Gláucio Ary Dillon Soares, entre 1966 e 1968.

mas esse empreendimento acabou não gerando uma organização acadêmica empenhada na formação de cientistas sociais, mas, sim, na preparação de postulantes à carreira diplomática (Reyna, 1979; Castañeda, 1990). Seria apenas a partir de 1960 que um impulso mais efetivo teria lugar nesse país, destacando-se as iniciativas de Pablo González Casanova nesse processo (Reyna, 2007).

Em segundo lugar, no Brasil e na Argentina a sociologia institucionalizou-se como disciplina científica no interior da universidade, permitindo uma articulação mais efetiva do ensino e da pesquisa. Tais condições foram propícias ao surgimento de lideranças institucionais e intelectuais, tais como as de Raúl Orgaz, Ricardo Levene, Alfredo Poviña e Gino Germani, na Argentina; Donald Pierson, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes, no Brasil. Em outros termos, o desenvolvimento pioneiro de organizações acadêmicas modernas[6] nesses países favoreceu uma orientação predominantemente científica nessa disciplina.

Nos dois casos, em terceiro lugar, uma nova cultura intelectual foi gerada, caracterizada pela exigência de profissionalização, pela valorização do trabalho em equipe, pela imposição de uma linguagem científica (Arruda, 1995), pela defesa do rigor teórico e da fundamentação empírica, pela fixação de critérios comuns de avaliação e pelo desenvolvimento de projetos acadêmicos e de programas coletivos de pesquisa. Finalmente, em ambos, mais precisamente nas cidades de São Paulo e em Buenos Aires, constituíram-se empreendimentos mais próximos ao que se convencionou designar como "escola" (Tiryakian, 1979; Bulmer, 1984), ou seja, um grupo intelectual formado por líder e discípulos – reunidos em torno de ideias, técnicas, programas e disposições normativas –, que pensam sua atividade como uma missão. Tais inovações relacionaram-se, sobretudo, aos nomes de Gino Germani, na Argentina, e de Florestan Fernandes, no Brasil, "lideranças carismáticas" que se impuseram quase ao mesmo tempo, nas décadas de 1950 e 1960. Entender os condicionantes envolvidos na emergência desses

6 Seguindo a Joseph Ben-David (1971), entendemos por "sistema acadêmico moderno" um modo de organização universitária que integra ensino e pesquisa, propiciando a formação de grupos de pesquisadores e promovendo sua profissionalização. Tal configuração teria aparecido inicialmente na Alemanha, durante o século XIX, e alcançaria sua máxima expressão no século XX, nos Estados Unidos.

dois "chefes de escola"[7], pontuando semelhanças e diferenças entre tais experiências, é o objetivo central deste trabalho.

## Gino Germani: entre Política e Ciência

De origem social modesta, Gino Germani foi filho único de um alfaiate e velho militante socialista e de uma descendente de camponeses católicos, criado em um bairro de classe média baixa em Roma. No ano de 1934, quando tinha 23 anos, emigrou para a Argentina depois de ser preso por conta de sua militância antifascista (Germani, 2004). Em Roma havia concluído estudos secundários em contabilidade numa escola técnica, complementados pela graduação incompleta em economia na Universidade de Roma. Já na Argentina, integrou-se em grupos da comunidade antifascista e publicou alguns ensaios sobre o fascismo em periódicos da comunidade italiana desse país. Enquanto trabalhava no Ministério da Agricultura ingressou no curso de filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1938, e pouco antes de se graduar, iniciou sua carreira como sociólogo no Instituto de Sociologia da UBA.

Na Argentina, o ensino de sociologia fora instituído precocemente na universidade, no interior dos cursos de filosofia e de direito, primeiramente na Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade de Buenos Aires (1898) e até 1920, aproximadamente, em todas as universidades do país (Poviña, 1941), nas quais lecionaram reconhecidos membros da elite intelectual argentina, como Ernesto Quesada, Juan Augustín Garcia e Carlos Octavio Bunge. A mais antiga universidade argentina foi criada durante o período colonial, em 1613, na cidade de Córdoba. No Brasil, durante o Império, que seguiu a reforma educacional napoleônica na França, foram criadas faculdades ou escolas superiores isoladas, não integradas em universidades, que apenas surgiriam nos anos de 1930, apesar de iniciativas anteriores frustradas (Cunha, 2007). Na Argentina, no começo do século

7 Sublinhamos que apesar das tentativas dos outros líderes mencionados – Raúl Orgaz, Ricardo Levene e Alfredo Poviña, na Argentina; Donald Pierson, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Costa Pinto e Guerreiro Ramos, no Brasil – e da importância que tiveram na institucionalização da disciplina, apenas Florestan Fernandes e Gino Germani exerceram o papel de "chefe de escola". Por isso mesmo, nossa comparação concentra-se nos casos de Buenos Aires e São Paulo e nessas duas figuras.

XX, já havia cinco universidades – Córdoba, 1613; Buenos Aires, 1821; La Plata, 1897; Santa Fé, 1899; Tucumán, 1914 –, embora estas resultassem de iniciativas e concepções educacionais distintas (Prado, 2000). A criação das últimas inscreveu-se numa política educacional abrangente e democratizante (em todos os níveis), ocorrida nas últimas décadas do século XIX, voltada ao estabelecimento de um sistema de educação pública, que diminuiu consideravelmente o analfabetismo e ampliou sensivelmente o acesso ao ensino superior.

O estudo superior nos dois países, durante o século XIX, restringia-se às carreiras tradicionais de direito, medicina e engenharia, orientadas por uma educação de cunho profissionalizante, mas foi no seu interior que as elites intelectuais e políticas foram formadas em ambos os casos. Na Argentina, com a criação da FFyL da UBA, em 1896, a formação universitária ganharia uma vertente menos instrumental. Uma diferença fundamental entre a FFyL e a Faculdae de Direito residia no fato de que, na primeira, a carreira acadêmica passava a ser vista não mais como um apêndice da vida profissional realizada fora da universidade, como ocorria com os professores da segunda, mas como o seu centro. De tal modo, emergiria progressivamente nessa instituição a figura do "intelectual acadêmico" (Coser, 1968). Tais diferenças se ancoravam em recrutamentos sociais distintos: prevaleciam os membros de famílias tradicionais "criollas" nos cursos de direito; os filhos de imigrantes em ascensão nos de filosofia e de letras.

Além das implicações políticas da reforma universitária de 1918 – que levou à democratização dos mecanismos de gestão das universidades e tornou a universidade e os estudantes em protagonistas da vida pública argentina –, dela derivaram mudanças na estrutura e no funcionamento das organizações acadêmicas (Buchbinder, 2005). Foram, assim, reforçadas as condições para o desenvolvimento de carreiras acadêmicas propriamente ditas. O plantel de professores foi renovado, nele ingressando membros das classes médias emergentes, provenientes, sobretudo, de famílias de imigrantes. Nesse contexto, ainda, foram contratados professores estrangeiros para distintas disciplinas – a Argentina e o México se beneficiaram do exílio de professores espanhóis durante o franquismo – como os filólogos Américo Castro e Amado Alonso, o matemático Julio Rei Pastor (os três na UBA) e o filósofo Manuel García Morente (em Tucumán). Finalmente, visando impulsionar a atividade científica, foram criados numerosos institutos de pesquisa na maioria das

universidades. Somente na FFyL da UBA, entre 1921 e 1942, surgiram 16 institutos (Buchbinder, 1997).

Dessas inovações derivou um impulso mais efetivo para o desenvolvimento da sociologia argentina, a partir da criação do Instituto de Sociologia da UBA, em 1940, no qual Germani iniciou sua carreira de sociólogo, apoiado diretamente por Ricardo Levene, então diretor do Instituto, que fora seu professor de sociologia e de quem havia se aproximado. Esta relação viabilizou suas primeiras atividades de pesquisa e seus primeiros artigos no *Boletín del Instituto de Sociología* sobre a morfologia da sociedade argentina, nos quais pode mobilizar o conhecimento então atípico em estatística adquirido na Itália, que contrastava com a tradição pouco científica que até então prevalecera na sociologia, voltada em grande parte a uma história tradicional das ideias, centrada no pensamento social argentino.

Nessa primeira etapa de sua carreira, transcorrida aproximadamente na primeira metade da década de 1940, o ítalo-argentino introduziu um novo estilo de trabalho, caracterizado pelo maior embasamento empírico e pelo instrumental estatístico mobilizado, o que determinou a sua indicação por Levene para dirigir uma das linhas de pesquisa do Instituto, intitulada *Investigaciones sobre la morfologia y aspectos estadísticos de la realidade argentina contemporânea*, que recolhia informações sobre a estrutura social argentina, publicadas regularmente no *Boletín*. Também por meio de Levene, Germani participou da comissão encarregada de realizar o IV Censo Nacional, que motivou, igualmente, a publicação de artigos referidos a essa experiência. Finalmente, nesses anos dirigiu uma importante pesquisa empírica sobre a classe média de Buenos Aires, apoiada nos marcos de referência da sociologia de Chicago. Cabe lembrar que tais trabalhos foram acompanhados por reflexões de ordem teórica e metodológica muito inovadoras em relação às que eram então produzidas pelos sociólogos argentinos, e que vieram à tona em conferências e artigos.

Essas primeiras tentativas realizadas no âmbito do Instituto, contudo, não prosperaram imediatamente, em função dos entraves ligados à própria estrutura institucional do mesmo e de sua vinculação direta à Cátedra, que não previa nenhuma possibilidade de remuneração aos pesquisadores. De tal maneira, os passos iniciais de Germani como sociólogo foram dados num terreno desfavorável, se levadas em conta as possibilidades de profissionalização que propiciavam os institutos. O ano de 1945 pode ser tomado como um ponto de

inflexão entre esses estudos de iniciação e sua obra madura posterior. O texto que marca essa transição é "Anomia y desintegración social", que introduziu temas (modernização, industrialização) retomados futuramente e esboçou um novo cânone teórico que iria guiar seus trabalhos individuais e os de seu grupo – como também faria Florestan Fernandes no Brasil, sobretudo em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* –, que recuperava a sociologia clássica francesa de Durkheim, além da norte-americana e a dos aportes da psicologia social. No ano seguinte, Germani prestou concurso para professor adjunto da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. A derrota ocorreu, provavelmente, em função dos entraves políticos já presentes no início das primeiras duas presidências de Perón (1946-1955). A monografia que escreveu para esse concurso antecipava argumentos que dez anos depois reapareceriam no livro manifesto *La sociologia científica. Apuntes para su fundamentación* (1956), orientada pela possibilidade de constituir a sociologia como "ciência empírica da realidade social" (Germani, 1946: 3). Do que vimos até agora, é possível inferir que Germani já tenha em mente, nessa época, o contorno geral de seu projeto intelectual que anos mais tarde ganharia a forma de um programa de pesquisa desenvolvido na universidade pós-peronista.

Durante o peronismo a universidade sofreu intervenção direta. Muitos professores foram afastados (423) e outros se retiraram (823) da universidade (Luna, 1987), implicando uma profunda divisão entre intelectuais e governo. Por outro lado, o ingresso universitário geral foi triplicado, de 51.272, em 1947, para 143.542, em 1955 (Mangone & Warley, 1984), incrementando o acesso amplo dos setores médios ao ensino superior. Germani, então vinculado ao Instituto de Sociologia, saiu também da universidade, depois de ser acusado de professar ideias comunistas. Nesse quadro, as principais posições do campo acadêmico, especialmente na FFyL, foram ocupadas por professores simpáticos a Perón e provenientes do nacionalismo católico.

Não obstante, durante esse período, a sociologia logrou expandir-se nacionalmente e articulou-se com organismos internacionais em função da militância exercida por Alfredo Poviña, destacando-se a fundação da Associação Latino-Americana de Sociologia (Blanco, 2005). Ao mesmo tempo, constituiu-se um circuito alternativo de legitimação intelectual fora da universidade, articulado ao mercado editorial argentino, que teve, a partir da década de 1930, uma notável expansão. Foi típica, nesse sentido, a atuação de Gino Germani

à frente das coleções "Ciência e Sociedade" (Editora Abril) e "Biblioteca de Psicologia Social e Sociologia" (Paidós), por meio da qual o sociólogo introduziu na Argentina um conjunto de autores e obras afinados com temas e abordagens que desenvolveria posteriormente. As editoras constituíram um espaço decisivo de atuação para os intelectuais excluídos da universidade pelo peronismo (Blanco, 2006).

Em tal direção, uma característica peculiar da estrutura do campo intelectual argentino no período era sua natureza mista, que permitia o trânsito entre as posições oficiais e aquelas inscritas em iniciativas privadas. A manifestação típica dessa configuração foi o Colégio Livre de Estudos Superiores. Sua criação ocorreu pouco antes do golpe de 1930 e, durante o peronismo, o colégio agregaria o núcleo da elite intelectual argentina, que convergia na sua oposição (Neiburg, 1998). Nessa instituição, Germani lecionou seus primeiros cursos de sociologia, ganhando prestígio intelectual e tecendo alianças políticas que seriam decisivas à concretização de seu projeto científico entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira da década seguinte. Ainda durante o peronismo, assumiu uma atitude intelectual mais agressiva, enfrentando diretamente sociólogos já estabelecidos, como Alfredo Poviña, Renato Treves, Alberto Baldrich, Francisco Ayala, Raúl Orgaz, Miguel Figueroa Román, entre outros, durante o *Primer Congreso Latinoamericano de Sociología*, organizado pela Associação Latino-Americana de Sociologia, que ratificou a liderança institucional dessa geração de sociólogos, ao mesmo tempo em que a viu ameaçada diante da ascensão de Germani.

Sua participação nos círculos intelectuais de oposição ao regime o favoreceria após a Revolução Libertadora, que derrubou Perón em 1955. Esse evento representou um ponto de viragem na carreira acadêmica de Germani, opondo um primeiro período caracterizado pelo forte investimento na formação intelectual e pelas tentativas de ingressar profissionalmente num sistema universitário então afetado por constantes intervenções políticas, a um segundo, no qual o sociólogo ocupou posição de líder do processo de modernização e de inserção institucional da sociologia argentina. Deve-se notar que os dois períodos podem ser demarcados, também, por seu segundo casamento, aos 43 anos de idade, com Célia Carpi (o casal teria dois filhos), ocorrido em 1954, evento certamente relacionado à estabilização de sua vida profissional[8].

---

8 Isso significa tanto que os passos anteriores possibilitaram seu casamento como que este lhe propiciou uma base para o arranque profissional posterior.

Nessa nova conjuntura política, Germani conseguiu impor-se de maneira mais efetiva no interior da instituição acadêmica, beneficiado pela reforma pós-peronista que modernizou a estrutura universitária, principalmente na UBA. Uma série de iniciativas, destacando-se a criação do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e a promoção do regime de dedicação exclusiva, conduziu à interação mais efetiva do ensino e da pesquisa. Com o apoio do então reitor, o historiador José Luis Romero, e das lideranças estudantis, Germani assumiu a Cátedra e o Instituto de Sociologia e, em 1957, empenhou-se diretamente na criação do curso de graduação em sociologia. Uma vez consolidadas tais mudanças, que propiciaram a ele uma posição central no campo da sociologia argentina, as polarizações já existentes nos períodos anteriores foram radicalizadas. O sociólogo ítalo-argentino reforçou a defesa da "sociologia científica" contra a chamada "sociologia de cátedra". Esta vicejava na maioria das universidades do interior do país e era liderada por Poviña (Blanco, 2006). Germani contava, não obstante, com o apoio de um conjunto de empreendimentos intelectuais na América Latina (Blanco, 2007), muito afinados com o seu, dos quais tomou parte ativa. Foi o caso do movimento que deu origem, nos anos de 1950, à criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS). Embora lograsse impor o seu projeto acadêmico, identificado com o processo de "desperonização" (Neiburg, 1998) da sociedade argentina, as disputas foram intensas porque boa parte das instituições, com exceção da UBA, que estruturavam a sociologia argentina estava controlada por seus adversários no mundo acadêmico. No entanto, os embates propriamente intelectuais foram travados com oponentes que não estavam no interior da universidade. O grupo de Poviña não tinha um programa de pesquisa com o qual pudesse desafiar Germani. Por isso, as interpretações deste último sobre a experiência argentina rivalizaram com a tradição ensaística, embora não frontalmente[9].

De qualquer modo, a legitimidade de Germani estribou-se no programa de pesquisa que liderou no interior da universidade, voltado ao entendimento do processo de modernização argentino. O primeiro passo dado nessa direção foi a caracterização da estrutura social do país, tema de seu primeiro livro, *Estructura social de la Argentina. Análisis estadístico* (1955), que o consagrou

---

9 Para uma análise da posição assumida por Germani em relação ao ensaísmo argentino, ver Blanco & Jackson (2013).

como um dos principais renovadores da cena intelectual do país naquele momento. O segundo ocorreu com suas interpretações sobre a imigração massiva na formação da Argentina moderna e sobre a gênese e o significado social e político do peronismo, reunidas no livro *Política y sociedade en una época de transición* (1962a). Curiosdamente, de acordo com confissão tardia de Germani (1978), essa última análise teria se originado de uma encomenda do presidente Pedro Eugenio Aramburu, em 1955, meses depois da derrubada de Perón, que o teria consultado sobre a "possibilidade e a forma" de uma campanha de desperonização. Disso resultou o texto "La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo" (1956a)[10], que seria incorporado ao livro posteriormente. A resposta de Germani, provavelmente, decepcionou o presidente, uma vez que seu diagnóstico constatou a incorporação incontornável da classe trabalhadora à vida política do país.

Germani interpretou o surgimento do peronismo como um fenômeno político e social derivado das grandes transformações em curso no país, sobretudo, desde a década de 1930, impulsionadas pela industrialização incipiente no período e pelas mudanças da estrutura social correspondentes. Quanto a este último ponto, teria sido decisiva a incorporação de um novo contingente de trabalhadores, oriundo de migrações internas, das províncias mais tradicionais para os centros urbanos, principalmente Buenos Aires. O autor comparou o peronismo com os regimes totalitários europeus, questionou as causas possíveis da sua emergência e avaliou seu significado político. Embora todos esses regimes tivessem apoio das massas, no caso argentino a base de sustentação política não seriam as classes médias baixas, como na Alemanha e na Itália, mas sim as classes trabalhadoras urbanas e rurais. Em função disso, na Europa, a ideologia de tais regimes seria contrária às classes trabalhadoras, enquanto na Argentina, favorável a elas. Como teria se dado, entretanto, a vinculação entre as classes trabalhadoras e Perón?

O argumento de Germani associa esse fato ao já mencionado crescimento e transformação da composição social da classe trabalhadora, em função do movimento de migração interna. Em tais condições, apenas uma parcela do operariado urbano (de origem estrangeira) se fazia representar politicamente pelos movimentos tradicionais de esquerda, enquanto o contingente recentemente incorporado, oriundo do interior do país, seria atraído pelo peronismo. A adesão

---

10 O texto foi elaborado a partir de um curso que Germani ofereceu no CLES no mesmo ano e publicado na revista dessa instituição, *Cursos y Conferências*.

dessas massas a um líder autoritário como Perón se explicaria pela persistência de uma cultura política tradicional, paternalista, própria dos migrantes. Mas isso não teria ocorrido em função de vantagens materiais e imediatistas proporcionadas pelo regime e sim pela incorporação concreta do trabalhador como sujeito político, consciente de seu papel na vida nacional e capaz de afirmar seus direitos em relação aos empregadores. O significado político do peronismo só poderia ser alcançado se levados em conta tais aspectos de seu funcionamento: politicamente regressivo por seu autoritarismo, seria progressista por infundir nos trabalhadores verdadeira consciência de classe, perceptível não apenas na dimensão coletiva, mas também psíquica, e por proporcionar a possibilidade de afirmação da dignidade pessoal no mundo do trabalho.

*Política y sociedade en una época de transición* incluía, também, uma análise sobre a imigração massiva no Rio da Prata e de seu impacto no processo de modernização do país. Em torno dessa questão central à tradição intelectual argentina[11], Gino Germani e o historiador José Luis Romero (1909-1977) iniciaram uma parceria intelectual que desembocaria num projeto coletivo de grande repercussão, que contou também com a participação de Tulio Halperin Donghi (Romero, Germani & Halperin Donghi, 1958). Germani e Romero haviam se aproximado no Colégio Livre de Estudos Superiores durante o peronismo e seria durante a gestão de Romero como reitor interventor da UBA que a sociologia se institucionalizaria propriamente por meio da criação do curso de graduação em sociologia (1957), no interior do qual o historiador lecionou a disciplina de história social, muito celebrada pelos alunos das primeiras turmas de sociólogos da FFyL. Essa aliança os favorecia por motivos distintos. Não obstante o papel destacado que teve como reitor interino da UBA logo após a queda do peronismo, Romero ocupava um lugar

---

11 A imigração europeia teve impacto extraordinário na Argentina. Até 1920, o país recebeu a maior proporção de imigrantes europeus do mundo. Segundo o censo de 1914, 30% da população argentina era imigrante. No Brasil, em 1920, os estrangeiros representavam apenas (aproximadamente) 5% da população. Embora a imigração não tenha sido um fato irrelevante para a discussão pública e o debate intelectual no caso brasileiro, seu interesse esteve subordinado às controvérsias relativas à mudança no regime de trabalho e aos efeitos possíveis em termos do branqueamento de sua população. É sugestivo que os trabalhos mais importantes sobre a questão da imigração até a década de 1970, aproximadamente, tenham sido escritos por estrangeiros, como Samuel Lowrie (1938), Emílio Willems (1940) e Michael Hall (1969). Na Argentina, o tema da imigração esteve, desde o final do século XIX, e durante quase todo o século XX, no centro do debate político e intelectual (Avellaneda, 1980; Jitrik, 1980; Onega, 1982).

marginal no interior de sua disciplina, cujas principais posições continuavam sendo controladas pelos historiadores ligados à Nova Escola Histórica (Halperin Donghi, 1980; Devoto, 1993; Miguez, 1993)[12]. Por conta disso, a aproximação com a sociologia lhe proporcionaria uma nova fonte de legitimação. Para Germani, a relação com a história implicava um nexo com a tradição e uma ampliação de seus recursos institucionais. Da pesquisa coletiva, resultaram os livros *Argentina, sociedade de masas* (Germani, Graciarena & Halperin Donghi, 1965), e *Los fragmentos del poder* (Halperin Donghi & Di Tella, 1969), evidências do alcance dessa aliança de sociólogos e historiadores, que renovou as duas disciplinas (Blanco, 2013).

Mas as visões de Romero e Germani sobre a imigração eram distintas e isso certamente é compreensível se levadas em conta as biografias de ambos. Foram diferentes, sobretudo, os itinerários intelectuais que percorreram. Romero era filho de imigrantes espanhóis remediados e formou-se na Faculdade de Humanidades da Universidade de La Plata. Seu irmão, Francisco, nascido na Espanha, quinze anos mais velho do que ele, então um dos filósofos mais consagrados da América Latina, foi quem o iniciou no conhecimento da tradição filosófica e sociológica alemã e o introduziu em círculos intelectuais prestigiosos. Romero desfrutou, por exemplo, de um convívio estreito com o importante intelectual dominicano Pedro Henríquez Ureña, que o indicou ao editor da Fondo de Cultura Económica, Daniel Cosío Villegas, que procurava alguém que escrevesse uma história das ideias políticas na Argentina. Dessa encomenda resultou o primeiro livro de Romero sobre a Argentina (ele era até então um medievalista), *Las ideas políticas en Argentina* (1946). Também por seu estilo ensaístico, o historiador aspirava, provavelmente, inscrever-se como um herdeiro da tradição intelectual argentina, em especial daquela representada pelas figuras de Sarmiento e Mitre, além de Martínez Estrada. Germani, ao contrário, era um intelectual quase sem ascendentes no interior da tradição nacional. Romero se aproximava, ainda, do movimento conhecido como "reação espiritualista", encampado na Argentina pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset. De tal maneira, afastava-se de uma perspectiva "científica" na historiografia, encarnada na década de 1930 pela Nova Escola Histórica.

12 O termo se refere a um grupo de pesquisadores da história argentina reunido no Instituto de Investigações Históricas da FFyL da UBA, desde a primeira década do século XX, que impulsionou a institucionalização e a profissionalização dessa disciplina, reivindicando uma orientação mais científica à mesma. Seus membros mais destacados foram: Diego L. Molinari, Ricardo Levene, Enrique Guiñazú, Luis M. Torres, Emilio Ravignani y Rómulo Carbia.

Defenderia, nos anos de 1950, por meio da revista *Imago Mundi*, uma história cultural, apoiada em autores da filosofia da história alemã do final do século XIX como Rickert, Windelband, Dilthey e Simmel, dos quais Germani se afastava por distinguirem as ciências naturais das ciências do "espírito", dificultando as possibilidades de constituição da sociologia em ciência.

Com a publicação de *Las ideas políticas en Argentina*, o tema da imigração ganhou um lugar que não tinha até então na historiografia e na sociologia, apesar da importância desse fenômeno para o desenvolvimento da vida intelectual e artística do país no século XX. O historiador traçou aí o inventário da maioria dos aspectos que mais tarde fariam parte do projeto coletivo de pesquisa (Romero, Germani & Halperin Donghi, 1958) e que seriam incorporados nos trabalhos individuais de Germani (1962b; 1964). Como dissemos, entretanto, as interpretações que propuseram sobre o fenômeno imigratório foram bem diferentes. Havia concordância em relação aos traços gerais desse processo. A imigração estaria diretamente vinculada ao desenvolvimento econômico, ao crescimento demográfico e à urbanização. Romero, entretanto, tinha uma visão pessimista (apesar de ser ele próprio filho de imigrantes), herdada do clima intelectual iniciado com a reação nacionalista do começo do século XX e apoiada na constatação do caráter marginal dos grupos imigrantes. A partir da mesma caracterização geral, Germani atribuiu um significado distinto ao fenômeno. Ao invés de supor a marginalização política e social do imigrante, defendeu a ideia de que teria ocorrido um processo bem-sucedido de integração social, favorecido pela composição predominantemente masculina dos afluentes (fato que restringiria a possibilidade de ocorrerem casamentos no interior dos próprios grupos), pela interrupção da imigração massiva por volta de 1930 e pelas altas taxas de mobilidade social ascendente[13].

---

13 Para que o leitor brasileiro possa dimensionar melhor a importância da inversão interpretativa proposta por Germani na análise do impacto da imigração massiva – desde o final do século XIX, os imigrantes europeus foram muito estigmatizados pela elite intelectual argentina tradicional – é possível compará-la à que realizou Gilberto Freyre no Brasil nos anos de 1930 (apesar de o brasileiro ter como referência principal o problema da formação e da identidade nacional, e o ítalo-argentino, a questão da modernização), afirmando a positividade do negro e do mestiço em oposição às avaliações anteriores do fenômeno, por meio das quais eram entendidos como obstáculos ao progresso do país. Esta pequena digressão se justifica pela importância que esses temas tiveram nos debates intelectuais travados nos dois países durante quase todo o século XX: a questão racial no Brasil e a da imigração na Argentina.

Antes de resumirmos a análise proposta por Germani para o processo de modernização da América Latina, retomemos o itinerário que o conduziu a esse tema e que foi descrito acima. Vimos a importância da análise que realizou sobre a experiência peronista; ela é reveladora, entretanto, da lógica do sistema acadêmico no qual a sociologia estava inscrita e, também, das dificuldades enfrentadas ao longo de sua carreira. O debate público sobre o peronismo e o fato do sociólogo tê-lo constituído exitosamente como tema acadêmico, comprometendo diretamente a sociologia com uma questão política de alcance nacional, é indicativo da imbricação dos campos político e acadêmico, visível também nas etapas prévias de sua carreira que transcorreu fora da universidade, então sob intervenção peronista[14]. Germani sequer realizou o doutorado, ganhando reputação intelectual, também, em função do alinhamento político com os intelectuais antiperonistas no CLES. A defesa da sociologia científica que protagonizou, não implicou o alheamento em relação às questões políticas do momento; ao contrário, sintonizou-se com elas.

Contrastado com o itinerário percorrido por Germani, o de Florestan Fernandes cumpriu rigorosamente as etapas de uma formação científica – graduação, mestrado, doutorado, livre-docência e cátedra –, iniciado com temas distanciados das conjunturas políticas imediatas e muito favoráveis à defesa de uma perspectiva científica estrita – folclore e etnologia –, revelando que no Brasil, mais especificamente em São Paulo, as esferas acadêmica e política estavam relativamente separadas. Sua aproximação com os temas candentes da política nacional só ocorreria na década de 1960, depois de consolidada sua posição (e de seu grupo) na universidade. Em suma, as escolhas temáticas de Germani teriam sido condicionadas pelas conjunturas políticas, enquanto as de Florestan pelas orientações científicas que então se impunham nas duas instituições universitárias em que se formou. Sobre essa diferença, vale lembrar que o final do varguismo no Brasil não levou a uma incorporação dos temas políticos pela sociologia paulista (no Rio de Janeiro o debate sociológico se politizou), enquanto todo o debate intelectual argentino posterior ao peronismo, incluindo o da sociologia, foi diretamente pautado pelo tema da "desperonização" da sociedade (Sarlo, 2001; Altamirano, 2001).

---

14 O mesmo se pode presumir para a reorientação do historiador José Luis Romero, do medievalismo para a história argentina, que teria sido influenciada diretamente pela crise política derivada do peronismo e de sua dissolução.

Desde o final da década de 1950, em função tanto dos contextos políticos nacionais, como de projetos empreendidos por instituições (acadêmicas ou não) internacionais, os temas do desenvolvimento econômico e da modernização se impuseram como eixos em torno dos quais a sociologia da América Latina se desenvolveu no período (Oliveira, 1995; Villas Boas, 2006). Nesse quadro se inscrevem os trabalhos de Germani que seriam reunidos no livro *Sociologia de la modernización* (1969). O conjunto de textos oferece uma análise sistemática e nuançada do processo de transformações sociais, econômicas e políticas transcorridas no século XX, sobretudo na Argentina, mas atento ao que estava em curso nos outros países da América Latina. A expectativa de encadeamento sincrônico das mudanças nesses diversos níveis da realidade (desenvolvimento econômico, democratização, racionalização, secularização do comportamento) é desfeita e o autor busca uma compreensão dos arranjos concretos, como o ocorrido na Argentina, onde teria havido modernização social com desenvolvimento econômico tímido e democratização restrita.

Nessa direção, sua interpretação sobre o peronismo é revista, inserida num quadro mais amplo, que tem como referência as mudanças introduzidas na Argentina desde o final do século XIX, capitaneadas pelas oligarquias dominantes, lastreadas na economia agroexportadora e, decisivamente para o argumento que o autor empreende, no processo de imigração estrangeira e de seu impacto sobre a estrutura e a dinâmica social. Vimos que sua visão a respeito da imigração era otimista e insistia na integração dos contingentes de imigrantes e no incremento da mobilidade social desde o começo do século XX. Para Germani, a sociedade resultante da imigração, caracterizada por altas taxas de mobilidade social, formaria uma classe média numerosa (seu volume passou de 5%, em 1879, a 14%, em 1895), alterando os padrões tradicionais de estratificação vigente até então. A "fluidez" da estrutura social (dados os movimentos de ascensão e declínio) a caracterizaria, nos termos do autor, como uma "sociedade aberta". Tal "fluidez" implicaria um alto grau de heterogeneidade na composição das classes média e trabalhadora, debilitando a solidariedade de classe e exercendo uma influência moderadora sobre as orientações políticas. Por isso mesmo, o radicalismo não expressaria demandas extremas, mas reivindicações contidas de reformas sociais. Como o grau de "fluidez" da estrutura social permaneceria alto depois de 1930 – apesar do declínio econômico que atinge o setor agroexportador nesse período –, incrementado pela migração interna, também massiva, que atendia à necessidade de mão de obra para a in-

dustrialização em curso, o peronismo seria (como o radicalismo para as classes médias) resultante de demandas moderadas dos setores novos do operariado[15]. O padrão de modernização da sociedade argentina, portanto, seria determinado pelas altas taxas de mobilidade e pela integração social e política conduzida pelos movimentos "nacionais populares" entendidos, ao mesmo tempo, como sintomas da crise aberta pelos "processos de mobilização" e como respostas aos problemas relativos à integração dos grupos emergentes. Diante de tal interpretação, em relação à crise política que sucedeu ao peronismo e que se prolongaria nas décadas seguintes, Germani constatava o paradoxo de uma estrutura social moderna, mas que não lograva estabilizar um sistema político democrático, entendido como a forma política que deveria corresponder a uma "sociedade aberta" como a argentina.

Resta ainda comentar a situação institucional de Germani desde o final do peronismo, no contexto da reforma universitária que implicou a criação do curso de graduação em sociologia (1957) e do Departamento de Sociologia (1958). A composição do plantel de professores do Departamento permite entrever as estratégias de recrutamento mobilizadas por ele. De um lado, estavam Carlos Alberto Erro, Norberto Rodríguez Bustamante e Enrique Butelman, provenientes dos círculos intelectuais de oposição ao peronismo, mas que não encarnavam uma perspectiva sociológica moderna. Erro e Bustamante haviam colaborado no jornal *La Nación* e na revista *Sur*. O primeiro era autor de ensaios importantes, publicados nos anos de 1930, sendo o principal deles *Medida del criollismo* (1929); o segundo lecionou no CLES durante os anos do peronismo. Butelman fora um dos criadores da editora Paidós e era um grande amigo de Germani. Esses três professores foram importantes na legitimação inicial do empreendimento, sobretudo porque estabeleciam uma relação de continuidade com a tradição intelectual. De outro lado, estavam Jorge Graciarena, Torcuato Di Tella, Miguel Murmis e Juan Carlos Marín, um grupo de jovens estudantes, os quatro ligados ao Partido Socialista. Se essa filiação era um fator importante para acomodar a sociologia no interior das forças em disputa no contexto pós-peronista (o que se refletia diretamente na universidade), eles diferenciavam-se dos primeiros por aproximarem-se mais propriamente do projeto intelectual de Germani, inclinação certamente relacionada com a origem universitária recente dos quatro. Um dos membros

15 Nos dois momentos referidos, antes e depois de 1930, as taxas de mobilidade social ascendente e descendente se mantiveram, somadas, ao redor de 70%.

importantes do Instituto, entretanto, destoava dos perfis indicados acima. José Luis de Imaz era um intelectual proveniente dos círculos católicos e nacionalistas e sempre foi visto com certa desconfiança por seus colegas[16].

Devemos enfatizar que a aliança estabelecida por Germani com o movimento estudantil – lembramos que na Argentina, desde a Reforma Universitária de 1918, apesar das interrupções, os estudantes participam diretamente da gestão da universidade –, foi um recurso decisivo para consolidar a nova disciplina. Além dos citados, outros jovens que seriam incorporados ao Departamento haviam participado ativamente, durante os últimos anos do peronismo nas diversas instâncias da política estudantil, especialmente como dirigentes no Centro de Estudantes de Filosofia e Letras, que editava a revista *Centro*. Nesta, aliás, Germani publicou a pesquisa sobre a situação social dos estudantes universitários, que contou com o apoio do Centro (Germani, 1956b). Outra característica de sua gestão no Departamento e no Instituto de Sociologia foi a exclusão de todos aqueles que haviam ocupado posições acadêmicas e institucionais na sociologia da UBA durante o peronismo.

Visando a modernização da pesquisa e do ensino, Germani enviou boa parte dos membros do grupo ao exterior, principalmente aos Estados Unidos (o que entendia como um passo importante para se adquirir uma mentalidade propriamente científica), país considerado por ele como o centro da sociologia moderna[17]. Além disso, convidou professores estrangeiros para lecionar no Departamento e participar de pesquisas do Instituto e estabeleceu acordos de colaboração com instituições internacionais. Dando continuidade aos empreendimentos editoriais mencionados, nas editoras Abril e Paidós, mas de maneira mais pragmática, Germani montou um sistema próprio de publicações do Departamento e do Instituto, visando suprir a precariedade da litera-

---

16 Cabe citar: "Passei dez anos ao lado de Germani [...] como um membro suspeito [...] eu era um homem do 'antigo-regime' da faculdade, único sobrevivente de um instituto infeccionado por Dilthey, Freyer e Alfred Weber [...] Mas tinha, ademais, outras marcas: um espantoso passado peronista e, pior ainda, nacionalista e católico. [...] era a ovelha negra daquele departamento de sociologia e a lição foi de tolerância, brindada por um intolerante." (Imaz, 1977: 128-32).

17 Também foram enviados membros do grupo à Europa e ao Chile (FLACSO). Entre os já mencionados, Murmis foi aos Estados Unidos, Graciarena à Inglaterra e Jose Luis de Imaz à França. Outros pesquisadores e professores incorporados posteriormente, como Silvia Sigal (Inglaterra), Eliseo Verón (França) também foram enviados. Em poucos anos, mais de vinte integrantes do Instituto e do Departamento de Sociologia viajaram ao exterior. Um detalhe significativo foi a imposição do exame de inglês para ingressar na graduação em sociologia, exigência feita por Germani.

tura especializada. Como ocorreu em São Paulo, desde a iniciativa precursora de Emilio Willems na revista *Sociologia*, seguida por outras de Donald Pierson, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni (entre outros), vários livros de textos foram produzidos e publicados para viabilizar o ensino da sociologia até o final dos anos 1960. Além disso, foram editados os *Cuadernos*, que publicavam pesquisas do Instituto e obras estrangeiras, e as *Publicaciones Internas*, que veiculavam materiais produzidos internamente.

O curso de graduação tinha uma orientação explícita para a pesquisa, verificada pela existência de duas matérias obrigatórias, uma sobre estatística, outra sobre métodos e técnicas de pesquisa. Os alunos eram obrigados a participar das atividades do Instituto de Sociologia, acumulando ao menos 100 horas de atividade de pesquisa (realizando *surveys*, entrevistas, codificação de dados, elaboração de quadros), que obrigavam os alunos a percorrerem as etapas típicas de uma investigação científica[18]. Para fazer frente a essas exigências, o Instituto foi convertido num centro de treinamento de pesquisadores e numa organização complexa e fortemente burocratizada.

Aparentemente, em termos comparativos, nenhuma figura concentrou tanto poder nas ciências sociais brasileiras em seu período de fundação. Numa escala menor, já que estava à frente de uma instituição privada e de dimensão reduzida se comparada à UBA ou à USP, Donald Pierson exerceu função similar no interior da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), entre o final dos anos de 1930 e meados da década de 1950. Na USP, em função do sistema de cátedras vigente até o final da década de 1960, os regentes tinham muita autonomia em relação às disciplinas que ministravam e às atividades que exigiam dos professores assistentes e auxiliares, mas o poder detido por eles se restringia, predominantemente, ao interior das Cadeiras que regiam, embora pudessem tentar ultrapassar esse âmbito por meio de disputas diretas ou indiretas com outros catedráticos, como fez Florestan Fernandes.

A interrupção do processo de modernização da sociologia iniciou-se na Argentina com o golpe de Estado de 1966, que implicou num período de intervenções drásticas nas universidades – diferentemente do que ocorreu no Brasil, onde a ditadura militar de 1964 moveu perseguições pontuais, mas também favoreceu a expansão do sistema de ensino superior em geral e das

18 O ponto fraco dessa forma organizacional talvez tenha sido a ênfase na graduação e a inexistência de um programa de pós-graduação, como os que se desenvolveram em São Paulo desde os anos de 1940 na ELSP (mestrado) e na FFCL-USP (doutorado).

ciências sociais em particular (Ortiz, 1990). O Departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires foi praticamente desmantelado. Dos 28 professores que o integravam em 1966, restaram 4 em 1967. O Instituto de Sociologia, que contava com 29 membros e desenvolvia 15 projetos de pesquisa, foi fechado (García Bouza & Verón, 1967).

A "sociologia científica" de Germani, que se afastou nesse momento da Argentina, teria seu projeto abortado. A continuidade da pesquisa científica autônoma ocorreu, então, por meio de sua transferência para centros privados de pesquisa (Murmis, 2007; Neiburg, 1998), como ocorrera antes, de certa forma, no âmbito do Colégio Livre de Estudos Superiores, e que havia sido preparada por Germani, através dos vínculos estabelecidos com o Instituto Di Tella. Segundo uma pesquisa realizada nessa época, em torno de 1970 a pesquisa em sociologia era realizada em 11 centros privados, três dos quais pertenciam àquele instituto (Kratochwill, 1970). Nesse momento, assumiram a docência e os cargos diretivos na universidade professores que defendiam (ou diziam defender) uma "sociologia nacional", que tina como oponentes as sociologias "marxista" e "científica". As figuras emblemáticas desse período das "cátedras nacionais" foram o sacerdote Justino O'Farrel e Gonzalo Cárdenas, que assumiram em 1969 a direção do curso e do Instituto de Sociologia, respectivamente.

## Contraponto

Passemos agora a uma comparação entre as trajetórias de Gino Germani e Florestan Fernandes[19], lembrando que ambos lideraram processos de legitimação da sociologia e a reivindicaram como ciência aplicada ao entendimento do processo de modernização em curso nos dois países (nas décadas de 1950 e 1960). Foram "intelectuais acadêmicos" (Coser, 1968), envolvidos diretamente nos desafios inerentes aos primórdios da institucionalização universitária dessa disciplina, com a qual se identificaram plenamente e que propiciou a eles, inicialmente, destituídos de capital social e cultural, a oportunidade de ascender às posições mais altas e prestigiosas da hierarquia acadêmica. Mas o que os diferenciou de outros líderes que atuaram quase simultaneamente a

19 Evitamos, nesse texto, reconstruir a trajetória de Florestan, já muito conhecida pelo público brasileiro e sobre a qual há vasta bibliografia (ver, sobretudo, D'Incão, 1987; Arruda, 1995; Martinez, 1998; Garcia, 2002; Lahuerta, 2005; Rodrigues, 2010) mobilizando neste item apenas seus traços mais significativos, em função da comparação visada.

eles no Brasil e na Argentina (e em outros países da América Latina) foi o fato de ambos terem se constituído e consagrado como "chefes de escola".

Suas carreiras devem ser compreendidas em função das mudanças ocorridas nos sistemas de produção cultural e acadêmica dos dois países, desde meados do século XX, que permitiram a profissionalização mais efetiva da atividade intelectual graças, principalmente, à constituição de organizações acadêmicas modernas em São Paulo e Buenos Aires. Sobre esse processo, alguns condicionantes gerais devem ser mencionados. O primeiro deles relaciona-se com o crescimento demográfico acelerado ocorrido em tais cidades, a partir do final do século XIX, fator morfológico decisivo à constituição de ambas como metrópoles em meados do século XX. Ambas receberam contingentes elevados de imigrantes europeus[20], que promoveram a diferenciação de suas estruturas sociais, implicando a emergência de *novas* classes médias urbanas[21], que favoreceram a renovação e a diversificação das atividades e

---

20 Na América Latina, São Paulo e Buenos Aires foram as cidades que receberam maior número de imigrantes europeus entre o final do século XIX e o começo do século XX. A Argentina recebeu a maior proporção de imigrantes europeus no mundo nesse período. Segundo o censo de 1914, 30% da população argentina era imigrante. No Brasil, em 1920, os estrangeiros representavam apenas (aproximadamente) 5% da população. Em Buenos Aires, no ano de 1914, do total de quase 1.500.000 habitantes, 49% eram imigrantes. Em São Paulo, em 1920, a população era de 580.000 pessoas e os estrangeiros constituíam 35%. Na cidade do Rio de Janeiro, também em 1920, os imigrantes eram 15% (Fausto & Devoto, 2008; Bernasconi & Truzzi, 2000). Os dados numéricos oferecem uma ideia bastante precisa a respeito da imigração nos dois países: seu impacto na Argentina foi muito mais significativo. Comparadas as magnitudes da imigração nessas cidades, vemos que São Paulo se aproxima de Buenos Aires, enquanto o Rio de Janeiro se distancia.

21 Em contraposição a uma "classe média tradicional", constituída desde o século XIX (como no caso do Rio de Janeiro), dependente dos setores dominantes tradicionais e proveniente, sobretudo, de seus ramos declinantes. Vinculada ocupacionalmente à burocracia estatal, identificava-se social e politicamente com aqueles mesmos setores dominantes. A "nova classe média" proveio da imigração massiva e se inseriu progressivamente nos setores modernos da economia (Graciarena, 1967; Pinheiro, 1990). Cabe citar uma observação aguda de Roger Bastide a respeito desse processo, diferenciando as experiências paulistana e carioca: [sobre a classe média]: "encontramos, sem dúvida, fenômenos análogos no Rio de Janeiro. Mas como o número de estrangeiros ou de filhos de estrangeiros não portugueses é aí menor, o choque de valores é menos dramático: tudo se passa entre brasileiros. Daí uma diferença capital entre a classe média do Rio de Janeiro e a de São Paulo. A presença do governo e de todo o maquinismo administrativo, no Rio de Janeiro, faz com que sua classe média seja principalmente uma classe média de funcionários ou de burocratas. A industrialização mais avançada de São Paulo faz da sua classe média uma classe de pequenos fabricantes e de empregados." (Bastide, 1971: 155-6).

empreendimentos culturais eruditos e populares e incrementaram a formação mais densa de públicos nos dois casos (Prieto, 1988; Rivera, 1980; Sarlo, 1988; Miceli, 2001), embora mais acentuadamente em Buenos Aires. No caso brasileiro, é patente certo deslocamento do eixo da produção cultural, acentuado no decorrer do século XX, do Rio de Janeiro para São Paulo, processo relacionado com o formidável crescimento econômico ocorrido nesta última e a consequente dinamização de seu mercado cultural. Consolidada a proeminência carioca no âmbito político nacional, com a derrota de São Paulo na Revolução de 1930 (e em 1932), a vida cultural naquela cidade ganhou um impulso notável, tornando-se cada vez mais autônoma e profissionalizada. Isso favoreceu um desenvolvimento sem precedentes em âmbitos aparentemente descolados como o teatro, a literatura, as artes plásticas e as ciências humanas, mas diretamente condicionados pelas transformações mencionadas (Arruda, 2001; Pontes, 2010). No caso de Buenos Aires, esta cidade nunca teve concorrente em seu país, constituindo-se desde a independência como centro econômico, político e cultural. No Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro disputaram o mercado cultural e acadêmico, oscilando a balança para um lado ou outro, de acordo com os gêneros e períodos em questão.

Os imigrantes e seus descendentes desempenharam em São Paulo e Buenos Aires um papel decisivo na concretização dos projetos de modernização acadêmica (não apenas para a sociologia) e, significativamente, os personagens aqui comparados se enquadram nesse perfil. A diferenciação social (associada a um processo de desenvolvimento econômico acelerado), catalisada pela imigração ocorrida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi um dos condicionantes principais à conversão de projetos educacionais, inicialmente concebidos pelas elites, em modernas empresas acadêmicas afinadas com as demandas de ascensão das novas classes médias (Miceli, 1989).

Sabe-se que em São Paulo o desenvolvimento das ciências sociais foi favorecido pela relativa independência da USP em relação aos poderes políticos, dos quais sofreu interferências apenas esporádicas e indiretas, o que implicou a constituição de vida acadêmica profissionalizada e orientada cientificamente (Miceli, 1989). No Rio de Janeiro, a sociologia associou-se mais diretamente às disputas políticas e ideológicas do período analisado, o que, apesar da atuação destacada de lideranças como Alberto Guerreiro Ramos e Luís de Aguiar Costa Pinto, dificultou o desenvolvimento mais estritamente

científico e prolongado dessa disciplina até o final da década de 1960 (Almeida, 1989; Vianna, 1997)[22]. Sintomaticamente, nenhum desses dois sociólogos alcançaria a cátedra de sociologia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (Brasil Jr., 2013), onde haviam se formado. Assim, haveria maior proximidade entre essa experiência e a que se deu em Buenos Aires, apesar de que nesta última a imbricação com a política não bloqueou o desenvolvimento de um projeto científico no interior da universidade. Como poderíamos explicar essa outra modalidade, que combina politização do campo acadêmico e desenvolvimento científico na instituição universitária?

Rio de Janeiro e Buenos Aires se aproximavam por serem, então, centros políticos nacionais, o que implicava uma tensão mais pronunciada e constante entre poderes políticos e acadêmicos (diferentemente do que ocorreu em São Paulo, onde essa tensão era mais branda). Entretanto, em Buenos Aires, isso não impediu a implantação de uma "sociologia científica" na universidade, como a de Germani, que, apesar de orientar-se por questões politicamente relevantes – suas análises sobre o peronismo são emblemáticas –, foi sempre ciosa na utilização dos procedimentos científicos. Nessa cidade, a solidez de seu sistema acadêmico (estabelecido desde o sécul XIX) e a pressão social exercida pela nova classe média urbana a favor da universidade constituíram contrapesos às recorrentes intervenções políticas até meados da década de 1960, a partir de quando as ditaduras militares sucessivas praticamente bloquearam as condições de existência da vida acadêmica na Argentina até a abertura democrática de 1983. No Rio de Janeiro, diferentemente, as intervenções políticas realizadas durante a era Vargas (e a presença do Estado como promotor direto da vida intelectual) não encontraram resistência equivalente numa instituição universitária recém-criada (1935), nem na sociedade na qual estava inserida, que não contava com uma classe média dinâmica como as de Buenos Aires e São Paulo, o que limitou o

22 Segundo a interpretação de Lúcia Lippi de Oliveira (1995), diversas pesquisas importantes realizadas no CBPE e no CLAPCS, evidenciaram o desenvolvimento das ciências sociais carioca na década de 1950, implicando a necessidade de revisar o esquema de interpretação mencionado. Nessa mesma direção, Nísia Trindade Lima (1999) e Gláucia Villas Bôas (2006) reforçaram a ideia de que o caso do Rio de Janeiro não deveria ser tomado como um desviante da experiência paulista, mas como uma modalidade específica de institucionalização. Para o nosso argumento, contudo, cabe destacar o enraizamento universitário da sociologia paulista, que teria condicionado diretamente a emergência da *escola* sociológica liderada por Florestan. Essa circunstância particular justifica a ênfase analítica no caso de São Paulo.

desenvolvimento científico da sociologia moderna na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro[23].

Passemos agora ao ponto central desta comparação. Como explicar o fato de Gino Germani e Florestan Fernandes terem se constituído, quase simultaneamente, como "chefes de escola" entre as décadas de 1950 e 1960? A condição geral e necessária para o surgimento coetâneo dessas "escolas" sociológicas foi a preexistência de organizações acadêmicas modernas nos dois países, o que diferenciou, como vimos anteriormente, os casos brasileiro e argentino em relação a outros países latino-americanos, nos quais não se constituíram organizações desse tipo nem "escolas", até o momento considerado. A tal circunstância associou-se o contexto internacional favorável ao estabelecimento dessa disciplina na América Latina, desde o final da Segunda Guerra Mundial (Blanco, 2007).

As organizações acadêmicas nas quais os dois sociólogos atuaram eram, entretanto, muito distintas, e condicionaram suas trajetórias diferentemente. Já mencionamos o fato de que o sistema educacional argentino construído desde o final do século XIX transformou radicalmente as condições de produção e recepção da atividade intelectual. Sua abrangência e profundidade implicaram a inclusão quase imediata de setores novos da sociedade, sobretudo, filhos da imigração massiva num campo intelectual recente, mas extremamente dinâmico, que se organizou na Argentina, centralizado em Buenos Aires, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. A constituição de um público leitor considerável promoveu a consolidação de um mercado cultural predominantemente privado que permitiu uma profissionalização significativa da atividade intelectual e artística, favorável aos destituídos de nome e fortuna que postulavam ascender e afirmar-se por tais vias. Esse movimento inclusivo não se deu, entretanto, sem tensões. Ao contrário, provocou forte reação xenófoba e classista da elite intelectualizada previamente estabelecida que, sentindo-se ameaçada, moveu-se pela necessidade de contra-atacar tais "invasores" num meio que até então lhe era exclusivo. Tal situação explica, por exemplo, a composição social de suas vanguardas artísticas na década de 1920, claramente polarizadas entre membros de fa-

23 O que não significa que não houve, nesse período, sociologia científica no Rio de Janeiro, mas sim que o seu desenvolvimento dependeu de centros e institutos independentes, o que, provavelmente, limitou as possibilidades de sociólogos como Guerreiro Ramos e Costa Pinto aglutinarem grupos de pesquisadores, ou seja, de se tornarem "chefes de escola", como foram Gino Germani e Florestan Fernandes.

mílias tradicionais, os de Florida, e os descendentes de imigrantes, nucleados no grupo de Boedo[24]. Explica, também, as disputas que se prolongariam no século XX entre os críticos literários, em sua maioria filhos de imigrantes formados na FFyL e os escritores *criollos*, nucleados na revista *Sur* (Jackson & Blanco, 2011).

Diretamente associada a esse contexto, a FFyL da UBA seria uma das instituições acadêmicas mais diretamente envolvidas na modernização do sistema universitário argentino. Em seu interior, entretanto, a sociologia não figurou imediatamente como uma disciplina autônoma, nem contou com o suporte de missões estrangeiras. Atrelada como vimos a outros cursos, permaneceu relativamente marginalizada até a década de 1950, dependente de iniciativas frágeis e fragmentadas, se comparadas ao que se deu no Brasil desde a década de 1930. A trajetória descontínua e desamparada (ele não teve mestres) de Gino Germani se inscreve nesse processo como uma exceção, uma vez que antes dele quase nada havia que sinalizasse a possibilidade de um arranque como o que empreendeu. No terreno estrito da sociologia, não podemos esquecer, foi um autodidata que se afirmou por estratégias variadas num contexto favorável geral, pela importância da universidade e pelo dinamismo da cena cultural portenha, mas desfavorável em particular, pela disposição marginal que os sociólogos detinham nesses dois âmbitos. O contexto pós-peronista sacudiria esse quadro e lhe propiciaria a possibilidade de atuar como o principal artífice da institucionalização universitária da sociologia na Argentina e, também, como intérprete agudo e privilegiado dos impasses da modernização do país.

Contrastado ao sistema educacional argentino, o que se estruturou timidamente no Brasil desde o Império foi sempre restritivo em todos os níveis e, especialmente, em sua parte superior, nucleada nas carreiras tradicionais e profissionalizantes de direito, engenharia e medicina, ensinadas em escolas superiores isoladas umas das outras (espelhadas, de certa maneira, no modelo francês das *grand* écoles) e voltadas a uma fração mínima da sociedade. As reformas educacionais formuladas na década de 1920 e implementadas no decênio seguinte em São Paulo e no Rio de Janeiro remediaram esse quadro sem alterá-lo em profundidade, se considerada a possibilidade da construção de um sistema universitário nacional e unificado[25], à maneira argentina. A criação da Univer-

---

24 Sobre as vanguardas argentinas, ver texto de Adolfo Prieto (1969), publicado na revista *Tempo Social* (2009). Consultar também Sarlo & Altamirano (1983) e Schwartz (2002).

25 Isso só ocorreria durante a ditadura militar (1964-1985).

sidade do Distrito Federal (UDF), depois Universidade do Brasil, e da USP na década de 1930, restringiram aos dois principais estados do país uma vida universitária incipiente e elitista[26] que, não obstante, favoreceu direta e fortemente o desenvolvimento da sociologia no país. Para ambas foram recrutados professores estrangeiros, decisivos à aclimatação prolongada de tradições teóricas e de pesquisa, que seriam encarnadas pelas primeiras gerações de estudantes dessas instituições e, também, da ELSP em São Paulo. A comparação com o caso argentino, onde não houve missões oficiais para o ensino de sociologia, reforça ainda mais a importância do papel desempenhado pelos professores estrangeiros no estabelecimento das bases organizativas e intelectuais dessa disciplina no Brasil (tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro). Explicita, ainda, em relação à trajetória de Florestan, que ela se inscreveu numa experiência compartilhada com outros membros de sua geração, todos diretamente beneficiados pelas oportunidades abertas pela universidade então recém-criada, principalmente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Diferentemente de Germani, ele contou com a retaguarda poderosa de seus professores e, também, com a integração propiciada pelo grupo de colegas a que pertencia, apesar dos conflitos mais ou menos pronunciados, derivados das origens sociais divergentes e das disputas por posições nas quais estavam envolvidos. Ressaltadas as diferenças sociais, vem à tona seu "destino ímpar" (Garcia, 2001); descontadas as mesmas o percebemos antes como um membro destacado de uma geração igualmente destacada, resultante das circunstâncias extremamente favoráveis (e desafiantes) que encontraram nos primeiros anos de funcionamento da Universidade de São Paulo[27].

---

26 Embora os novos cursos criados, sobretudo na FFCL-USP, apresentassem um padrão mais democrático de recrutamento social, a favor de mulheres, filhos de imigrantes e membros da classe média em geral, o sistema universitário brasileiro era elitista porque atingia uma parcela muito pequena da população do país, enquanto na Argentina era muito mais abrangente. A propósito, Gino Germani apresenta dados sugestivos, relativos ao ano de 1950: na Argentina, havia, então, 756 estudantes universitários para cada 100 mil habitantes; no Brasil, eram 117 para cada 100 mil. A Argentina ocupava o terceiro lugar no ranking mundial, enquanto o Brasil estava na 58ª posição (Germani & Sautu, 1965).

27 Gostaríamos de aclarar, para evitar mal-entendidos, que não discordamos da interpretação de Sylvia Garcia, nem da importância por ela atribuída à origem social de Florestan para entender sua trajetória, em relação à de seus colegas; mas a comparação com Germani sugere um matiz a ser levado em conta, na medida em que explicita a dívida de Florestan com a experiência privilegiada e compartilhada com seus colegas de geração no interior da universidade, sob a influência direta dos professores estrangeiros.

Devemos notar, ainda, que os diferentes padrões de relação entre a esfera acadêmica e a política, vigentes em cada caso, condicionaram as escolhas temáticas dos personagens em questão. Os programas liderados por Florestan Fernandes e por Gino Germani na década de 1960 se articularam em torno de uma sociologia da modernização; a primeira centrada na análise dos condicionantes sociais do desenvolvimento econômico capitalista e das respostas políticas dos diferentes agentes envolvidos em tal processo (Fernandes, 1968; 1975); a segunda, focada no estudo das transformações da estrutura social e de seu impacto na ordem política (Germani, 1962a; 1969). Ambos se inscreveram num mesmo contexto geral, o do pós-guerra, em que tais temáticas ganharam importância em toda a América Latina, tanto no campo intelectual como político. Os itinerários que os conduziram a tais problemas foram, entretanto, diferentes. Partindo de temas "frios" como o folclore e as sociedades indígenas, a questão racial marcaria para Florestan a passagem para os temas "quentes", relacionados ao problema da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, eixo da discussão posterior sobre a formação da sociedade de classes no Brasil. No caso de Germani, as pesquisas sobre a modernização tiveram origem nos debates extremamente politizados sobre a imigração e o peronismo. Florestan moveu-se da ciência à política, Germani trilhou caminho inverso.

A importância que teve a antropologia (o estudo de sociedades indígenas, especificamente) na primeira fase da carreira acadêmica de Florestan é reveladora, ainda, das diferentes configurações disciplinares no interior das quais a sociologia estava inscrita em cada caso. Em São Paulo, tanto os professores da missão francesa na USP, como os norte-americanos na ELSP, em função das tradições disciplinares da quais provinham, favoreceram a institucionalização universitária da sociologia como parte de um conjunto designado como "ciências sociais", que incluiria também a antropologia e a ciência política. Na Argentina, em função de ter sido introduzida no interior dos cursos de direito, letras ou filosofia, a sociologia evoluiu subordinada aos delineamentos gerais de tais cursos, para depois se constituir como disciplina independente. Entre as relações estabelecidas com outras disciplinas, prevaleceu, como vimos anteriormente, a aproximação estreita com a história.

Semelhantes pela condição de *outsiders* (Miceli, 2012), pelo movimento de ascensão social possibilitado pela adesão total de ambos à vida acadêmica, as carreiras de Germani e Florestan tiveram, não obstante, feições distintas.

A primeira foi descontínua (lembramos que Germani sequer cursou pós-graduação), afetada mais diretamente pelas oscilações da política argentina que atingiram diretamente (em graus diversos) as instituições acadêmicas e pela temporalidade mais distendida e lenta da institucionalização acadêmica da sociologia. A segunda foi contínua, transcorrida normalmente no interior da universidade, blindada em relação à política, na qual essa disciplina havia recebido um impulso extraordinário das missões estrangeiras, embora bloqueada no final dos anos 1960 pela ditadura militar, estabelecida em 1964[28].

A continuidade característica da carreira de Florestan relaciona-se, de modo geral, com a maior estabilidade do sistema político brasileiro e com o padrão de relacionamento menos conflituoso entre intelectuais e Estado vigente nesse país. Como vimos, sobretudo em São Paulo, desde a criação da USP, as esferas política e acadêmica permaneceram distanciadas. Na Argentina, estiveram muito mais entrelaçadas[29], prevalecendo, a partir da reforma universitária de 1918 (que instituiu uma tradição de autonomia acadêmica), uma relação de oposição entre intelectuais e Estado (Sigal, 1991). Esse processo implicou, também, a conversão da universidade em um ator político importante. Por isso mesmo, sofreria seguidas intervenções durante todo o século (1930, 1943, 1946, 1955, 1966, 1976).

Outra diferença entre os sociólogos diz respeito aos graus de abertura e articulação internacional dos projetos desenvolvidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Florestan Fernandes, alicerçado na forte tradição uspiana estabelecida pelos professores estrangeiros, foi quem mais resistiu à internacionalização como estratégia para o desenvolvimento da disciplina e, sobretudo, para a capacitação do próprio grupo. Nessa direção, não esti-

---

28 Como dito anteriormente, Florestan foi o caso emblemático das perseguições pontuais movidas pela ditadura militar aos professores universitários no Brasil; o outro lado da moeda, não obstante, e diferentemente do que ocorreu na Argentina, residiu na política educacional dos governos militares, que levou à expansão do sistema educacional superior e das ciências sociais especificamente nesse período (1964-1985).

29 "O Brasil não é a Argentina. Neste último país, cada ruptura política se traduz numa grande crise das instituições intelectuais – as universidades em primeiro lugar –, na substituição das camadas intelectuais que presidem a definição das prioridades do campo intelectual e de suas formas de classificação, na desestabilização das representações da política no meio intelectual (Sigal, 1986). Nada disso ocorre no Brasil. As instituições persistem, apesar da repressão política. Os intelectuais continuam a se atribuir uma legitimidade propriamente científica e não é por acaso que privilegiam ainda mais o tema da 'profissionalização'." (Pécaut, 1990: 262).

mulou os membros de sua equipe a saírem do país para realizar o doutorado, nem participou ativamente das articulações que tiveram lugar na América Latina na segunda metade da década de 1950, visando a criação de organismos regionais como a FLACSO (1957) e o CLAPCS (1957), nas quais Gino Germani teve papel decisivo (Blanco, 2007). Diferentemente de Florestan, Germani enviou quase toda sua equipe ao exterior, como uma tentativa de remediar a ausência de uma tradição nacional. No Brasil, quem participou diretamente de tais empreendimentos foi Costa Pinto, no Rio de Janeiro. Podemos especular que o insulamento do projeto de Florestan teria como lastro a estabilidade do processo de desenvolvimento da sociologia no interior da USP, antes do golpe. Sintomaticamente, o próprio Florestan buscaria apoio e articulações externas diante da perseguição movida pela ditadura militar. O investimento que fez Germani (e também Costa Pinto, no Rio de Janeiro) para fortalecer redes internacionais seria um contrapeso à vulnerabilidade institucional das universidades em que estavam inseridos, derivada, sobretudo, de sua implantação em cidades (ambas capitais federais) mais diretamente afetadas pelas oscilações políticas.

Resta ainda discutir comparativamente as relações de Germani e Florestan com as tradições intelectuais nacionais. Ambos se distanciaram dessas tradições incorporando linguagens, esquemas conceituais e metodologias estrangeiras em meio a disputas com os ensaístas, que nas décadas de 1930 e 1940 produziram as interpretações mais consagradas sobre os processos de formação histórica e/ou de construção de identidades das duas sociedades nacionais. Houve, entretanto, diferenças. Florestan combateu mais explicitamente os ensaístas, mas absorveu suas obras, incorporando temas, perspectivas teóricas e interpretações. Germani foi discreto no enfrentamento, mas afastou-se radicalmente as perspectivas defendidas pelos ensaístas (Jackson & Blanco, 2013)[30].

Finalmente, se a comparação realizada explicita o condicionamento da trajetória incomum de Florestan pelas condições favoráveis com as quais se deparou a Universidade de São Paulo juntamente com seus colegas de geração, revela, também, que a compreensão sociológica de uma carreira como

30 Não devemos deduzir dessa diferença, contudo, que Germani teria ignorado completamente a tradição intelectual argentina, uma vez que sua obra se inscreve na linhagem do melhor ensaísmo político argentino, podendo ser entendida como uma atualização dos questionamentos feitos por Sarmiento, no século XIX, sobre as bases sociais do autoritarismo político que vigia em seu tempo com o rosismo.

a de Germani exige outras mediações, uma vez que ela se constituiu mais isoladamente – com pouca ou nenhuma retaguarda no âmbito específico de sua atividade –, embora apoiada num sistema social e cultural extremamente dinâmico para transpor com recursos variados (incluindo o autodidatismo) os obstáculos que tinha diante de si.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, 1989.

ALTAMIRANO, Carlos. *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*. Buenos Aires: Ariel, 2001.

ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos.* Buenos Aires: CEAL, 1983.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. São Paulo: Edusc, 2001.

______________________. *A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista"*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, 1995.

AVELLANEDA, Andrés. *El naturalismo y E. Cambaceres*. In: *História de la literatura argentina (vol. 2, Del romanticismo al naturalismo)*. Buenos Aires: CEAL, 1980.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

BEN-DAVID, Joseph. *The scientific role in society. A comparative study*. New Jersey: Prentice-Hall, 1971.

BERNASCONI, Alicia & TRUZZI, Oswaldo. *Las ciudades y los immigrantes: Buenos Aires y São Paulo (1880-1930)*. In: *Brasil-Argentina, a visão do outro*. Buenos Aires: Fundación Centro de Estudios Brasileiros/Funag, 2000.

BLANCO, Alejandro. *José Luis Romero y Gino Germani: la imigración massiva y el proyecto de uma comprensión histórico-sociológico de la Argentina Moderna*. In: BURUCÚA, José Emilio; DEVOTO, Fernando & GORELIK, Adrián (orgs.). *José Luis, vida história, ciudad y cultura*. Buenos Aires: UNSaM, 2013.

______________________. *José Medina Echavarría y el proyecto de una sociologia científica*. In: PEREYRA, Diego (org.). *El desarollo de las ciencias sociales. Tradiciones, actores e instituciones em Argentina, Chile, Mexico* y América Central. Série Cuadernos de Ciencias Sociales, 2010.

______________________. *Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965)*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 01, 2007.

______________________. *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

______________________. *La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeiros congresos.* Sociologías, vol. 7, n. 14, 2005.

BLANCO, Alejandro & JACKSON, Luiz Carlos. *Sociólogos versus ensayistas en Brasil y Argentina*. Estudios Sociológicos de El Colegio de México, v. 31, n. 92, 2013.

______________________.. *Crítica literária e sociologia no Brasil e na Argentina*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011.

BRASIL JR., Antonio da Silveira. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRUNNER, José Joaquín. *Los orígenes de la sociología professional en Chile*. Documento de Trabajo n. 260, Programa FLACSO – Santiago de Chile, 1985.

BUCHBINDER, Pablo. *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

______________________. *Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

BULMER, Martin. *The Chicago school of sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

CASTAÑEDA, Fernando. *La constitución de la sociología en* México. In: UNAM (org.). *Desarollo y organización de las ciencias sociales em México*. México: UNAM, 1990.

COSER, Lewis. *Hombres de ideas. El punto de vista de un sociólogo*. México: Fonto de Cultura Económica, 1968.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

DE IMAZ, José Luis. *Promediando las cuarenta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1977.

D'INCÃO, Maria Angela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEVOTO, Fernando (org.). *La historiografia argentina en el siglo veinte (2 vols.)*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

DEVOTO, Fernando & FAUSTO, Boris. *Argentina/Brasil 1850-2000. Un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______________________. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GARCIA, Afrânio. *Circulación internacional y formación de una "escuela de pensamento" latino-americana (1945-2000)*. Prismas, Revista de Historia Intelectual, n. 10, 2006.

GARCIA, Sylvia. *Destino ímpar*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GARCÍA BOUZA, Jorge & VERÓN, Eliseo. *Epílogo de una crónica: la situación de la sociología en Argentina*. Revista Latinoamericana de Sociología, v. 03, n. 01, 1967.

GERMANI, Ana. *Gino Germani. Del antifascismo a la sociología*. Buenos Aires: Taurus, 2004.

GERMANI, Gino. *Authoritarianism, fascismo and national populismo*. New Brunswick: Transaction Books, 1978.

______________________. *Sociología de la modernización*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

______________________. *La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regresso de la inmigración reciente*. In: *Trabajos e investigaciones del Instituto de Sociología*. Publicación Interna, 14, Departamento de Sociología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1964.

______________________. *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas.* Buenos Aires: Paidós, 1962a.

______________________. *La inmigración masiva y su papel en la modernización del país*. In: *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962b.

______________________. *La sociología científica. Apuntes para su fundamentación*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional México, 1956a.

______________________. *Informe preliminar del Instituto de Sociología sobre las encuestas entre estudiantes universitários*. Centro, n. 12, 1956b.

______________________. *Estructura social de la Argentina. Alálisis estadístico*. Buenos Aires: Solar, 1955.

______________________. *Teoría y investigación en la sociología empírica*. Buenos Aires, inédito.

GERMANI, Gino; GRACIARENA, Jorge & HALPERIN DONGHI, Tulio (orgs.). *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: EUDEBA, 1965.

GERMANI, Gino & SAUTU, Ruth. *Regularidad y origen social de los estudiantes universitários*. In: *Investigaciones y trabajos del Instituto de Sociología*. Instituto de Sociología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1965.

GRACIARENA, Jorge. *La crisis de las clases medias*. In: *Poder y clases sociales en el desarollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

HALL, Michael. *The origins of mass migration in Brazil, 1871-1914*. Nova York: Columbia University Press, 1969.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Un cuarto de siglo de historiografía argentina (1960-1985)*. Desarollo Económico, v. 25, n. 100, 1986.

HALPERIN DONGHI, Tulio & DI TELLA, Torcuato (orgs.). *Los fragmentos del poder*. Buenos Aires: Jorge Álvarez, 1969.

JITRIK, Noé. *El ciclo de la bolsa*. In: *Historia de la literatura argentina (vol. 2, Del romanticismo al naturalismo)*. Buenos Aires: CEAL, 1980.

KEINERT, Fábio Cardoso. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

KRATOCHWILL, Germán. *El estado de las ciencias sociales en la Argentina*. Documento de Trabajo, 67. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Sociales, Instituto Torcuato Di Tella, 1970.

LAHUERTA, Milton. *Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica*. Perspectivas - Revista de Ciências Sociais, v. 28, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LOWRIE, Samuel. *Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo*. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política, 1938. (Coleção Estudos Paulistas, 2).

LUNA, Félix. *Perón y su tiempo. Tomo I: La Argentina era una fiesta, 1946-1949.* Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

MANGONE, Carlos & WARLEY, Jorge. *Universidad y peronismo (1946-1955)*. Buenos Aires: CEAL, 1984.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MICELI, Sérgio. *Los inventores de la sociología "científica" en Brasil y Argentina (Florestan Fernandes y Gino Germani)*. In: *Ensayos porteños. Borges, el nacionalismo y las vanguardias.* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

______. *Por uma sociologia das ciências sociais*. In: *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001.

______. *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais.* In: *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, 1989.

MÍGUEZ, Eduardo. *El paradigma de la historiografía económico-social de la renovación de los años '60 visto desde los años '90.* In: DEVOTO, Fernando (org.). *La historiografía argentina en el siglo veinte*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

MORCILO LAIZ, Álvaro *Historia de un fracaso: individuos, organizaciones y la sociología weberiana en* México (1937-1957). Sociológica, v. 67, 2008.

MURMIS, Miguel. *Sociologia, ciência política e antropologia: institucionalização, profissionalização e internacionalização na Argentina*. In: TRINDADE, Helgio (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada.* Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANPOCS, 2007.

NEIBURG, Federico. *Los intelectuales y la invención del peronismo*. Buenos Aires: Alianza, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As ciências sociais no Rio de Janeiro*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.

ONEGA, Gladys. *La inmigración en la literatura argentina (1880-1910)*. Buenos Aires: CEAL, 1982.

ORTIZ, Renato. *Impressões sobre as ciências sociais no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, v. 27, 1990.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Boris (org.). *III. O Brasil Republicano.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

PONTES, Heloisa. *Intérpretes da metrópole*. São Paulo: Edusp, 2010.

POVIÑA, Alfredo. *Historia de la sociología en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *Concepções de universidade e lutas políticas no Brasil e na Argentina dos anos 30. Seminário Brasil-Argentina. A visão do outro.* Brasília: FUNAG, 2000.

PRIETO, Adolfo. *Boedo e Florida*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 2, 2009.

______________________. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

______________________. *Boedo y Florida. Estudios de literatura argentina*. Buenos Aires: Galerna, 1969.

REYNA, José Luis. *A institucionalização das ciências sociais no México*. In: TRINDADE, Helgio (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

______________________. *La investigación sociológica en Mexico*. In: ARGUEDAS, Ledda et all. *Sociología y Ciencia Política en* México (*un balance de veinticinco años)*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1979.

RIVERA, Jorge. *El auge de la industria cultural*. In: *Historia de la literatura argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1980.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

ROMERO, José Luis. *Las idas políticas en Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ROMERO, José Luis; GERMANI, Gino & HALPERIN DONGHI, Tulio. *Proyecto de investigación: el impacto de la inmigración masiva sobre la sociedad y la cultura argentina*. In: *Trabajos de Investigación del Instituto de Sociología*. Publicación Interna, 18, Faculdad de Filosofía y Letras, Departamento de Sociolgía, Universidad de Buenos Aires, 1958.

SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Ariel, 2001.

______________________. *Una modernidad periférica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

SCHWARTZ, Jorge. *Las vanguardias latinoamericanas. Textos programáticos y críticos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la* década *del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

TIRYAKIAN, Edward A. *The significance of schools in the development of sociology*. In: SNIZEK, William E.; FUHRMAN, Ellsworth R. & MILLER, Michael K. *Contemporary issues in theory and research. A metasoicological perspective.* Londres: Greenwood Press, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. *A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa*. In: *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VILLAS BOAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro do pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

# Padrão e Salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

*Edison Bariani*[1]

Os cientistas sociais brasileiros, curiosamente, pouco se envolveram intensa e publicamente em polêmicas e discussões, por vezes assumiram debates cuja origem, argumentos e temas remontavam à Europa (ou aos EUA), tomaram posições nesses debates, mas pouco se conspurcaram com os problemas do Brasil. Não que as questões candentes na Europa não contivessem uma carga de importância, longe disso, só que no que diz respeito aos problemas brasileiros parece haver prevalecido uma certa recusa em assumir posições públicas – tanto política quanto cientificamente –, um certo espírito de isenção e relutância em explicar as divergências e pôr-se em posição de receber críticas, uma certa "ética" do distanciamento – segundo a qual não seria recomendável arriscar-se em expor seus ideais "privados", nem questionar abertamente os de outro. Essa tal etiqueta, quando desobedecida, algumas vezes deu lugar a ataques gratuitos e mesquinhos, próprios de quem vê ferido seu espaço intelectual "privado".

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é um marco das ciências sociais no Brasil, foi um momento no qual dois sociólogos de peso expuseram suas ideias e ideais, trataram do assunto com grande acuidade e evitaram durante o debate lançar argumentos de sentido moral ou acusatório – embora Guerreiro Ramos, em sua verve cáustica, seja mordaz em algumas

1 Edison Bariani, UNESP, Araraquara. Publicado originalmente na Revista Cronos, v.07, n.01, 2006.

colocações. Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *scholars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual – teórica, política e ideológica –, de concepção da sociologia e do papel do sociólogo; diferentes interpretações da sociedade brasileira, "visões de mundo", projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.

## A batalha inicial

Teve início a polêmica a partir do II Congresso Latino-Americano de Sociologia[2], realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual Guerreiro Ramos – presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais – apresentou as seguintes propostas:

> 1ª As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;
>
> 2ª A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;
>
> 3ª No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;
>
> 4ª No estádio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, deven-

2 Aqui consideraremos somente os textos primordiais que marcaram o debate, pois interpretamos que esse prosseguiu em referências esparsas em outros trabalhos dos autores (Bariani: 2003).

do-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos globais e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de previsão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações. (Ramos, 1957: 77-8)

As recomendações foram rejeitadas no congresso – a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9 – mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas logo se fizeram sentir, embora, às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados no *Diário de Notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns – dentre eles Nelson Werneck Sodré, mais tarde seu colega no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Não obstante, por que algumas recomendações apreciadas em um congresso – e derrotadas em votação! – repercutiram tanto? Basicamente porque não eram simples menções e sim um "projeto", um modo de encarar a sociologia e o país.

Guerreiro Ramos prosseguiu na defesa de suas posições e na *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*, publicada em 1954, voltou à carga, argumentando em favor de cada item[3]. O autor iniciava sua proposta criticando a "transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desen-

3 Posteriormente republicada em *Introdução crítica à sociologia*, em 1957, edição que aqui é citada.

volvidos" e o uso (e abuso) elaborado nos países dominantes. A sociologia brasileira, ao fazer uso indiscriminado daquele, tornar-se-ia uma "sociologia consular" – "visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos" (Ramos, 1957: 78) – e "enlatada", "visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural" (Ramos, 1957: 80).

A "realidade nacional" – para Guerreiro Ramos – seria irredutível em sua especificidade[4], produto de desenvolvimento histórico-social determinado, que engendraria seus próprios problemas e, logo, demandaria um instrumental teórico apropriado para analisa-la. Mesmo considerando que "a sociologia, como ciência, seja uma só" (Ramos, 1957: 82), haveria que proceder a uma assimilação crítica das produções teóricas vindas dos países desenvolvidos, sob pena de não fazer "uso sociológico da sociologia" (Ramos, 1957: 90) e recair na alienação. Tal assunto seria tratado mais cuidadosamente em *A redução sociológica*, obra capital do autor, editada em 1958.

No que se refere ao futuro da sociologia como ciência, preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil, seria mister: adequar as pesquisas às "disponibilidades da renda nacional" (item 3 da proposta), aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural "genérico" da população (item 7). Sob a vigência do subdesenvolvimento, haveria que coadunar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, tendo como parâmetros a disposição cultural e as prioridades de investigação. A prioridade seria então a "formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais" (item 4), que contribuiriam decisivamente para promover o conhecimento da estrutura social, capacitando a implementação de políticas de caráter planificador, que melhor nos conduziriam à industrialização e ao desenvolvimento, pois estaria "a melhoria das condições de vida das populações [...] condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais" (item 5) (Ramos, 1957: 78).

Dada a prioridade, há um evidente repúdio aos estudos "sobre minudências da vida social" (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia americana e de seus estudos de caso, que focalizariam pequenos

4 Aqui se revelam as influências do que Guerreiro Ramos considerava a "corrente crítica" do pensamento social no Brasil (Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, etc. – acrescentará mais tarde João Ribeiro), mas também as de uma sociologia que afirmava a especificidade de dada formação social, seu caráter histórico e a conformação que lhe seria própria, por exemplo Gurvitch (1953) e Freyer (1944).

grupos e comunidades – um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético – como as elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. –, seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira – tais como *Geografia da Fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (Ramos, 1957: 106-7)[5]. Ademais, essas pesquisas sobre "minudências" implicitamente contribuiriam para a persistência de "estilos de comportamento de caráter pré-letrado", fazendo apologia do isolamento e da ignorância em vez de propiciar o conhecimento dos mecanismos de integração de populações marginalizadas na sociedade brasileira (índios, afro-americanos); seriam perniciosas não só por gastarem improdutivamente os raros recursos que poderiam ser destinados à pesquisa comprometida com a nação, mas por – direta ou indiretamente – localizar a questão dessas populações como problemas, desvios, resíduos. Daí também o receio – da parte de Guerreiro Ramos – quanto à sociologia sobre o negro no Brasil, na qual se postularia "o problema do negro" – como se o negro "fosse" o próprio problema – e não o racismo, cuja origem emanaria da "patologia social do 'branco' brasileiro", este sim portador de um comportamento anormal (Ramos, 1957: 171-93).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução "geral" da população (ensino secundário) também foi assunto premente no debate, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade – Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros se ocuparam da matéria[6]. Sob o ponto de vista de Guerreiro Ramos o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações, mas um

5 A bandeira da defesa da elaboração de obras gerais, de síntese, já havia sido levantada na Europa pelo filósofo/historiador alemão Oswald Spengler, preocupado então com o predomínio das monografias na historiografia europeia do começo do século XX. *Cf*. Febvre (1992: 133).

6 Tal questão, embora não esteja contemplada nos principais textos dos autores quando do início da polêmica – as teses de Guerreiro Ramos e "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros" de Florestan Fernandes –, nem seja considerada pelos comentadores, consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia e está inextricavelmente ligada às outras questões.

modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover a emancipação em relação ao colonialismo cultural; seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo. A sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (*Anais do II Congresso Latino-Americano de Sociologia*, 1953; *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955).

Por seu lado, em 1958, Florestan Fernandes fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil*, o capítulo V desta obra – já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*[7] – intitula-se "*O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*"[8], nele, o autor critica alguns pontos da comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953[9]. As ob-

---

7 Mais tarde o autor voltaria a publicá-lo novamente, desta feita em *A Sociologia no Brasil* (1977). Todos os trechos aqui citados foram extraídos desta edição.

8 Guerreiro Ramos referir-se-á mais tarde – em prefácio de 1963 à reedição de *A redução sociológica* – ao opúsculo ("*O padrão...*") como "a mais qualificada crítica que um representante ilustre de nossa sociologia convencional escreveu contra nossa orientação" (Ramos, 1996: 15). Também vale lembrar que em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) afirma: "Florestan é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, *no campo da antropologia*" (Ramos, 1953: 30 – grifos nossos). Oliveira (1995) assinala que não é fortuito o fato de Guerreiro Ramos situá-lo "no campo da antropologia" e não no da sociologia. Todavia, é preciso lembrar – a despeito da ironia guerreiriana – que até aquele momento os trabalhos de maior ressonância de Florestan Fernandes eram os sobre os tupinambá e rotulados como "antropológicos".

9 Uma dúvida que persiste: por que Florestan Fernandes atacaria cinco anos depois algumas teses apresentadas e derrotadas em congresso? Não obstante a crítica de Florestan esteja inserida na moldura de um balanço das ciências sociais no país (*A etnologia e a antropologia no Brasil* e *A sociologia no Brasil*), talvez em 1958 as 'teses' de 1953 já não lhe parecessem tão inofensivas, vez que, a partir de então, tomaram corpo – e repercutiram – no balanço de Guerreiro Ramos da sociologia no Brasil (*O processo da sociologia no Brasil*, de 1953), nos trabalhos deste sobre o negro (tema que Florestan Fernandes pesquisava, em outra direção, juntamente com Roger Bastide), nos livros *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1957) e *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e institucionalizava-se na fundação do IBESP (1953) e do ISEB (1955). Frente tais circunstâncias e os rumos que a conjuntura político-social do país tomava, ao que parece, Guerreiro Ramos agora se fazia valer como adversário intelectual.

servações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro, "entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável" (Fernandes, 1977: 67)[10].

O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan censura a "falácia" que seria:

> (...) considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico. (Fernandes, 1977: 68)

O cientista – para ele – só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, correria o risco de produzir uma "pseudociência". Logo, a recomendação de Guerreiro Ramos sobre evitar os estudos de "minudências" seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades pois, a partir destas – dentro do rigor científico – poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar "todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica nos últimos setenta e cinco anos" (Fernandes, 1977: 69). Além disso – para Florestan Fernandes – o uso de recursos em pesquisas de "detalhes" sociais não se faria em detrimento da aplicação em "bens de produção", ao contrário, tais estudos serviriam á melhor utilização de fatores de produção já que "o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude" (Fernandes, 1977: 70).

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos "critérios de explicação científica na sociologia", as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo "nível cultural genérico das populações", em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

---

10 Embora critique os pontos aos quais é contrário, Florestan Fernandes não explica com os quais concorda integral ou parcialmente.

> 1) a solução de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extracientíficas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social. (Fernandes, 1977: 70)

No que se refere ao tema da implantação do ensino regular de sociologia na escola, Florestan Fernandes – em comunicação no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) – mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém se assim o fosse dirigido, poderia "contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país" (*Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955: 105)[11].

---

11 Denominava-se a comunicação "*O ensino da sociologia na escola secundária brasileira*". Prossegue Florestan: "A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe – *'do costume às ciências sociais'* e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: 'Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias'. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria então uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social" (*Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955: 90). E ainda "alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social" (*Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955: 104).

Guerreiro Ramos – presente no I Congresso Brasileiro de Sociologia quando dos debates – objetou que mesmo sendo ideal o ensino da sociologia, a sociedade brasileira não estaria aparelhada para tal, já que persistia – na sociologia – uma visão alienada da realidade do país, ocupando-se de problemas efetivos em outros países; além disso, a falta de profissionais especializados para a docência dificultaria um ensino satisfatório (*Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955: 319-20). Florestan redarguiu que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não poderia garantir uma autoconsciência racional da realidade brasileira, ao que Guerreiro Ramos respondeu que a sua própria posição e a dos demais presentes no congresso eram irredutíveis: enquanto os outros seriam acadêmicos, ele se considerava um pragmático, e isso faria toda a diferença na análise das questões (*Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1955: 342).

## Arqueologia da contenda

Na visão dos comentadores o debate entre os dois sociólogos teria diversos significados e motivações: ISEB *versus* USP, São Paulo *x* Rio de Janeiro, "sociologia carioca" *x* "sociologia paulista", mertonianos *x* mannheimianos etc.[12] Todos estes recortes guardam algo de verossímil e especulativo, todos podem acrescentar algo à compreensão daquele momento de efusão intelectual e das trajetórias dos autores, mas considerando-se a amplitude da discussão entre eles e a originalidade dos contendores – bem como as outras faces e personagens daquelas questões –, é inequívoco tanto resumi-los à condição de figurantes quanto alça-los à posição de encarnação de tais debates.

Oliveira (1995: 107-9), ao promover um balanço da polêmica, lista os pontos de divergência: 1) Florestan Fernandes aceitaria a sociologia como ciência positiva do social (Weber, Durkheim e Marx são seus modelos),

12 Cabem aqui algumas advertências. Quando da divulgação das teses iniciais de Guerreiro Ramos, em 1954, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ainda não existia – só viria a ser fundado em 1955. A existência de uma "escola paulista de sociologia" – donde derivaria uma "sociologia paulista" – é peremptoriamente negada por Fernandes (1977: 140). Quanto ao significado do debate, alguns chegam a abordar o enfrentamento entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como uma disputa entre, respectivamente, a ciência e a política, o conhecimento e a intervenção, o saber e a ideologia, o rigor e a volúpia etc., recortes esses muito presentes, direta ou indiretamente, em vários autores. Não trataremos aqui desses argumentos, visto o evidente equívoco no tratamento da questão.

Guerreiro Ramos, mais cético, teria raízes filosóficas (no existencialismo e culturalismo) mas aceitaria a sociologia como ciência empírico-indutiva; 2) a relação entre sujeito e objeto do conhecimento e o caráter desse conhecimento seriam tomados de modos diferentes por ambos, Florestan ligar-se-ia à herança dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim) e Guerreiro seguiria a linha de Gurvitch – e partilharia a herança de Proudhon e Saint-Simon; 3) para Florestan ciência seria positividade, para Guerreiro, perspectiva; 4) no entender de Florestan a ciência seria feita na academia por acadêmicos, Guerreiro Ramos discordaria; 5) finalmente, para Florestan – que desenvolveria um padrão mais positivo de sociologia – os "fatores endógenos do conhecimento são mais importantes, universais e passíveis de serem transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras", já Guerreiro seguiria um padrão mais normativo de ciência – "onde o *dever ser* pode agir sobre a consciência e sobre a realidade" e "os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico".

Arruda (1995: 153) enxerga a polêmica como

> (...) ilustrativa do cenário no qual a reflexão sociológica acadêmica se desenvolve. De um lado, o professor paulista, convencido de que somente a partir de procedimentos científicos rigorosos e dotados de princípios gerais é possível pensar os problemas da sua própria sociedade (...) De outro, o intelectual baiano, radicado no Rio de Janeiro, propugnado por um pensamento sociológico autônomo frente ao produzido no estrangeiro e comprometido com a realidade nacional.

Ortiz (1990: 166) alerta para os vários significados da discussão, mas resume-se às significações de uma "controvérsia entre duas personalidades que lutam para legitimar orientações diferentes no campo das Ciências Sociais" e de um "embate entre uma Sociologia que se autodefine como predominantemente acadêmica, e reside em São Paulo, e outra politizada, interagindo diretamente com o Estado na capital federal *[então o Rio de Janeiro]*". Florestan seria um pragmático, representante do pensamento acadêmico paulista, perspicaz na tarefa de "implantar entre nós uma disciplina científica". Ao referir-se a uma das peças centrais do debate ("*O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*"), afirma que:

> (...) há um quê de Mannheim neste artigo, que trata o *ethos* da ciência como uma espécie de subcultura (...) seu objetivo principal é diferenciar a Sociologia das outras falas, num momento em que imperava uma polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro uma ruptura em relação ao senso comum, o discurso dos juristas, jornalistas e críticos literários, segundo, um distanciamento em relação à aplicação imediata do método sociológico para a resolução de problemas sociais: uma crítica da sua utilidade. (Ortiz, 1990: 166)[13]

Por sua vez, Guerreiro Ramos – segundo Ortiz um "adepto de uma visão genuinamente nacional, mas nem por isso menos provinciana" – mostraria "um certo desprezo pela pesquisa" em favor de certa "experiência" administrativa e voluntarismo; suas propostas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia seriam "desastrosas" se seguidas literalmente, porém, atribui-lhe o mérito de captar "com vivacidade o momento pelo qual passa*[va]* a cultura intelectual no Brasil" ao criticar a "pretensão de se imaginar que a Sociologia se inicia com as escolas de Sociologia". Define os autores, então, do seguinte modo:

> Guerreiro nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone, e plantava suas raízes nu momento anterior *[a tradição de pensamento social no Brasil com Sylvio Romero, Euclides da Cunha etc.]*. Florestan estava mais afinado com os novos tempos, que exigiam que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do saber internacional. (Ortiz, 1990: 167-8)

Já Vianna (1994) vê o episódio como uma etapa da institucionalização das ciências sociais no Brasil e o enfrentamento entre dois mannheimianos peculia-

13 Florestan Fernandes é um dos iniciadores – assim como Pierson (1972) – dessa posição de crítica à "sociologia", às ideias sociais dos não-sociólogos; distinguia "três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira": a primeira em que a sociologia "é explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente da interpretação", a segunda caracterizada "pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira" e a terceira singularizada "pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático" (Fernandes, 1958: 190). Tal posição é precursora de uma forma de análise que, radicalizada, tornou-se hegemônica na ciência social "paulista", principalmente uspiana, cujo principal fruto é ***Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)***, de Carlos Guilherme Mota (1980), no qual critica os "explicadores" do Brasil e localiza a fundação da ciência social – nos padrões científicos, não-ideológicos – na trajetória da USP e da "escola paulista".

res, representantes das sociologias paulista e carioca; Florestan Fernandes seria um sociólogo de vocação mertoniana, que complementaria com a noção de *intelligentsia* – de Mannheim – as deficiências de aplicação de uma concepção de *ethos* acadêmico, de comunidade científica, num país de relações autoritárias e arcaicas, culminando numa sua...

> (...) inscrição na vida pública, passando ao largo dos partidos políticos e da vocação para substituí-los, no interior do Estado, como representante *em geral* da sociedade, a sua Sociologia não se quer traduzir em uma política. Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma institucional e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva. (Vianna, 1994: 372)

E Guerreiro Ramos, propositor de uma sociologia...

> (...) tensa, uma Sociologia de intervenção – não de partido, mas pela representação *em geral* da sociedade –, ciência de erradicação do atraso, e que se orienta pelos problemas macroestruturais, emprenhando-se em estratégias que liberem as forças produtivas, sem cuja promoção se inviabilizaria um projeto de democratização de oportunidades. Para ele, a democracia seria substantiva, e a sua formalização se apresentaria como um momento que deriva acessório. (Vianna, 1994: 378-9)

Os sujeitos dessas intervenções sociais – nas visões de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, segundo Vianna – seriam, respectivamente, duas formas de *intelligentsia*: uma como comunidade científica e outra próxima do Estado, entratanto,

> (...) apesar da profunda divergência, as Sociologias do Rio de Janeiro e de São Paulo não vão deixar de convergir, na medida em que ambas inscrevem a disciplina na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais. A de São Paulo com sua orientação americana, instituindo o seu Departamento como uma comunidade científica, sobretudo aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania; a do Rio, sob a inspiração mannheimiana de uma *intelligentsia* como intérprete *em geral* da sociedade, preferencialmente voltada para o papel da dimensão econômica na quebra de uma situação de subdesenvolvimento, privilegiando o eixo Estado-povo. Nos dois casos, envolvendo ou não estratégias de profissionalização das Ciências Sociais, essa

> *intelligentsia* define sua identidade como a de ator no processo de mudança social. (Vianna, 1994: 379)

Sintetizando os termos do debate, Cohn et al. (1995) percebem o enfrentamento entre duas concepções opostas sobre o papel dos intelectuais – e do cientista social em particular:

> Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho, Guerreiro vê a participação dos intelectuais na organização de uma consciência social conforme as peculiaridades nacionais na correspondente 'fase' histórica; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota um aposição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em consequência, onde um busca a mudança estrutural das condições sociais de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de uma ideologia eficaz para um projeto nacional. (Cohn et al., 1995: 4)

Isto posto, ambos formulariam meios diversos para atingir os fins perseguidos, Cohn et al. enfatizando em demasia os papeis, caracterizam Guerreiro como o ator político por excelência ao tempo que Florestan seria o acadêmico.

> Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer, não-colonial). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando à constituição de uma sociedade democrática (vale dizer, não oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma nação heterônoma. Mas as estratégias opostas e os objetivos não poderiam ser mais contrastantes; até porque respondiam a diferenças de base nas situações dos interlocutores. Guerreiro via o mundo com olhos políticos, era muito mais um homem de partido e voltado para a mobilização de apoios na sociedade do que Florestan, que, neste debate, figurava mais como o profissional acadêmico engajado, voltado para a participação mas pouco disposto a nela dispensar o recurso ao conhecimento bem-fundado. (Cohn et al., 1995: 4)

Acrescentamos que nem a posição de Guerreiro implicava uma desconsideração ou mesmo descentralização do conhecimento científico como base para alcançar os fins propugnados e nem a de Florestan – em sua situação acadêmica – carecia de um substrato político, ambos consideravam de modo diverso as possibilidades de instrumentalização do conhecimento e da intervenção política e social – bem como os mecanismos à disposição.

## Padrão e Salvação

Sempre polêmico[14], Guerreiro Ramos perseguia obsessivamente o enraizamento da sociologia na realidade brasileira, importava torna-la um saber genuinamente comprometido com o país e sua peculiaridade; a transplantação de conceitos e teorias seria assim um entrave, pois propagaria um "saber" desvinculado de seu objeto, desenredado das relações sociais específicas de determinada sociedade. Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento – e da industrialização –, bem como a integração de populações marginalizadas na vida nacional: indígenas e afro-descendentes.

A pesquisa sociológica – para Guerreiro Ramos – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos técnicos, humanos e mesmo de certo "nível cultural genérico"); também métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – então a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter "profissional", "esotérico" e postar-se ao alcance da população (dos "leigos"), reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora consequente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um "saber de salvação"[15].

14 O estigma de "polêmico" – como bem o qualificou Soares (1993) – é marca indelével de Guerreiro, coincidentemente até mesmo no nome: polêmico, do grego *polemikós*, significa "guerreiro". *Cf*. Holanda (1986).

15 Como viria a defini-la mais tarde (Ramos: 1996), baseado – ao que parece – em Scheler (1986).

Já para Florestan Fernandes a nação (e obrigações para com essa) não era por si um valor primordial, ao menos não superior às obrigações para com a ciência; a sociologia – para servir efetivamente à transformação social – deveria ser primeiramente científica e depois (circunstancialmente) nacional. O padrão de trabalho científico deveria ser o mais rigoroso possível, só assim seria também útil à intervenção racional nos problemas sociais; como ciência (universal), baseada na indução, a sociologia procuraria uma generalização a partir de estudos particulares, aproveitaria as noções e categorias abstratas elaboradas em países nos quais a ordem social competitiva estivesse "mais completa", fornecendo assim subsídios para se pensar uma ordem na qual houvesse ainda incipiente desenvolvimento dessa característica. Seria, portanto, um saber cuja cientificidade se faria em detrimento do senso comum, como algo especializado, e o ensino escolar da disciplina serviria somente à "manipulação de técnicas racionais", à atualização da mentalidade em preparação para o progresso social, não como consciência social dos efetivos problemas do país, pois uma formulação adequada – logo, científica – não garantiria autoconsciência social.

Defrontavam-se duas "sociologias": uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava mais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (Florestan Fernandes)[16]. Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e limites (próprios) das chances de modernidade (Florestan Fernandes).

16 Para Florestan Fernandes a sociologia seria ciência universal no sentido de que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos para todos os investigadores em quaisquer lugares; o nacional, o situado, seria um modo particular no qual os problemas sociais se apresentariam e deveriam ser enfrentados conforme uma adaptação do arsenal teórico geral. Guerreiro Ramos também admitia a universalidade da sociologia, entretanto, tal universalidade só se daria por meio dos particulares, das várias realidades situacionais (nacionais) que teriam relativa autonomia de problemas e larga margem para reelaboração do arsenal teórico para enfrenta-los. De um lado, o indutivismo (sintético) que veria no particular momento do universal (Florestan Fernandes), de outro (Guerreiro Ramos) certa microcosmologia que tomaria o particular como contendo em essência o universal – entretanto, este não conteria totalmente os particulares em sua riqueza infinita. Ao final, de modo diverso, ambos tinham consciência da universalidade da sociologia como ciência e da necessidade de adequação de seu instrumental teórico às diferentes situações.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista"*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.

ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. *Anais do II Congreso Latinoamericano de Sociologia*, n.2, 1953.

BARIANI, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2003.

COHN, Gabriel et al. *Florestan Fernandes, história e histórias (depoimento)*. Novos Estudos Cebrap, n. 42, 1995.

FEBVRE, Lucien. *História*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. São Paulo: Ática, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.

______________________. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREYER, Hans. *La sociología, ciência de la relidad*. Buenos Aires: Losada, 1944.

GURVITCH, Georges. *La vocación actual de la sociología: hacia una Sociología diferencial*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1953.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. *Notas sobre as ciências sociais no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, n. 27, 1990.

PIERSON, Donald. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das ideias*. Rio de Janeiro: [s/n], 1953.

______________________. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

______________________. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SCHELER, Max. *Visão filosófica do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

SOARES, L. A. Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. *Introdução: em busca de um marco comparativo*. Dados, v. 37, n.3, 1994.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. *Anais do I Congreso Brasileiro de Sociologia*, n.01, 1955.

# A sociologia como artesanato intelectual: política e contestação nas perspectivas teóricas de Wright Mills e Florestan Fernandes

*Diogo Valença de Azevedo Costa*

## Introdução

Na história da análise sociológica do século XX, os momentos críticos de reflexão sobre os fundamentos teóricos da disciplina são motivados pelas tensões entre perspectivas conflitantes quanto ao papel das ciências sociais nos rumos das transformações das sociedades modernas. Dois desses momentos são simbolizados por dois pensadores de grande relevância no cultivo da sociologia em seus respectivos países, Wright Mills nos Estados Unidos e Florestan Fernandes no Brasil. Produzidas no contexto político da Guerra Fria, as ideias de Wright Mills sobre o *artesanato intelectual*, incorporadas por Florestan Fernandes em sua prática sociológica, apontam para a necessidade de recuperar as heranças clássicas da sociologia como uma tentativa de reunir as dimensões analíticas da estrutura social e dos processos históricos de larga duração, bem como de estreitar os laços entre a disciplina e ciências sociais como a História, a Psicologia e a Política. Na qualidade de representante da perspectiva antiacadêmica na sociologia norte-americana, Wright Mills irá expor suas considerações sobre teoria sociológica, história e política em *The Sociological Imagination* (1959), enquanto Florestan Fernandes irá retomar esse mesmo debate a partir de uma opção ideológica pelo socialismo em *A natureza sociológica da sociologia* (1980). O objetivo deste trabalho será comparar esses dois livros, tendo em vista as discussões atuais no campo da teoria sociológica e suas relações com as demais ciências sociais. A exposição

ficará dividida em três partes: primeira, serão apresentadas as relações entre artesanato intelectual e imaginação sociológica, encontradas em Wright Mills e Florestan Fernandes; segunda, as críticas de ambos aos entraves políticos para o livre desenvolvimento da imaginação sociológica e sua compressão pela burocratização das ciências sociais; terceira, as alternativas propostas pelos dois pensadores para a superação das barreiras ao cultivo de uma ciência social livre e autônoma. As limitações de tempo e espaço não permitiram um aprofundamento mais específico sobre o contexto histórico, cultural e político que situaria as ideias de Wright Mills e Florestan Fernandes sobre a prática teórica e de pesquisa nas ciências sociais. Procurou-se preencher tal lacuna, tanto quanto isso foi possível, com referências históricas ao longo da exposição à situação da sociologia nos Estados Unidos no período da Guerra Fria e da ditadura militar no Brasil. Com isso – espera-se – as posições controversas aqui assumidas em termos de prática teórica na sociologia, se não aceitas, ao menos possam ser compreendidas com certa benevolência por aqueles que se dedicam ao labor teórico altamente abstrato nas ciências sociais.

## Artesanato intelectual e imaginação sociológica

As gerações de cientistas sociais em que se formaram Wright Mills e Florestan Fernandes em seus respectivos países, Estados Unidos e Brasil[1], se pautavam por um processo de trabalho intelectual que se pode classificar

1 Wright Mills, nascido em 1916 em Waco, Texas, teve sua formação como cientista social na década de 1930, momento de forte influência da Escola de Chicago e das ideias da filosofia pragmatista norte-americana nas ciências sociais. A hegemonia sociológica de Parsons e a difusão das pesquisas quantitativas só irão ocorrer mais tarde, dos anos de 1940 em diante. É significativo que o primeiro trabalho de peso de Wright Mills tenha por título *Sociologia e pragmatismo: o ensino superior na América* (1940). Já no caso de Florestan Fernandes, nascido em 1920 na cidade de São Paulo, sua formação como sociólogo se dará na primeira metade da década de 1940, num momento ainda de forte indiferenciação disciplinar entre sociologia e antropologia nas ciências sociais brasileiras. Nesse sentido, os primeiros grandes trabalhos de fôlego de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá se situam no campo da *antropologia social*. Para informações mais detalhadas sobre a formação de Wright Mills, ver Heloísa Rodrigues Fernandes, "Mills, o sociólogo-artesão", *in* Heloísa Rodrigues Fernandes (org.), *Wright Mills*, São Paulo, Ática, 1985, p. 7-35. Sobre a formação sociológica de Florestan Fernandes, ver o seu ensaio "Em busca de uma sociologia crítica e militante", *in* Florestan Fernandes, *A sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 140-212.

como *artesanal*. No processo artesanal, o trabalhador domina todas as fases da produção, que vai desde a concepção do que será produzido e as múltiplas etapas em que a atividade será realizada. Se, num determinado ponto, o trabalhador encontra dificuldades, ele terá a liberdade de reavaliar o conjunto de sua produção e fazer as modificações necessárias, com isso enriquecendo o seu conhecimento do mundo e de si mesmo. A sua experiência pessoal faz parte do seu trabalho, que não lhe seria uma realidade fria e distante. O trabalhador-artesão desenvolve livremente suas ideias e expande sua imaginação, ampliando sua capacidade de relacionar coisas antes encaradas como desconexas e sem quaisquer ligações entre si. A divisão social do trabalho, material e intelectual, quebra essa possibilidade, pois o indivíduo fica restrito à repetição de tarefas mecânicas e perde a dimensão da totalidade das fases do processo de produção do qual participa. A alienação e estranhamento do trabalhador em relação às condições de seu próprio trabalho e, consequentemente, de outras esferas da existência social, surgem como um fenômeno típico da época moderna e da universalização do modo de produção capitalista. É certo que essa seria uma visão bastante idealizada do trabalho artesanal, o qual, inserido na esfera de apropriação capitalista ou no âmbito de organizações burocratizadas, apresenta também aspectos de alienação e estranhamento. Trata-se mesmo de uma idealização, mas para melhor compreender as dimensões de uma produção nas ciências sociais que se pretende livre e autônoma. No dizer de Mills, o ideal do artesanato, como forma plena de satisfação no trabalho, abrange seis características principais:

> "[...] não há nenhum motivo velado em ação além do produto que está sendo feito e dos processos de sua criação. Os detalhes do trabalho diário são significativos porque não estão dissociados, na mente do trabalhador, do produto do trabalho. O trabalhador é livre para controlar sua própria ação de trabalho. O artesão é, por conseguinte, livre para aprender com seu trabalho, e para usar e desenvolver suas capacidades e habilidades na execução do mesmo. Não há ruptura entre trabalho e diversão, ou trabalho e cultura. O modo como o artesão ganha seu sustento determina e impregna todo o seu modo de vida" (Mills, 2009: 59).

É difícil supor que, nos termos descritos acima, tenha existido historicamente o trabalho artesanal assim idealizado. "Ao construir este modelo de artesanato, não pretendemos sugerir que tenha havido algum dia uma comu-

nidade em que o trabalho se revestia de todos estes significados" (Mills, 2009: 63). Esse modelo serve aqui tão somente de contraste com a experiência do trabalhador moderno, pelo seu caráter fragmentário, parcial, alienado e estranhado. O importante a reter, em termos de artesanato intelectual, são duas coisas fundamentais para o que Mills e – apropriando-se da expressão por ele cunhada – também Florestan Fernandes, chamariam de cultivo da imaginação sociológica: de um lado, a ligação entre o ofício intelectual e a experiência de vida, que estimula o cientista social a se concentrar sobre questões significativas de sua época e sociedade; de outro, a aprendizagem do ofício como um esforço de construção de si mesmo, articulando teoria, método e pesquisa de modo a desvendar conexões insuspeitadas entre aspectos da realidade social até então vistos como estanques e entre si apartados. No apêndice de seu livro *A imaginação sociológica* ([1959]2000), intitulado "Sobre o artesanato intelectual", Mills afirma, a esse respeito, que "os mais admiráveis pensadores que decidiram ingressar numa comunidade acadêmica não separam seu trabalho de suas vidas" (Mills, [1959]2000: 195). Em outro registro, iria dizer: "O conhecimento é uma escolha de como viver, bem como a de uma carreira; se ele sabe isso ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio ego como ele trabalha pela perfeição de seu ofício" (Mills, [1959]2000: 196). A recomendação que faz Mills para o registro das experiências de vida é a montagem de um arquivo, de um fichário, no qual são ordenados vários assuntos de modo a constituírem um projeto em construção. Esse arquivo pode conter informações de diversos tipos, desde conversas cotidianas, resumos, anotações, citações por extenso e comentários de livros e artigos, itens biográficos e bibliográficos, esboços de estudos futuros etc. Não se trata de um trabalho meramente técnico, rotineiro e mecânico, mas de um meio de libertar e expandir a imaginação criadora. "Como você rearranja seu sistema de arquivos, você frequentemente descobre a si mesmo, como seja, alargando sua imaginação" (Mills, [1959]2000: 201). Ao combinar, pois, "várias ideias e notas sobre diferentes tópicos" (Mills, [1959]2000: 201), o sociólogo-artesão começa a perceber a inter-relação entre as dimensões do mundo social e a desenvolver suas categorias analíticas e interpretativas. A construção da teoria não está dissociada da atividade de pesquisa. Mills teria muita dificuldade em falar de "teoria pura" ou conceber uma "teoria geral da sociedade". Quando se relaciona sua visão sobre o artesanato intelectual com a maneira como caracteriza a imaginação sociológica, logo se percebe suas orientações quanto às conexões entre teoria,

método, pesquisa empírica e o uso político das ciências sociais. A imaginação sociológica é definida pela maneira como se consegue articular entre si questões referentes à sociedade, à história e à biografia dos indivíduos. Ou seja, é a capacidade de perceber a "influência recíproca entre homem e sociedade, entre biografia e história, entre o *self* e o mundo" (Mills, [1959]2000: 4). Em termos mais precisos, dirá Mills que a "imaginação sociológica nos ajuda a apanhar história e biografia, bem como as relações entre ambas dentro da sociedade" (Mills, [1959]2000: 6). Para ele, essa é a promessa das ciências sociais clássicas, não mais cumprida atualmente pelos sociólogos. Como se verá no próximo tópico, Mills se insurge contra o esmagamento e supressão dessa imaginação sociológica, tecendo duras críticas à Grande Teoria (leia-se: Parsons) e ao empirismo abstrato nas ciências sociais norte-americanas das décadas de 1940 e 50. Para Mills, o cientista social clássico é um artesão intelectual. Ele afirma: "[...] o caminho clássico tem sido o caminho do artesão intelectual" (Mills, [1959]2000: 120). Nos marcos das tradições clássicas, não há separação entre métodos, teorias e pesquisa. Essa divisão é artificial e se expressa na separação entre a teoria abstrata e os grandes projetos de levantamento de dados (os famosos *surveys*). O cientista social clássico, na qualidade de pesquisador, não se dissocia do papel de metodologista e teorizador de sua própria pesquisa. Os métodos e teorias, na verdade, estão intimamente vinculados aos tipos de problemas propostos: "[...] nem o método nem a teoria são domínios autônomos; métodos são métodos para dado grupo de problemas; teorias são teorias para dado grupo de fenômenos" (Mills, [1959]2000: 121). É na tentativa de descobrir e se apropriar das questões fundamentais de sua época e sociedade que o sociólogo-artesão será capaz de libertar e expandir sua imaginação, articulando a teoria com os fatos e os métodos com os problemas de pesquisa, na tentativa de alcançar um espaço de participação política junto às forças históricas da mudança social[2].

O estilo de trabalho de Florestan Fernandes também se aproxima da prática do artesanato intelectual como via de intensificação da imaginação so-

---

2 Essa questão política será aprofundada mais adiante nos dois próximos tópicos. Se o cientista social participa de correntes conservadoras de pensamento, seu interesse irá se voltar, consciente ou inconscientemente, para a manutenção da ordem ou para sua mudança gradual sem alteração das relações de dominação e exploração entre as classes e diferentes estratos sociais. Não é o caso de Mills, que pode ser considerado um herdeiro da tradição liberal de cunho radical. Ele não foi marxista, apesar de ter sido marginalizado no meio acadêmico e ter sido rotulado como "um intelectual de extrema esquerda" (Collins, 2009: 90).

ciológica. Se há uma aproximação muito forte entre os dois pensadores, ela se dá nesse terreno, o do estilo de trabalho. Apesar de muito diferentes, pois Fernandes é marxista, Mills não; o primeiro faz uso conjugado das categorias de classes sociais e exploração com a de dominação, o segundo prefere falar de elites e de poder, sem grande preocupação com as mediações conceituais entre tais conceitos e o modo de produção capitalista; apesar dessas diferenças e de muitas outras não apontadas aqui, os dois cultivam a imaginação sociológica à maneira dos clássicos das ciências sociais. Isso ocorreu de modo independente, pois Florestan Fernandes só poderia ter lido *A imaginação sociológica* no ano de 1959 ou após essa data. Permitindo-me um parêntesis pessoal, trabalhei no período de um ano em sua biblioteca particular e consultando seu fichário pessoal, anotações de livros e material de coleta de dados. Já em 1951 o seu esforço era de combinar seu ofício com sua experiência de vida, como no caso da pesquisa sobre o preconceito de cor e a discriminação racial na cidade de São Paulo, em que conversas de rua com desconhecidos ou pessoas conhecidas eram relatadas e depois incorporadas nos quadros de seus horizontes teóricos. Além disso, suas primeiras pesquisas sobre folclore lembram os primeiros ambientes de sua socialização infantil nos bairros de uma metrópole em formação. A própria disposição dos livros em sua biblioteca foi minuciosamente imaginada, em termos de organização de problemas relevantes para as ciências sociais e de correntes de pensamento político, filosófico e científico, de forma a indicar o modo como ele mesmo se situava no conjunto de diferentes escolas ou tradições teóricas. Essa é também uma das características que Mills aponta como específica do analista social que se situa nas tradições clássicas ou de um bom pesquisador (Mills, [1959]2000: 201-203). De igual maneira, a organização do arquivo de Florestan Fernandes nos passa a impressão de um esforço contínuo de revisão das suas próprias categorias, teorias, métodos e rumos da pesquisa. Não é à toa que muitos de seus estudos se lançavam à investigação do presente, da história *in flux* ou em processo, nos marcos do que ele costumava chamar de sociologia diferencial (ou histórica). Mas não só no plano do estilo de trabalho que Fernandes se deixa perceber como um sociólogo-artesão, herdeiro das promessas da sociologia clássica. Nas suas afirmações mais explícitas sobre o artesanato intelectual, ele revela um aspecto fundamental da imaginação sociológica: o caráter autoconsciente, de conhecimento da sociedade e de si mesmo, no exercício de seu *métier* e de seu ofício intelectual. Sabendo como fazer seu trabalho, conhe-

cendo o conjunto de todas as suas etapas, suas implicações teórica, metodológicas, empíricas, filosóficas e teóricas, o sociólogo saberá igualmente que tipo de uso político pode ser feito de suas descobertas e a partir de quais condições sociais. Referindo-se à sua própria formação como sociólogo, Florestan Fernandes identifica as características mais decisivas do artesanato intelectual:

> "De princípio, as coisas não possuíam muita clareza para mim. Mas já no segundo ano do curso [de ciências sociais] eu sabia muito bem o que pretendia ser e me concentrava na *aprendizagem do ofício* – portanto, não me comparava ao bebê, que começa a engatinhar e a falar, porém ao aprendiz, que transforma o mestre-artesão em um modelo provisório. [...]
> [...] foi através do estudo sobre os Tupinambá que me senti forçado a ir muito mais longe. [...] Os Tupinambá me colocavam, como diria Mauss, diante da necessidade de explicar uma civilização, como o demonstra *A organização social dos Tupinambá*. Fui obrigado a mobilizar todos os conhecimentos que pudera acumular sobre técnicas empíricas e lógicas de pesquisa. E tive de alargar o meu conhecimento das sociedades primitivas, para poder entender, descrever e explicar as estruturas e os dinamismos da sociedade tribal Tupi. Eu me via questionando, ao mesmo tempo: os cronistas e as suas contribuições empíricas para o estudo sistemático dos Tupinambá; a minha capacidade (e limitações) como investigador; as técnicas de formação de inferência e de construção de teoria que podia utilizar; as teorias sociológicas e antropológicas sobre a estrutura social e a organização social; os quadros sociais da 'conquista', da escravização das populações indígenas, da expropriação da terra pelos portugueses e da dizimação dos nativos. [...] Descobri que nenhum sociólogo é capaz de realizar seu ofício antes de percorrer *todas as fases* de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento dos dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito. [...] Com essa pesquisa, não só obtive o grau de mestre em ciências sociais: alcancei a estatura de um artesão que domina e ama o seu mister, por que sabe como deve praticá-lo e para o que ele serve. Ela ajudou-me a modificar a minha concepção da sociologia e da natureza ou alcance da explicação sociológica. Podia encandear-me a uma tradição de pensamento científico de um modo mais crítico, que me levaria a recusar a reconstrução empírica como o alvo final e a ver na contribuição teórica o objetivo central da investigação sociológica. Por aí, penetrei na esfera dos problemas da indução na sociologia com uma bagagem mais sólida, que me permitia indagar como se passa dos 'fatos' às 'teorias', e me obrigava a exigir do sociólogo algo mais do que uma 'descrição bem feita' da realidade" (Fernandes, 1980b: 157-75).

A longa citação anterior apanha elementos fundamentais e precisos da trajetória intelectual de Florestan Fernandes, em sua formação como cientista social, importantes para perceber o vínculo entre o tipo de artesanato aqui tratado e o cultivo da imaginação sociológica. Por isso essa longa transcrição foi necessária. Também nela se percebe o sociólogo como construtor de teorias e não mero repetidor, capaz apenas de aplicar ou reproduzir teorias. Além disso, no texto há duas referências explícitas sobre a ideia de artesanato intelectual: na primeira, "não me comparava ao bebê, que começa a engatinhar e a falar, porém ao aprendiz, que transforma o mestre-artesão em um modelo provisório" e, na segunda, "alcancei a estatura de um artesão que domina e ama o seu mister, por que sabe como deve praticá-lo e para o que ele serve". Em ambas as referências o que se percebe é o esforço de construção de uma segunda natureza humana, a do pesquisador, a do cientista social, que no ato de aprendizagem do ofício se questiona a si mesmo, a sua própria sociedade e o próprio arsenal teórico das ciências sociais: "Eu me via questionando, ao mesmo tempo: [...] a minha capacidade (e limitações) como investigador; as técnicas de formação de inferência e de construção de teoria que podia utilizar; as teorias sociológicas e antropológicas sobre a estrutura social e a organização social; os quadros sociais da 'conquista', da escravização das populações indígenas, da expropriação da terra pelos portugueses e da dizimação dos nativos". Os questionamentos sobre as raízes colonialistas da conquista e da escravidão, que moldaram historicamente a sociedade brasileira, revelam um esforço de autoconhecimento de sua própria realidade social capaz de vincular a formação do pesquisador à construção de uma consciência histórica crítica e negadora do passado e do presente. Se um dos aspectos cruciais da imaginação sociológica é justamente essa capacidade de ligar o indivíduo criticamente à história de sua própria sociedade, ele também torna o cientista social que constrói esse tipo de imaginação autoconsciente do valor e compromisso de seu ofício profissional. Ele assume também o significado prático de seu trabalho, vinculando-o à transformação de si mesmo e de sua própria sociedade. Teoria, pesquisa e participação política nos processos de mudança social são elementos inseparáveis desse tipo de artesanato intelectual alimentado pela imaginação sociológica. Há afinidades muito fortes entre os estilos de trabalho intelectual de Mills e Florestan Fernandes, sociólogos formados num momento da história das ciências sociais em que a burocratização da pesquisa social, sob o rótulo do empirismo abstrato, ainda não teria domina-

do a sociologia. O próximo tópico será dedicado a reconstruir as críticas dos dois pensadores ao processo de destruição da imaginação sociológica pela burocratização das ciências sociais e pelo seu controle ideológico conservador.

## Burocratização das ciências sociais e destruição da imaginação sociológica

No presente tópico as diferenças políticas e teóricas entre Wright Mills e Florestan Fernandes receberão um aprofundamento especial em termos de suas respectivas explicações sobre as causas da deturpação da imaginação sociológica, nas condições imperantes de burocratização e comercialização da sociologia entre os anos de 1950 e 70. Mills é uma espécie de *outsider* no ambiente acadêmico norte-americano, sendo marginalizado e tendo seus pedidos de bolsa para pesquisa recusados[3] devido a suas posturas críticas e radicais num período político, em pleno *macarthismo,* de verdadeira inquisição *anticomunista* nos Estados Unidos. Não sendo comunista, sequer marxista, Mills passa a defender, como lembra Heloísa Fernandes (1985: 14-5), a revolução cubana dentro de seu próprio país, incorporando a categoria de *imperialismo norte-americano* nas investigações sobre as nações subdesenvolvidas com a publicação do livro *Listen yankee: the revolution in Cuba* (1960)[4]. Tais posturas condizem com o enraizamento intelectual de Mills na utopia liberal clássica, na perspectiva de enfrentamento dos problemas sociais mediante a crítica e o livre debate de ideias. De fato, esse é o ângulo mais frutífero para avaliar a posição de Mills na sociologia norte-americana, em particular, e na história da análise sociológica, num âmbito mais geral. No que diz respeito à história da sociologia nos Estados Unidos, Mills se formou como cientista social numa fase de transição entre, de um lado, a pesquisa voltada, com fins de reforma, para a resolução dos problemas sociais e, de outro, a comercialização do saber sociológico por corporações empresariais empenhadas nos grandes *surveys* e a burocratização das ciências sociais como instrumento privilegiado de obtenção de informações para o exercício do poder de Estado. Quanto à sua posição na história da análise sociológica, Mills se considera

---

3 Após a publicação de seu *The Power Elite* [A elite do poder], por exemplo, "as grandes instituições 'filantropóides' – com uma única e honrosa exceção – recusaram todos os seus pedidos de bolsa" (Horowitz *apud* Fernandes, 1985: 11).

4 O livro foi logo depois editado no Brasil, com o título *A verdade sobre Cuba* (1961).

herdeiro das tradições clássicas – e talvez ele seja o último grande clássico do pensamento sociológico, como sugere Florestan Fernandes (1980a: 64) – de modo a se insurgir contra as duas principais correntes das ciências sociais de sua época, a Grande Teoria e o empirismo abstrato, que distorceriam o cultivo da "*verdadeira* imaginação sociológica" (Fernandes, 1980a: 64) contida naquelas tradições clássicas. Em especial, seu arsenal crítico se volta contra a indiferença política e a pretensa neutralidade profissional da prática sociológica que se consolida nos Estados Unidos dos anos de 1950, indevidamente concentrada nos problemas de método e teoria tomados como um fim em si mesmo. Mills ainda irá tecer duras críticas ao empobrecimento na formação dos jovens cientistas sociais nos Estados Unidos e, por conseguinte, a um empobrecimento correlato dos alvos teóricos e práticos da própria investigação sociológica. O ideal do sociólogo-artesão não teria lugar no universo da burocratização das ciências sociais.

Os seis primeiros capítulos de *A imaginação sociológica* – com exceção do primeiro, o qual se empenha em recompor e defender a promessa das tradições sociológicas clássicas – são dedicados a descrever e questionar o que ocorreu com a sociologia norte-americana em meados do século XX, em termos de esvaziamento de conteúdo histórico das categorias sociológicas, de burocratização e padronização dos métodos e técnicas de pesquisa, de neutralização prática e apatia política quanto aos usos dos resultados das investigações e, por fim, de comercialização e instrumentalização do saber sociológico para fins de dominação e manutenção da ordem e do sistema social vigente. A sociologia se espraia pelas empresas e grandes corporações nacionais e multinacionais, pelas fundações de fomento à pesquisa, pelos organismos burocráticos e militares do Estado etc., de modo a tolher a autonomia e liberdade do cientista social. São praticamente as mesmas as críticas dirigidas à Grande Teoria e ao empirismo abstrato (leia-se: Lazarsfeld), em termos de negação da história, de *apoliticismo* e indiferença quanto às questões fundamentais do mundo contemporâneo. O *ethos burocrático* e uma filosofia naturalista das ciências sociais teriam dominado as mentes e corações dos sociólogos, agora somente empenhados em se manterem na condição de *classes médias*, desfrutando de certo conforto que lhes possibilitam os salários pagos pelas corporações, pelo Estado e pelas universidades, estas últimas também apanhadas na lógica produtivista do mercado. Wright Mills retrata com cores pungentes e dramáticas esse quadro sombrio e pessimista, mas não vai até ao fundo da realidade para

buscar as causas de tal pulverização do saber sociológico justamente na estrutura de poder do capitalismo monopolista e oligopolista da era atual, com hegemonia do capital financeiro. Ele permanece, pois, como diria Florestan Fernandes (1980a: 47), numa espécie de *radicalismo abstrato* (ou esterilizado), isto é, numa espécie de radicalismo que se isola dos movimentos sociais e se encastela nas universidades ou centros de pesquisa e que, ao criticar a ordem capitalista, acaba sobrevivendo das migalhas dessa mesma ordem. "[...] o sistema repressivo dessa mesma sociedade é bastante poderoso e flexível para tolerar e absorver o radicalismo que não possui meios institucionais para se converter numa força cultural e política"; o isolamento dos intelectuais assim determinado "é o *produto deliberado* de uma política cultural, que dimensiona o radicalismo intelectual e o condena a gravitar sobre si mesmo, como um 'radicalismo abstrato' e, portanto, *vazio*" (Fernandes, 1980a: 62). Em termos mais incisivos, dirá o próprio Florestan Fernandes sobre a inocuidade desse tipo de radicalismo:

> "o 'sociólogo crítico' rompe com a ordem dentro de limites adaptativos muito estreitos. Ele não pode observá-la, descrevê-la e interpretá-la *criticamente* através de uma negação [...] que envolva uma ruptura completa, total e irremissível. Em consequência, ele é 'crítico' e 'radical' *ma non troppo*" (Fernandes, 1980a: 68).

De fato, dadas as raízes ideológicas e utópicas de Wright Mills no radicalismo burguês clássico, associado à "crítica da ordem", ele não poderia ir mais longe, apesar de ser um "dissidente e inconformista" (Fernandes, 1980a: 58), ou como lembra Heloísa Fernandes (1985: 17), dentro do quadro geral de conformismo na sociedade norte-americana do pós-guerra "Mills foi *um dos* intelectuais que se recusaram à derrota; para ele, como e enquanto intelectual, o pensamento só pode ser crítico e radical". Sua crítica se circunscrevia ao plano do protesto moral, às incursões teóricas, de método e epistemológicas. O seu intuito não era o de desmistificar a ordem burguesa sob o capitalismo monopolista (em confronto de vida ou de morte com o socialismo) e seu sistema de poder, bem como o que tudo isso representava para a sociologia e demais ciências sociais. O seu diagnóstico sobre a distorção das tradições clássicas e da imaginação sociológica a elas inerente era preciso e exato, mas talvez acreditasse que, sob as condições do capitalismo monopolista (que ele não

conseguiu apreender na sua estrutura íntima), essa mesma imaginação sociológica pudesse ressurgir das próprias cinzas, pois "seu objetivo maior era dotar o estudante e o intelectual norte-americano de meios seguros de acesso à *verdadeira* imaginação sociológica" (Fernandes, 1980a: 64). Aproveitando as contribuições de Mills (e também de Alvin Gouldner) numa perspectiva socialista, Florestan Fernandes irá aprofundar o diagnóstico sobre os dilemas da sociologia diante das condições estruturais e históricas vigentes sob o capitalismo monopolista e oligopolista da era atual, levando em conta não somente a sociedade existente, mas também os limites e possibilidades das ciências sociais nos países de transição ao socialismo. Tratava-se de um momento histórico de crise da civilização ocidental em que o socialismo – não importando se seria um socialismo com graves deformações burocráticas, coercitivas e autoritárias – se colocava como uma alternativa imediata, sendo necessário levar isso em conta numa análise mais global dos horizontes teóricos, metodológicos e políticos das ciências sociais.

Aposentado compulsoriamente em 1969 da Universidade de São Paulo por uma ditadura militar apoiada pela superpotência imperialista mundial, os Estados Unidos, Florestan Fernandes levou até as últimas consequências a ruptura com a ordem institucional burguesa ao recusar seus vínculos com a prática sociológica acadêmica. Uma tarefa titânica para um homem que era, por excelência, um sociólogo de sólida formação teórica e acadêmico dos mais rigorosos. O que essa ruptura lhe causou em termos de concepção de sociologia? Uma perda de identificação com a figura institucionalizada do sociólogo profissional, acadêmico, e uma tentativa de encadeamento mais consistente entre sociologia e socialismo, entre ciências sociais e movimento político revolucionário. Basta que se leia a "introdução" de *A natureza sociológica da sociologia* para sentir o quão profunda foi essa ruptura. Mas não houve um abandono da sociologia, porque Florestan Fernandes não renegou as divisões da sua ciência, tão minuciosamente por ele trabalhadas em referência aos clássicos da disciplina: a sociologia sistemática (Weber), a sociologia descritiva (com grande influência da Escola de Chicago), a sociologia comparada (Durkheim), a sociologia diferencial ou histórica (Marx), a sociologia aplicada (Mannheim) e a sociologia geral ou teórica. Em *A natureza sociológica da sociologia* e em outros de seus textos, depoimentos e entrevistas, são inúmeras as referências a esses campos ou divisões, chegando mesmo a aventar a possibilidade de uma integração desses campos nas condições

mais avançadas de edificação do socialismo[5], após uma fase inicial e necessária de aceleração do desenvolvimento em países com pouco acúmulo de capital. É certo que Florestan Fernandes associa algumas dessas subdivisões da sociologia ao contexto histórico de consolidação da burguesia como classe dominante, em meados e fins do século XIX, sugerindo, ao mesmo tempo, que uma síntese teórica, metodológica e prática entre essas diferentes sociologias e a perspectiva marxista (a sociologia diferencial), por mais que pudesse ser avançada no plano lógico e epistemológico, iria se esfacelar no plano estrutural da sociedade de classes. "[...] a sociologia reflete o caráter antagônico da civilização capitalista. A

---

5 "A importância de concentrar-se a discussão sobre as relações entre planificação e sociologia está no fato de que temos, assim, uma perspectiva estratégica de avaliação dos papéis intelectuais emergentes dos sociólogos e das próprias funções da sociologia em uma etapa 'relativamente avançada' de deslocamento da aceleração do desenvolvimento pela edificação do socialismo. Apesar da importância nuclear do marxismo, vemos aparecer uma sociologia autônoma com seu corpo de problemas, técnicas e métodos de investigação, tarefas práticas, enfim um 'rebento novo', pelo qual o pensamento sociológico, ao mesmo tempo que reafirma o materialismo dialético, procura constituir-se como uma ciência concreta da sociedade" (Fernandes, 1980a: 87). No ressurgimento da sociologia nos países socialistas, fenômeno que ocorre no período do degelo stalinista, as heranças clássicas ou modernas das ciências sociais, antes vistas com desconfiança como elementos ideológicos de defesa da ordem capitalista são reaproveitadas e reelaboradas: "Deste ângulo, o reaparecimento da sociologia nada tem de 'restaurador'. A problemática dessa sociologia nasce de um mundo totalmente novo. O que se aproveita, da herança dos 'clássicos' ou dos 'modernos', da 'sociologia da ordem' ou da 'nova sociologia da ordem' não justifica diagnósticos apressados. Assim como nem tudo na sociedade burguesa deveria ser 'eliminado', nem tudo na sociologia 'deve ir para a lata de lixo'. Seria estúpido proceder desse modo, em nome de uma irracionalidade que nunca foi cultivada pelo socialismo revolucionário" (Fernandes, 1980a: 79); "Nessas condições, aparecem novas condições sociais de validade do pensamento sociológico, e a sociologia pode constituir-se diretamente à imagem do socialismo. Pode, mesmo, receber uma herança intelectual que foi vista com desconfiança, como um produto espúrio da era capitalista mais controvertida, a do imperialismo atual. Na verdade, o uso de técnicas e conceitos pode ser recalibrado à lua da objetividade científica e dos requisitos de conhecimento da totalidade inerentes ao materialismo histórico. De outro lado, a impregnação ideológica de certas teorias (formais, quantitativas ou histórico-comparativas) pode ser identificada e corrigida" (Fernandes, 1980a: 85). Essas citações são suficientes para demonstrar que nos países do chamado socialismo real (os casos estudados por Florestan Fernandes são a Rússia e Polônia) não vigorou tão somente um dogmatismo antisociológico em nome do materialismo dialético e do materialismo histórico. As vertentes ocidentais do pensamento sociológico foram também incorporadas de acordo com as necessidades de pesquisas sociais que revelassem a situação de populações que eram abrangidas pelas intervenções planificadas.

sociologia não se estilhaçou em nossos dias. Ela *nasceu estilhaçada*, e não poderia ser diferente, dada a sociedade que a engendrou e os dilemas sociais que ela enfrentava" (Fernandes, 1980a: 27). É nesse sentido que Florestan Fernandes fala de dois polos do pensamento sociológico, *dominação* e *revolução*, que nascem no período clássico de construção das ciências sociais na Europa do século XIX. Não se trata de uma simplificação, porque esses dois polos apresentam gradações e matizes diversos, mas de estabelecer relações entre as características estruturais e históricas da sociedade capitalista e o pensamento sociológico. Basta ler o capítulo intitulado "A 'herança clássica' e o seu destino", de *A natureza sociológica da sociologia*, para logo se perceber o quanto aí se valoriza o legado científico da sociologia da ordem que se desenvolve no lado da "polaridade" dominação. Por ser histórica e estruturalmente antagônica, a sociedade capitalista, seja ela competitiva, democrática, monopolista, oligopolista e autocrática, não permite a síntese teórica na sociologia e nas demais ciências sociais. Embora apontasse diversos obstáculos a essa síntese teórica e metodológica nos marcos de uma "sociologia autônoma" nos países de transição ao socialismo, a esperança de Florestan Fernandes era a de que, não só a sociologia, mas as demais ciências sociais, a ciência em geral e a tecnologia científica, nas condições de construção do socialismo avançado e do comunismo, fossem libertadas do controle burocrático e da dominação tecnocrática e antidemocrática de pequenos grupos numa sociedade livre do monopólio da propriedade privada dos meios de produção e baseada no autogoverno dos trabalhadores livremente associados. Essa é uma promessa não cumprida, pois, como se sabe, a história tomou outro rumo. Nada impede, no entanto, que outras tentativas de construção de uma sociedade sem classes e sem exploração do homem pelo homem, alternativas históricas não descartadas, possam partir de um patamar mais crítico e exigente em termos de negação das degenerescências burocráticas do socialismo e de seu aparato repressivo de Estado, pautando a mudança social revolucionária na construção de autênticas democracias populares.

Esse quadro histórico geral, enfim, será importante para esclarecer as posições de Florestan Fernandes sobre as distorções da imaginação sociológica nos marcos da dominação burguesa sob o capitalismo monopolista. No momento político de ascensão revolucionária da burguesia, o seu pensamento utópico exigia uma ciência social que levasse em conta as tendências históricas de progresso e de aperfeiçoamento da ordem social. Desse modo, o saber sociológico produzido sob tais condições de validade social do conhecimen-

to científico não desprezava o tempo histórico[6] e muito menos se confinava a uma especialização estreita. É impressionante nos escritos de Weber, por exemplo, as dimensões da vida humana que passam por um erudito e minucioso trabalho de investigação, da economia à história, passando pelo direito, pela arte, pela filosofia, pela religião, pela música etc.; na vertente liberal clássica das ciências sociais, a sociologia não se pretende uma ciência especializada do equilíbrio social por meio da integração do sistema de valores, como sugere Wright Mills em relação a Parsons (Mills, [1959]2000: 31-33). Na transição para o capitalismo monopolista, a estrutura de poder burguês passa a exigir outras condições de validade do conhecimento científico, agora atrelado à obtenção do lucro, acumulação de capital e defesa intransigente da ordem burguesa. O saber sociológico perde toda a historicidade, produzindo um saber excessivamente formalista, e passa a incorporar, ao mesmo tempo, os ideais da profissionalização burocrática, neutra e asséptica em termos dos interesses da manutenção da ordem. O excessivo formalismo, presente na Grande Teoria e no empirismo abstrato, possui a dupla função de encobrir o conteúdo material das contradições e antagonismos entre as classes sociais e de apontar as mudanças cirúrgicas necessárias para a reprodução da ordem social que assegure a existência do capitalismo monopolista[7]. "O conteúdo social material, isto é, a forma determinada das relações de produção que a teoria trata de conservar, passa a ser ocultado" (Marcuse *apud* Fernandes, 1980a: 71). A racionalidade burguesa se reduz a um modelo cibernético de seleção dos fatores e efeitos a serem controlados na intervenção política, de modo a fornecer informações decisivas para que as elites dirigentes das classes dominantes, uma minoria poderosa, possam, senão controlar as mudanças, ao menos retardá-las e domesticá-las. Esse quadro global da sociologia é descrito por Florestan Fernandes nos seguintes termos:

---

6 "[...] a figura central para a avaliação correta desse eixo histórico é Durkheim com o seu critério positivo de ciência social aplicada (ou 'patologia social'). A busca da eficácia-limite do padrão existente de civilização envolvia, apesar de sua mistificação, uma fórmula de conciliar o 'equilíbrio da ordem' com sua transformação saneadora (como absorver ou eliminar, por exemplo, os focos de anomia social e manter ou expandir, assim, o dinamismo da democracia burguesa)" (Fernandes, 1980a: 34; *grifos meus*).

7 Para ter uma ideia a que pode conduzir esse tipo de ciência social engajada na defesa da ordem capitalista, basta ler de Irving Louis Horowitz (org.), *Ascensão e queda do projeto Camelot*, Rio de Janeiro, 1969.

> "Quando a sociologia se torna, a um tempo, 'sociologia da ordem' e 'sociologia de defesa ativa da ordem', a ordem é vista simultaneamente como *objeto* de investigação, análise e interpretação e como *a reserva última* do poder de dissuasão posto nas mãos das elites dos setores dirigentes das classes dominantes (isto é, como uma formidável *técnica política*). Aqui está o nó da questão. A ordem é *simulada* e *miniaturizada* como se fosse um sofisticado aparato (ou sistema) eletrônico. Os computadores não invadiram, pois, apenas os 'meios de conhecimento' da sociologia. Eles impregnaram a imaginação sociológica, levando-a praticar uma 'redução cibernética da realidade'. Em consequência, a ordem deixa de ser um *fato histórico*: surge como uma massa de recursos e de resultados, cujo fluxo pode ser calibrado e regulado, reciclado ou recomposto de acordo com determinações estabelecidas por certos comandos centrais (ou subcomandos). Estamos longe da lógica inventiva dos economistas clássicos ou de M. Weber, com as 'condições ideais' e os 'fatores interferentes' na produção dos tipos ideais. O modelo cibernético adapta-se como uma luva aos requisitos de *controle interno* e de *confrontação externa* que o capitalismo monopolista maduro impõe às sociedades de classes do presente. Por seu intermédio, ciência, tecnologia científica e tecnocracia podem unir-se como fator de dominação interna e externa e como base cultural do sistema capitalista de poder. *In puts* e *out puts* não são determinados pelas classes e suas relações, mas pelos pequenos grupos localizados estrategicamente dentro da ordem e que os usam para mantê-la 'depurada', 'forte', 'flexível', 'invulnerável' e, se possível, 'invencível'. O espaço do pensamento sociológico clássico foi, portanto, ocupado por um pensamento sociológico que se mantém científico na forma, mas é cibernético em seu conteúdo e tecnocrático em suas funções. De um lado, a sociologia prepara-se, junto com outras ciências sociais, para fornecer às elites dos setores dirigentes das classes dominantes informações e conhecimentos que permitam 'remar contra a corrente', se preciso *saltando por cima da história*" (Fernandes, 1980a: 73-74).

A citação é por si só elucidativa quanto às características da "sociologia da ordem" nas condições imperantes sob o capitalismo monopolista, agravadas pelo espectro do comunismo durante o período da Guerra Fria. Caberia agora fornecer algumas indicações do que seria a "verdadeira imaginação sociológica" para Wright Mills, um liberal radical a toda prova situado na contramão da história, e Florestan Fernandes, um socialista militante combatendo a ditadura militar num país periférico e dependente.

## A reconstrução da imaginação sociológica: política e contestação nas ciências sociais

Até o presente momento a exposição esteve voltada para reconstruir as críticas dos dois pensadores, Wright Mills e Florestan Fernandes, relativas a vertentes hegemônicas das ciências sociais produzidas fundamentalmente nos Estados Unidos em meados do século XX. Como parte da lógica da dependência cultural, tais vertentes tiveram forte influência em países da América Latina, Ásia e África. Um elemento importante dessa crítica – que timidamente apenas se insinua em Mills, mas está presente em Florestan Fernandes com bastante força – é o que as ciências sociais representam para os cientistas sociais situados no Terceiro Mundo. Nem a Grande Teoria nem o empirismo abstrato apresentam tal preocupação, pois o valor dos seus métodos e conceitos reside justamente na capacidade de transcender as particularidades de cada sociedade e momento histórico. Para Mills, ao contrário, a história das sociedades ocidentais alcançou uma dimensão tal que os seus problemas se tornaram "problemas mundiais", fazendo com que os cientistas sociais tenham incorporado como objeto de estudo os "países subdesenvolvidos" (Mills, [1959]2000: 150). No caso de Fernandes, a situação das ciências sociais nos países subdesenvolvidos da América Latina sempre fez parte de seus horizontes políticos[8] (Fernandes, 1976). Nas perspectivas de Mills e Fernandes, que se aproximam bastante quanto às ideias sobre o modo como as ciências sociais devem ser praticadas, a verdadeira sociologia deve assumir dimensões históricas e comparativas. Além disso, o sociólogo não pode esquecer que suas inclinações teóricas e de método recebem diversos influxos de suas posições ideológicas e visão de mundo política. Em alguns casos, isso impede que certas determinações históricas como a realidade dos países subdesenvolvidos sejam levadas em conta, a exemplo do que ocorre com a Grande Teoria e o empirismo abstrato. Outras vezes a influência ideológica faz com que o cientista social se coloque como problema as consequências

---

8 No âmbito da Geografia, preocupação semelhante à de Florestan Fernandes é apresentada por Milton Santos em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* ([1978]2009). Há um forte paralelo entre as críticas de Santos aos métodos e teorias em algumas vertentes da Geografia e as críticas de Mills e Fernandes ao fetichismo dos conceitos na Grande Teoria e ao empirismo abstrato no campo da Sociologia. Um interessante trabalho seria comparar as ideias de Milton Santos e Florestan Fernandes sobre o assunto em suas respectivas disciplinas.

de sua atuação política para o tipo de pesquisa e de trabalho teórico por ele desenvolvido. A verdade é que incluir comparações históricas e intenções políticas no trabalho do cientista social foge aos padrões acadêmicos habituais de se pensar a teoria sociológica. Em especial, o sociólogo será acusado de assumir uma atitude militante e desprezar a postura científica em nome de convicções ideológicas. As considerações de Mills e Fernandes sobre a imaginação sociológica, livre das inibições teóricas e metodológicas de aceitação acrítica e defesa da ordem social, são muito semelhantes, porém assumem tons políticos distintos. A diferença entre ambos é que, para Florestan Fernandes, a liberação da imaginação sociológica e o cultivo de uma ciência social verdadeiramente autônoma e, por isso, plenamente desenvolvida em seus potenciais teóricos, metodológicos, práticos e empíricos, não seriam um mero ato de libertação intelectual (limite que Mills não consegue ultrapassar, devido a seu *radicalismo abstrato* e à sua vinculação com a utopia liberal), mas dependeriam da própria transformação das condições imperantes sob o capitalismo monopolista e oligopolista. Uma sociedade com ampla participação democrática, pautada na livre utilização das ciências sociais para fins de planejamento e melhoria das condições de existência de grandes parcelas da população, não será possível nos quadros da apropriação privada dos meios de produção e da acumulação de capital.

As críticas de Mills à Grande Teoria e ao empirismo abstrato são ao mesmo tempo epistemológicas e políticas. O esforço de conceituação geral e abstrata, sem relações diretas com o mundo social real, à maneira de uma sociologia formal, no caso da Grande Teoria (leia-se: Parsons), e a coleta de dados quantificáveis sem um propósito definido de determinar seus vínculos com a estrutura e a história, no âmbito do empirismo abstrato, acabam por conduzir o sociólogo a uma aceitação passiva, e muitas vezes inconsciente, do sistema social e do *status quo* vigente. O trabalho teórico e o empírico são apartados numa cômoda especialização acadêmica, fragmentando-se aspectos da realidade social que estão indissociavelmente interligados. A abstração de componentes do mundo histórico e social conduz a vieses e generalizações apressadas, provocados por motivos ideológicos inconscientes ou pela cegueira conceitual respaldada em diferentes tradições sociológicas. Por essas razões Mills realiza a crítica da especialização fragmentária das ciências sociais e propõe uma perspectiva de integração, em que indivíduo, cultura, sociedade e história não estejam dissociados do esforço de interpretação nos projetos de

pesquisa dos investigadores sociais. "[...] o homem é um ator social e histórico que deve ser compreendido na sua intricada interconexão com a estrutura social e a história" (Mills, [1959]2000: 158). Na qualidade de autêntico pensador liberal, Mills percebe na sociedade contemporânea as ameaças aos valores clássicos da liberdade e da razão. As questões fundamentais de nossa época dizem respeito a esses dois valores e à sua crescente ameaça com o surgimento de uma sociedade de massas, na qual os indivíduos são manipulados e seus problemas particulares são vistos como apartados das questões públicas. Essa será a ponte que Mills irá traçar com o político. O papel do cientista social será o de fortalecer a esfera pública dos debates, de modo a contribuir para que os indivíduos se tornem conscientes das forças históricas que estão em choque no seio da estrutura social. Em outras palavras, o papel crítico do cientista social seria o de um verdadeiro educador, cujo principal objetivo seria ajudar os indivíduos a se tornarem autoconscientes de suas próprias escolhas e alternativas no ato de construir a história. "A tarefa política do cientista social é – como a de um educador liberal – continuamente traduzir questões pessoais em assuntos públicos" (Mills, [1959]2000: 187). Os indivíduos, ao sentirem que as causas de seus problemas particulares possuem suas raízes no contexto mais abrangente das transformações históricas e sociais, poderiam lutar para se libertarem da condição de "robôs felizes" (*Cheerful Robot*), manipulados pelo trabalho de propaganda numa sociedade de massas, e participarem ativamente na esfera pública pela edificação de uma sociedade democrática. A tarefa política central do sociólogo, que não poderá ser realizada por meio das inibições teóricas e metodológicas do empirismo abstrato (Mills, [1959]2000: 189), é lutar pela democracia, por mais que a sociedade realmente existente esteja muito longe de preencher os ideais democráticos. "A estrutura social dos Estados Unidos não é em qualquer sentido democrática" (Mills, [1959]2000: 188). No entanto, o "sociólogo autônomo" deve agir como se as condições da democracia estivessem dadas e participar do debate público de modo a criticar os rumos das decisões políticas, incitando os indivíduos a contestarem tais decisões levando em conta o lugar que cada categoria de pessoas poderá desempenhar para defender seus valores, sua liberdade e suas próprias escolhas. "[...] nós agimos como se nós estivéssemos numa sociedade completamente democrática, e agindo assim, estamos tentando remover esse 'como se'". Logo em seguida Mills irá concluir: "nós [cientistas sociais autônomos] estamos tentando tornar a sociedade mais democrática" (Mills,

[1959]2000: 189). O sociólogo que trabalha sob esse ponto de vista político deve estar teórica e metodologicamente preparado para estabelecer os múltiplos nexos entre indivíduo, sociedade e história, evitando especializações estanques nas ciências sociais e assumindo as dimensões ideológicas presentes em suas categorias de análise, de modo a tornar explícitos os objetivos políticos de suas investigações empíricas. Nos limites dos horizontes liberais, essa visão de sociologia seria uma das mais avançadas, assumindo muitos pontos de contato com uma perspectiva socialista também radical.

Apesar de sua radicalidade política a toda prova, Mills parece idealizar essa esfera pública e às vezes denota certa nostalgia de um passado inexistente, como se tal esfera livre de debates tivesse existido alguma vez no passado dos Estados Unidos, uma sociedade marcada pela escravidão e pela fome mercantil da expansão territorial e de domínio de outros povos. Uma das limitações da visão de mundo liberal seria não perceber os vínculos entre as correntes de pensamento e o mundo da exploração, limitando-se ao exame do poder de pequenos grupos e/ou elites. O todo, como uma rede complexa de múltiplas interações, não é apreendido. Essa rotação de perspectiva foi avançada por Fernandes, como já visto, em *A natureza sociológica da sociologia* (1980). Não haveria mais espaço para destrinchar toda sua visão das ciências sociais, mas ela coincide em muitos aspectos com aquela perfilhada por Wright Mills, apesar das nítidas discrepâncias ideológicas existentes entre os dois autores. Para Fernandes, a especialização estanque seria um grave problema para o sociólogo, que deveria buscar os horizontes teóricos e metodológicos das demais ciências sociais a fim de aprofundar o conhecimento da história e da sociedade. De igual modo, suas críticas à pretensa neutralidade nas ciências sociais o conduzem à afirmação da importância política do envolvimento do sociólogo nos processos de mudança social. Na perspectiva socialista de Florestan Fernandes, contudo, esse envolvimento estaria vinculado aos objetivos políticos de destruição da ordem capitalista e construção de uma sociedade sem classes. Tal tomada de posição levaria à impossibilidade de uma perspectiva objetiva nas ciências sociais? Trata-se de uma postura militante e não científica? Para Fernandes, não, pois a sociologia se tornaria ainda mais objetiva, dado que o esforço do intelectual trabalhando do lado da "polaridade revolução" seria por alcançar um balanço o mais completo possível da situação de luta política e de confronto entre as diferentes classes, grupos e categorias sociais, sem dogmatismos doutrinários e com a necessi-

dade de realizar a síntese de distintos campos do conhecimento. Concorde-se ou não, essa era a visão de Florestan Fernandes! Por fim, os dois pensadores detinham a concepção de que o trabalho teórico nas ciências sociais, para que ele possa cumprir as promessas da sociologia clássica, sendo uma delas o desejo de atuar na sociedade tornando-a mais justa e democrática, não poderia ser tomado como um fim em si mesmo, mas como um produto diretamente vinculado às atividades de investigação. Nesse sentido, a análise conceitual dos sociólogos clássicos e modernos mais fundamentais seria um trabalho preliminar à construção de teorias!

## Referências bibliográficas

COLLINS, Randall. (2009). *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes.

FERNANDES, Florestan. (1976). *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

______. (1980a). *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo, Ática.

______. (1980b). *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. (1985). Mills, o sociólogo-artesão. *In*: FERNANDES, Heloísa Rodrigues (org.), *Wright Mills*. São Paulo, Ática.

HOROWITZ, Irving Louis (org.). (1969). *Ascensão e queda do projeto Camelot*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

MILLS, Wright. ([1959]2000). *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press.

______. (1961). *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar.

______. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SANTOS, Milton. ([1978]2009). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. 5. ed. São Paulo: EdUSP.

# Dilema racial, nação e "brasilidade"

*Aristeu Portela Júnior*[1]
*Eliane Veras Soares*[2]

## Colocando a questão

Nossa contribuição a esta homenagem a Florestan Fernandes pretende indicar a centralidade da noção de dilema racial para uma sociologia da sociedade brasileira. Entendemos que esta noção não apenas está na estrutura da obra de Florestan Fernandes, mas é também fundamental para compreendermos nossa sociedade, no passado e no presente.

Esse duplo pressuposto que anima a nossa leitura atualizada do dilema racial tal como ele se constituiu entre nós historicamente, como um processo, e sociologicamente, como formação de "padrões" associados a "dilemas", como sugere Cohn (1986), leva-nos a perceber uma relação estreita entre passado, presente e futuro e a colocar o dilema racial no centro do debate sobre a nossa formação social. Dizendo de outro modo, qualquer que seja o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a ele estará também associada a manifestação deste dilema, como parte dinâmica articulada em uma estrutura (ou padrão) que, se não nos singulariza, muito diz a respeito de nós mesmos. Ainda que *A Revolução Burguesa no Brasil* seja considerada sua obra maior, concordamos com Gabriel Cohn (2004) quando afirma ser o nosso sociólogo autor de mais de uma obra magna. No caso específico do argumento aqui

1 Doutorando em Sociologia no PPGS-UFPE e Bolsista CNPq, Professor Assistente da UFRPE.

2 Professora Associada na UFPE.

tratado, à *Revolução Burguesa no Brasil* soma-se A *Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

É certo também que as ideias aqui apresentadas não constituem novidade para o leitor de Florestan Fernandes ou de seus intérpretes. Heloísa Fernandes (2009a e 2009b), em diálogo com a interpretação de Liedke Filho (2005), propõe uma visada que em muito nos inspira na leitura da obra de seu pai. Ela afirma ter explorado "por sua própria conta as potencialidades da leitura [da obra de Florestan] pela dominância de duas hipóteses sobre a revolução burguesa [proposta por Liedke Filho] porque ela tem a vantagem de acompanhar momentos decisivos da interpretação sociológica de Florestan" (FERNANDES, H. 2009a, p. 47). Entretanto alerta para a desvantagem de se partir do pressuposto de uma "coerência explicativa" difícil de ser sustentada. O que isso significa? Para Liedke Filho, Florestan Fernandes teria produzido em torno da problematica central da revolução burguesa no Brasil duas hipóteses fundamentais que, por sua vez, delineariam uma das fases do seu pensamento entre as décadas de 1950 e 1960. A primeira, a Hipótese da Demora Cultural (1954-1959), "presume a existência de um ritmo diferencial das mudanças nas várias esferas culturais e institucionais de uma sociedade" razão pela qual pode ocorrer uma dissociação da temporalidades em momentos de transição: no caso brasileiro, mesmo com a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, os libertos (e os trabalhadores em geral) permaneceram fora da esfera da cidadania e continuaram sendo tratados como escravos, isto é, destituídos de direitos – assim, conclui Heloísa Fernandes (2009a, p. 46), "o que demora é a democracia e só a educação das massas populares (...) pode fazer avançar os ritmos das mudanças...". A segunda, a Hipótese do Dilema Social Brasileiro (1959-1965), se caracteriza pelo acréscimo de um elemento: a resistência sociopática à mudança. Nas palavras de Florestan Fernandes: "O dilema social brasileiro consiste numa resistência residual ultraintensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas" (FERNANDES, 1976, p. 211). Para Liedke Filho e Heloísa Fernandes, é justamente em *A Integração do negro na sociedade de classes* que o dilema social assumirá a sua face mais perversa, assumindo nesta análise *o status* de "dilema racial".

Entretanto, duas observações de Heloísa Fernandes são fundamentais. Florestan Fernandes não substitui uma hipótese por outra. Ele as mobiliza quando considera necessário e também as utiliza simultaneamente, como demostra a citação a seguir:

> O dilema número um da sociedade brasileira moderna é a demora cultural (...) em sentido bem mais penoso e dramático existe uma resistência residual intensa à mudança, a qual se torna sociopática, nos circulos conservadores do país, concentrados nas cidades ou dispersos no vasto mundo rural e tradicionalista brasileiro (FERNANDES, 1976, p.133).

Isso sugere, para Heloísa Fernandes, e nós estamos de acordo, não apenas que não há a substituição de uma hipótese por outra, mas um alargamento da hipótese orginária, que não deixa de existir, mas passa a ser complementada pela hipótese do dilema social brasileiro.

A segunda observação diz respeito ao modo como Florestan Fernandes irá superar aquele círculo vicioso descrito como "dilema racial brasileiro". Ela surge em *A Revolução burguesa no Brasil* com "a hipótese da dominação autocrático-burguesa como a contraface necessária do capitalismo selvagem". Mas, para Heloísa Fernandes, a nova interpretação ganha corpo com as teorias marxistas sem necessariamente deixar fora os elementos que já estavam consolidados nas análises anteriores. Diz a autora:

> Ademais, a interpretação ganha uma hipótese nova: o desenvolvimento desigual e combinado propicia e alimenta a manutenção sobredetermindada das temporalidades. Por isso mesmo já não se trata de demora nem de ritmos diferenciais de mudança: o novo e o velho se complementam e se retroalimentam (FERNANDES, H. 2009a, p.47).

Poderíamos, então, sugerir que o dilema social brasileiro apresenta-se em seu núcleo duro como um dilema racial articulado com o desenvolvimento do capitalismo dependente e subdesenvolvido, que Florestan Fernandes nomeia como capitalismo selvagem. Esta é a ideia que pretendemos desenvolver neste artigo[3].

---

3 Em artigo anterior, "O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição politica" (SOARES, BRAGA e COSTA, 2002), discutimos como, a partir da pesquisa sobre relacões raciais em São Paulo, realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, sob os auspícios da Unesco, nos anos 1950, desenvolveu-se um amplo campo de explicações teóricas relativas aos problemas do preconceito e discriminação raciais no Brasil. Consideramos que, a despeito de divergências entre os autores, as ideias ali germinadas tem certa complementaridade; criticamos visões reducionistas que associam Roger Bastide a um paradigma tradicional-culturalista de explicação das relações raciais, aproximando-o da interpetação de Gilberto Freyre, e atribuem a Florestan Fernandes uma confusão entre as categorias de classe e raça, explicando a desigualdade racial como resultante da pobreza e não do

## Revolução burguesa e o dilema racial brasileiro

A compreensão da ideia de "dilema racial", em Florestan Fernandes, não pode estar desvinculada da reflexão acerca do processo de constituição da sociedade de classes no Brasil, que ocupou boa parte dos escritos do autor nos anos 1950 e 1960. Seu foco de estudo não é o passado escravocrata e senhorial – embora esse seja crucial para a argumentação desenvolvida em torno do dilema racial – mas sim o presente que lhe é imediato, e mais especificamente a transição em curso para uma ordem social competitiva.

Conforme aponta Bastos (1987, p. 143), o "ponto de partida para a reflexão [de Florestan Fernandes] sobre as relações raciais é a peculiaridade da revolução burguesa brasileira, cujas raízes estão na escravatura". Ou seja, o cerne da investigação do autor está no processo de superação da ordem social estamental (o que por vezes ele denomina de "antigo regime") e a consequente conformação de uma ordem social competitiva no Brasil – e é este o significado do processo de revolução burguesa.

Nas palavras do próprio Fernandes ([1975] 2006, p. 37):

> Falar em Revolução Burguesa (...) consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. Portanto, ao se apelar para a noção de "Revolução Burguesa", não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam *como* e *por que* se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social.

A noção de "dilema racial" busca dar conta das ambivalências e dificuldades desse processo no que tange especificamente aos seus efeitos sobre as desigualdades raciais herdadas do passado escravocrata. O ponto inicial de toda a reflexão reside no fato de a desagregação desse "antigo regime" não ter

---

preconceito e da discriminação. Por fim, procuramos verificar como a explicação sociológica esboçada a partir dos anos 1950 se traduziu em proposições políticas de enfrentamento do dilema racial brasileiro, na atuação de Florestan Fernandes como deputado federal (1987-1994). Sugerimos a leitura deste artigo para aqueles que pretendam uma visada mais pormenorizada da questão. Nesta mesma direção, indicamos o artigo de Heloísa Fernandes, "A atualidade sociológica de Florestan Fernandes" (FERNANDES, 2009b. p. 91-106).

repercutido direta e significativamente no padrão de relações raciais desenvolvido no passado (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 567). Preservaram-se relativamente intactos tanto os mecanismos de dominação racial tradicional quando os padrões estabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder.

> [A] equiparação socioeconômica e cultural do "negro" ao "branco" não assumiu, como processo histórico-social, caráter universal, homogêneo e contínuo. [O] bloqueamento do *mundo dos brancos* aos "negros" – mesmo àqueles que se achassem em ascensão social real – iria se mostrar considerável, como se a organização da sociedade de classes se regesse, nesse domínio das relações humanas, pelos princípios da dominação racial tradicionalista. (...) [A] modernização do nosso sistema de relações raciais não foi nem tão longe nem tão fundo a ponto de se forjar um padrão de acomodação racial que fosse típico do regime de classes e que pudesse exercer influências construtivas seja na equiparação dos "negros" aos "brancos", seja, por conseguinte, na superação de modelos obsoletos de desigualdade social, que separam e isolam, inevitavelmente, as categorias "raciais" afetadas (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 540).

Em outras palavras, o regime de classes em formação manteve praticamente inalterada a *situação de raça* da ordem social estamental, ao não criar as condições necessárias para a absorção gradual do ex-agente do trabalho escravo ao padrão do trabalho livre – seja em termos de treino técnico, de mentalidade, ou mesmo de autodisciplina para o trabalho assalariado (FERNANDES, [1965] 2007, p. 109-112). A população negra vivencia, nesse momento, um desajustamento estrutural que, apesar de transitório, será significativo em termos de consequências no que diz respeito à suas possibilidades de classificação profissional.

Trata-se de um cenário que Florestan Fernandes retrata em tons duros, ao analisar como as transformações histórico-sociais geradas pela abolição da escravatura e pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil não produziram os mesmos proventos para todos os setores da população: "De fato, o conjunto de transformações que deu origem à 'revolução burguesa', fomentando a universalização, a consolidação e a expansão da ordem social competitiva, apenas beneficiou, coletivamente, os segmentos brancos da população" (FERNANDES, [1965] 2007, p. 106).

Ainda que a desagregação e extinção do regime servil tenha abolido legalmente o sistema de castas, na prática a população negra continuou reduzida

a uma condição social análoga à preexistente. Ela não é projetada no sistema de classes em formação e diferenciação, pois não dispõe dos pré-requisitos sociais e culturais necessários para a adequação ao padrão de trabalho livre e competitivo. Ao invés, ela se vê incorporada à "plebe", convertendo-se numa camada social dependente e compartilhando o que Fernandes chama de "situação de casta disfarçada".

Configura-se, desse modo, uma ordem social competitiva que se desenvolve sem superar de todo as desigualdades raciais inerentes à ordem social estamental e escravocrata – ao contrário: o padrão assimétrico de relação racial tradicional encontra condições materiais e morais de preservação em bloco.

É para essa condição paradoxal que aponta a noção de dilema racial. Florestan Fernandes caracteriza-a como a

> forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime [o regime de classes sociais] consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Essas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas se sobrepõe a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regularizá-las socialmente (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 571).

O dilema racial se origina, em outras palavras, do fato de a ordem social competitiva não se realizar plenamente na sociedade brasileira. Dado que o nosso padrão de revolução burguesa não consegue eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, a sociedade de classes não alcança plena vigência, seus requisitos aplicando-se apenas fragmentária, unilateral e incompletamente. Ao invés de superar, ela incorpora, em seu funcionamento, padrões estamentais e de castas no seu funcionamento; consequentemente, a população negra não encontra vias adequadas de acesso às posições e aos papeis sociais do sistema societário global.

> Ora, o dilema racial brasileiro nos coloca diante de uma realidade dessa espécie. O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial

> para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 573).

É notório, portanto, como a plena realização da ordem social competitiva aparece para Florestan Fernandes como horizonte potencial de resolução de alguns dos dilemas vivenciados pela população negra. Afinal, ele trata aqui da própria possibilidade de concretização da cidadania no interior de uma sociedade de classes, que envolve a classificação social via trabalho digno, o direito à livre expressão cultural, a inserção em esferas de poder político etc. Condições essas que foram todas negadas à população negra no período pós-abolição da escravatura, sendo paulatinamente conquistadas a duras penas.

No entanto, conforme apontam Cohn (1986), Bastos (1987, p. 143) e Heloísa Fernandes (2009a), entre outros, a referência de Florestan Fernandes à ordem social competitiva não significa que ele a considera como a solução definitiva do dilema racial brasileiro. Essa advertência, na verdade, é já colocada pelo próprio autor. Na obra *A integração no negro na sociedade de classes*, Fernandes afirma:

> [A] escolha da ordem social competitiva, como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro. Ela nasceu de uma contingência da própria situação. O ainda, o aqui e o agora formaram o objeto de nossas indagações. Em conseqüência, a constelação social constituída pela ordem social competitiva se impôs como o sistema de referência inevitável das descrições e das interpretações. Acresce que as motivações e as orientações do comportamento social do "negro", em suas manifestações individuais ou coletivas, são calibradas e dirigidas pelo afã de "pertencer ao sistema". (...) Em outras palavras, ele aceita a ordem social vigente, deixando as opções ideológicas ou utópicas mais amplas para outros círculos sociais. Portanto, em termos de tendências dominantes, até os limites prospectivos do "querer comum", objetivado de forma radical, confinava-se ao sistema de referência oferecido pela ordem social competitiva. Assim, ao restringir o âmbito das análises desenvolvidas, atendíamos, apenas, a implicações lógicas dos aspectos da realidade focalizados (FERNANDES, [1965] 2008a, p. 24-25).

Em discurso como paraninfo da turma de 1964 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o autor é mais explícito ao afirmar que não se

identifica ideologicamente com a revolução burguesa, embora reconheça seu "sentido histórico criador", na medida em que ela permite a superação do dilema que nos mantém presos a uma herança sociocultural indesejável. Nela estaria "o principal suporte para o salto histórico que poderá facilitar a modernização da tecnologia, do ensino, da pesquisa, do Estado, enfim de todas as esferas da vida" (FERNANDES, [1965] 2008c, p. 165).

Conforme argumentamos em Portela Jr. (2013, p. 102), a revolução burguesa – e a ordem social competitiva a que ela dá origem – não é vista por Fernandes como o fim último da civilização, a panaceia que resolverá todos os problemas da sociedade brasileira. Ela é interpretada, nesse momento da sua trajetória intelectual (décadas de 1950 e 1960), como o caminho possível e provável, nas condições imperantes no Brasil, de superar os entraves do "antigo regime" que mantêm vivos não só padrões arcaicos de relações raciais, mas também formas pré e subcapitalistas de exploração do trabalho, obstaculizando a plena universalização da cidadania.

É claro que o próprio autor reconhece que estas apreciações são de teor relativista, na medida em que a revolução burguesa "não foi um *fiat lux* em nenhuma parte e não haveria razão para que isso ocorresse no Brasil" (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 165). No entanto, no contexto brasileiro ela ganha as dimensões de uma esperança de solapamento das heranças do "antigo regime", que obstam a concretização da democracia no país; uma esperança de "libertação dos grilhões do passado" e de "conquista de algum domínio do futuro", apesar de todas as iniquidades que lhe são inerentes.

No entanto, deixar a resolução do dilema racial brasileiro dependente apenas do desenvolvimento da ordem social competitiva é extremamente limitador, pois as mudanças que se dão, nesse sentido, ocorrem de forma desordenada, cabendo ao acaso regular o aparecimento e o aproveitamento de consequências produtivas. Daí a necessidade, argumentada pelo autor, de substituir a "mudança cultural espontânea" pela "mudança cultural provocada", isto é, pela intervenção racional na realidade através do planejamento social, enfrentando de forma deliberada os interesses e ações que se colocam contra as mudanças na ordem social. "A intervenção racional procura superar as limitações que resultam desse estilo de transformação da realidade, em que o acaso, o imprevisto e o acerto ocasional adquirem tanta importância prática" (FERNANDES, [1960] 1976, p. 272).

Esse raciocínio se aplicaria também no que diz respeito às relações raciais no Brasil. Para Florestan Fernandes, era preciso, por meio do planejamento social, buscar desobstruir o desenvolvimento da ordem social competitiva, que está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Se a mudança cultural espontânea está sendo obstaculizada pelas concepções e atitudes herdadas do "antigo regime", é necessário buscar na mudança cultural provocada os fundamentos da superação da desigualdade racial imperante.

> Seria preciso introduzir serviços especiais, de âmbito nacional, regional e local, para lidar com os problemas práticos de absorção de contingentes populacionais diversos a uma sociedade democrática. Infelizmente, a questão tem sido subestimada no Brasil, prevalecendo a orientação irracional de se abandonar tais contingentes a destinos ingratos e quase sempre improdutivos para a coletividade como um todo. (...) No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da "população de cor" merecem atenção especial e decidida prioridade. De um lado, porque de outra maneira seria difícil se reaproveitar, totalmente, essa importante parcela da população nacional no regime de trabalho livre. De outro, porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o "negro" à margem do desenvolvimento de uma civilização que ele ajudou a levantar (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 575).

Para o autor, o desaparecimento final do padrão assimétrico de relação racial só se concretizará historicamente "quando a ordem social competitiva estiver despojada das inconsistências econômicas, sociais e culturais que se objetivam em torno das tendências de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder" (FERNANDES, [1965] 2007, p. 118). A dificuldade em usar técnicas de controle social apropriadas a esse problema nasce, em grande parte, do fato de a desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação racial.

Evidentemente que estamos abordando aqui um momento da trajetória de Florestan Fernandes anterior ao seu processo de radicalização política. Sobretudo a partir da década de 1970, nosso autor passa a se assumir explicitamente como socialista e a guiar sua reflexão teórica e política não só para o enfrentamento da ditadura civil-militar, que recrudescia naquele momento,

mas também problemáticas relativas à revolução socialista em diversos países do globo[4]. Entretanto, não aderimos à tese segundo a qual há uma ruptura epistemológica e que a um Florestan Fernandes acadêmico-reformista se seguiu um político-revolucionário (cf. FREITAG, 1987; 2005). Para nós, a equação do intelectual politicamente ativo, combativo e propositivo, está presente em toda a sua trajetória (cf. COHN, 1986; SOARES, 1997). Além disso, não supomos que uma abordagem que inclua o marxismo esteja fora do âmbito da ciência, pois como afirma Heloísa Fernandes: "o problema é que esse tipo de leitura [tese da ruptura epistemológica] afirma que as posições políticas do autor decidem sobre os protocolos científicos da obra e, nesse caso, o socialismo extravasaria os domínios da sociologia embora o reformismo liberal não!" (FERNANDES, H. 2009a, p. 44).

Nesse momento da sua trajetória, Florestan Fernandes enfatiza não só a necessidade de o movimento negro persistir na luta contra a ditadura civil-militar (especificamente: contra a sua forma de perpetuação indefinida no tempo, a chamada "transição lenta, gradual e segura"), mas também de se enraizar na palavra de ordem levantada ainda pelo protesto negro nas décadas de 1930 e 1940, a "Segunda Abolição". Não se trata, segundo ele, de uma falsa bandeira ou de uma falsa palavra de ordem, mas sim de uma indicação do que deve ser feito para a escravidão (assim como a ditadura) não "continuar por outros meios". Essa expressão "preserva toda a sua força como condenação dramática de uma sociedade que se omitiu, primeiro, diante do destino do ex-escravo e, mais tarde, diante do destino de seus descendentes, em gerações sucessivas" (FERNANDES, 1989a, p. 47).

Mas mais importante para a nossa argumentação, é o fato de Florestan advogar que o protesto negro não mais objetive a mera integração na ordem social competitiva, como o fez no início do século XX. Certamente esse é um objetivo necessário e estratégico – na medida em que garante os pré-requisitos necessários para a própria condição de cidadão – mas a luta política não poderia parar aí, pois – e agora nosso autor o diz explicitamente – é a própria sociedade de classes que precisa ser transformada e revolucionada nos seus alicerces.

> O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas le-

4 Para uma análise da trajetória intelectual e política de Florestan Fernandes, e uma reflexão acerca desses diferentes "momentos" do seu pensamento, cf. FREITAG (1987; 2005) e SOARES (1997).

> vando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. Ao mesmo tempo, o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população. *Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista*. Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por "um Brasil melhor" ou por "uma sociedade justa" (FERNANDES, [1987] 1989, p. 24).

Esse padrão de raciocínio é na verdade característico da reflexão de Florestan Fernandes acerca da democracia a partir da década de 1970 (cf. PORTELA JR., 2013). É nesse período, enfrentando teórica e praticamente o fechamento do espaço político efetuado pela ditadura, que ele passa a advogar a necessidade de as classes populares lutarem por uma "revolução democrática" no Brasil. Revolução esta que deve ser entendida em duas etapas: uma transformação "dentro da ordem" (no sentido de ampliação da democracia burguesa, conformando uma democracia de base ampliada), e uma transformação "contra a ordem" (que busca a conformação de uma democracia operária, a qual supera a sociedade capitalista em vistas da conformação de uma sociedade socialista).

O que podemos verificar é que, para ele, a população negra está no cerne dessa revolução democrática, na medida em que ela

> sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando nas cidades e tentando *ser gente*, isto é, cidadão comum. O negro surgia como um símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade (FERNANDES, 1989a, p. 8).

A revolução democrática como caminho para a superação do dilema racial brasileiro envolve a própria redefinição da nossa concepção do país. É o que o autor indica ao afirmar que "o chamado *problema do negro* vem a ser o problema da viabilidade do Brasil como Nação. Não haverá Nação enquanto as sequelas do escravismo (...) não forem definitivamente superadas e absorvidas" (FERNAN-

DES, 1989a, p. 44). Trata-se de uma relação – nosso dilema racial e nossa identidade nacional – que passaremos a explorar mais detidamente no tópico a seguir.

## Por uma brasilidade pluralística, plástica e revolucionária

A análise do dilema racial brasileiro efetuada por Florestan não se esgota em diagnosticar a persistência estrutural do passado escravocrata e senhorial na sociedade de classes – persistência que obstaculiza a sua realização plena na medida em que cria barreiras para a classificação social da população negra. Esse conceito foi (e é) essencial para a contraposição com uma persistente noção acerca do processo de formação da sociedade brasileira e da sua própria identidade como nação.

Nomeadamente, nosso autor se contrapõe à tradicional visão do Brasil como sendo um país formado do encontro harmonioso de três raças – negra, branca e indígena – a partir do qual teriam surgido as misturas raciais e culturais da sociedade brasileira. Trata-se de uma visão que Munanga (1999) denomina de "mito originário da sociedade brasileira", e que DaMatta (1989) chama de "fábula das três raças". O que Florestan Fernandes nega nessa visão não é o processo de mestiçagem em si mesmo, enquanto fato empírico e histórico, mas sim o seu uso ideológico para fundar e legitimar um certo "padrão de brasilidade" excludente e, no limite, extremamente perverso.

Segundo o autor, a ideia de que a sociedade brasileira é o produto da atividade convergente de três raças desconsidera que o mundo social que se organizou desde a colonização foi voltado para os segmentos privilegiados, para o seu conforto e o atendimento das suas necessidades (FERNANDES, [1971] 2007, p. 32-33). A população negra, em seu conjunto, permaneceu sempre condenada a um mundo que não se organizou para tratar aqueles que dela fazem parte como seres humanos e como iguais. E, embora isso seja evidente no período escravocrata, a riqueza analítica (e política) da noção de dilema racial está em mostrar que esse mundo "dos brancos e para os brancos" não se desintegra com o fim desse período, mas encontra mecanismos diversos de sobrevivência e mesmo de aperfeiçoamento.

Fazer esse tipo de afirmação não significa negar a importância e a validade das influências recíprocas (culturais e sociais) entre brancos e negros desde o período colonial. Mas, como o próprio autor afirma, essa reciprocidade não altera o sentido do processo social:

> O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro. Todos os que leram Gilberto Freyre sabem qual foi a dupla interação, que se estabeleceu nas duas direções. Todavia, em nenhum momento essas influências recíprocas mudaram o sentido do processo social. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como "igual" (FERNANDES, [1971] 2007, p. 33).

Mesmo com a desintegração da ordem social escravocrata, as "três raças" não são contempladas de modo equitativo em termos de classificação social. A população negra vivenciou não só uma situação de quase "anomia" social, como, para conseguir se inserir na ordem social competitiva que se formava então, precisava passar por um verdadeiro processo de branqueamento psicossocial e moral.

Na verdade, o próprio projeto e imagem de nação que a elite brasileira forja nessas primeiras décadas do século XX estão fundamentalmente calcados no ideal de branqueamento, como afirma Munanga (1999, p. 16). E, apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, "seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro...". E foi esse ideal de branqueamento que orientou, segundo Costa (2010, p. 6-7), a construção de uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, que nega qualquer possibilidade de se pensar em alguma identidade alternativa, fundamentada por exemplo na herança negra de origem africana, ou mesmo indígena.

Fernandes ([1971] 2007, p. 34) denomina essa forma unilateral de pensarmos nossa integração/unidade nacional de "imperialismo da branquitude". E afirma que nunca tentamos pensar numa direção diversa e imaginar como poderia ser essa mesma unidade se, em vez de integrar por exclusão, ela integrasse por multiplicação. Porque, de fato, tanto pode haver a unidade fundada na imposição de cima para baixo quanto a união que se cria com base no consenso e no respeito por diferentes culturas em contato.

A sua crítica dessa unidade nacional fundada de cima para baixo enfatiza a perda das heranças culturais que tal processo carrega e aponta, portanto, para a necessidade de valorização cultural das diferentes raças e etnias que compõem a sociedade nacional.

> Uma nação nova, que não conseguiu sequer completar o ciclo democrático da revolução inerente à desintegração do regime de trabalho servil, não pode moldar o seu conceito de brasilidade em modelos tão exclusivistas e tacanhos. (...) A brasilidade, que herdamos do passado escravocrata e das primeiras experiências de universalização do trabalho livre, é demasiado estreita e pobre para fazer face aos dilemas humanos e políticos de uma sociedade racial e culturalmente heterogênea. Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário (FERNANDES, [1971] 2007, p. 35-36).

Percebe-se, assim, como o dilema racial brasileiro e o seu padrão de unidade nacional estão estreitamente vinculados. O segundo não pode ser apropriadamente alterado sem que o primeiro seja combatido.

É certo que o padrão de integração da população negra na sociedade de classes não permaneceu o mesmo desde a pesquisa realizada por Fernandes e Bastide na década de 1950 (BASTIDE; FERNANDES, [1955] 2008). E o próprio autor o reconhece. Escrevendo na década de 1970, ele afirma que, ao contrário das primeiras décadas do século XX, em que o meio negro estava mergulhado na mais extrema desorganização social, no pauperismo e no desalento, naquele momento o negro conseguiu uma avenida para a classificação social através do trabalho (ainda que humilde e mal remunerado), assentado no processo de industrialização maciça e de convulsão metropolitana, que se alimentaram de "braços nacionais", através de migrações internas. Tendia a se neutralizar, portanto, o grande obstáculo para a participação institucional e a elaboração de novos projetos de vida, que era a falta de trabalho ou a instabilidade no trabalho (FERNANDES, [1976] 2010, p. 122-123).

Na sua perspectiva, ainda que o passado não tenha ficado inteiramente para trás, já se verificavam os efeitos de uma classificação ocupacional, mobilidade profissional e, por vezes, ascensão social do negro. Se ainda prevalecia a condição de marginal, os jovens sem trabalho e sem perspectiva, a mãe solteira, o menor abandonado, a desorganização familiar e a miséria, o quadro era menos tenebroso e apresentava aspectos compensadores, onde o trabalho, o emprego, a classificação ocupacional e a mobilidade profissional incorporaram o negro à classe operária ou a alguns setores das classes médias.

> Os pontos de concentração das oportunidades econômicas, educacionais, intelectuais e políticas ainda *são fracos ou débeis demais para quebrar as linhas tradicionais de desigualdade racial* (...). Todavia, o negro deixou de ser um espectador à margem da vida e da história (FERNANDES, [1976] 2010, p. 124).

Para o autor, a proletarização e a ascensão a estratos de classe média constituiu uma base material estável de participação e de uma nova relação do negro com a sociedade de classes. A população negra, então, defronta-se com situações de classe de modo mais ou menos definido e estável (enquanto que antes a classificação era precária e minoritária). Mas é certo que o passado não está completamente superado:

> Comparativamente, as diferenças entre a situação racial brasileira de 1951 (e 1954, quando ampliei a sondagem empírica) e a situação racial de hoje [1989] são de pequena monta. Quase quatro décadas depois, a maioria da população negra forma um bolsão de excluídos – da riqueza, da cultura e do poder. Aumentou a participação relativa de uma rala minoria, as migrações internas elevaram sua concentração em diferentes tipos de cidades inchadas e a ascensão social – especialmente em São Paulo, objeto de investigação – escancarou algumas vias para o aparecimento de uma diferenciação mais acentuada dentro da população negra, pondo lado a lado os "peões" e os operários qualificados, uma pequena burguesia negra mais ou menos consolidada, um agregado de "classe média de cor" e uns poucos "negros ricos ou milionários". Trata-se do início de uma nova era, dentro do capitalismo. Mas um começo nada promissor, porque o processo de diferenciação é lento, sinuoso, com constantes vaivéns. Porém, que contraste com as trágicas realidades que permearam sua exclusão do mercado de trabalho, no alvorecer do século XX, e com o que veio em seguida, de 1900 a 1930... (FERNANDES, 1989b, p. 9).

A persistência de problemas e a criação de novos obstáculos e contradições mostra os limites do combate ao dilema racial no interior da ordem estabelecida, ou que pudesse advir de uma "mudança cultural espontânea", como já vimos. Para Florestan, a superação desse padrão estreito de brasilidade deve ser sobretudo um projeto político. Projeto que o próprio assume ao longo da sua carreira, e que fica evidente na sua atuação como deputado federal.

Podemos verificar essa perspectiva, em termos da atuação parlamentar do nosso autor, no seu Projeto de Emenda Constitucional, apresentado em

1994, que pode ser visto como "parte do esforço de construção de uma história nacional que incluísse a contribuição do negro na sociedade brasileira" (FERNANDES, [1994] 2013, p. 236). É, portanto, uma via de combate ao padrão de brasilidade que viemos questionando. Sua análise é importante porque podemos observar as vias concretas através das quais o autor postulava o combate a essa nação desigual.

Nesse projeto de emenda reconhece-se como dever do Estado a proteção da vasta herança cultural das comunidades negras (Artigo 1º), a garantia das suas posses territoriais (Artigo 2º), a oferta de oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização (Artigo 6º), entre outras. Tudo isso para garantir à população negra "cidadania ativa" (Artigo 3º), de modo a se superar os "entraves à humanização da pessoa" (Artigo 4º). É preciso perceber, em todos esses objetivos, o combate simultâneo à discriminação e às desigualdades raciais que perpetuam no tempo o dilema racial, e o combate àquela ideia de nação que é seu substrato ideológico e legitimador.

Naquela época (como hoje), algumas vozes poderiam se levantar contra tal reconhecimento de direitos, afirmando trataram-se de concessão de "privilégios". Ora, privilégios para uma parcela majoritária da população que, como vimos, sofreu na pele a degradação de uma sociedade que se organizou excluindo-a das possibilidades de ascensão social, relegando-a a seus porões, a seus trabalhos mais ultrajantes; parcela de uma Nação que se estrutura negando-lhe direitos de reconhecimento e valorização das suas heranças culturais e sociais. É contra essa parcela da população que muitos vociferam, acusando-a de desejarem privilégios e de estarem ferindo o princípio da igualdade garantido pela Constituição. Mas vejamos como o próprio Florestan Fernandes, ainda em seu Projeto de Emenda Constitucional, rebate acusações nesse sentido:

> os que foram lançados nos patamares mais inferiorizados da sociedade democrática são os que precisam e merecem um suporte ativo à sua formação humana, psicossocial, cultural e política. Não se trata de um "protecionismo especioso". Mas de corrigir uma injustiça que desgraça as pessoas e as comunidades negras. Para nivelá-los aos brancos, é imperativo conceder-lhes uma espécie de suplementação da condição humana e da posição social. Só assim as elites das classes dominantes se desobrigarão de um crime histórico que sobrecarrega e degrada a consciência crítica dos cidadãos bem formados e eman-

> cipa o Estado de sua intervenção nas páginas mais negativas de nossa perspectiva de nação emergente. Ou liberamos o negro por todos os meios possíveis ou persistiremos escravos de um passado nefando que encurrala o presente e o futuro a uma abjeção singular (FERNANDES, [1994] 2013, p. 236).

Se essa finalização do seu Projeto de Emenda Constitucional pode ser vista como prova indireta da pouca criatividade e mudança nos discursos daqueles desfavoráveis às políticas públicas voltadas especificamente para a população negra – para nós ela é também uma prova da agudeza e perspicácia da reflexão de Florestan Fernandes, que permaneceu sociólogo e militante até o final da sua carreira, legando-nos um aporte crítico extremamente valoroso para a compreensão dos dilemas que a sociedade brasileira enfrenta ainda hoje.

## Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo:* ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, [1955] 2008.

BASTOS, Élide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante:* ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 140-150.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

COHN, Gabriel, A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil:* um banquete no trópico. São Paulo: Editora Senac, 2004. p. 394-411.

COSTA, Diogo Valença. Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009. p. 69-89.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERNANDES, Florestan. A persistência do passado. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, [1965] 2007. p. 104-130.

______. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1: O legado da "raça branca". São Paulo: Globo, [1965] 2008a.

______. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, [1965] 2008b.

______. A "Revolução Brasileira" e os intelectuais. In: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, [1965] 2008c. p. 159-170.

________________________. Introdução. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, [1971] 2007. p. 25-36.

________________________. 25 anos depois: o negro na era atual. In: *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: Globo, [1976] 2010. p. 97-134.

________________________. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

________________________. O negro e a democracia. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, [1987] 1989. p. 20-24.

________________________. As tarefas políticas do protesto negro. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989a. p. 44-54.

________________________. Prefácio. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989b. p. 7-12.

________________________. Emenda constitucional: consciência negra e transformação da realidade. *Revista Perseu*, n. 9, ano 7, [1994] 2013. p. 234-236.

FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009a. p. 29-53.

________________________. A atualidade sociológica de Florestan Fernandes. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009b. p. 91-106.

FREITAG, B. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Ângela. (Org.). *O saber militante*. São Paulo: Unesp, 1987. p. 163-180.

________________________. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, 2005, p. 231-243.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, ano 7, n. 14, 2005, p. 376-437.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PORTELA JR, Aristeu. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. Recife, 2013.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes*: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lucia S.; COSTA; Diogo Valença de A. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n.1, 2002, p. 35-52.

# O acervo de Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFSCar

*Claudia de Moraes Barros de Oliveira*

*Lívia de Lima Reis*

Florestan Fernandes é considerado um dos principais sociólogos brasileiros, sendo também reconhecido internacionalmente. Ao longo de sua vida Florestan reuniu um acervo com aproximadamente 12.000 exemplares de livros e foi autor de 55 livros, tendo recebido 17 prêmios e honrarias, lecionado na Universidade de São Paulo (USP), onde ocupou a cadeira de Sociologia I, cujo titular anterior fora Roger Bastide, por fim fora deputado federal por dois mandatos seguidos (1986-1995).

Florestan teve uma vida muito difícil até vir a se tornar um homem culto e reconhecido intelectual e politicamente. Sua mãe, Maria Fernandes, portuguesa por nascimento, o criou sozinha, trabalhando como empregada doméstica. Nesse contexto, como acontecia – e ainda acontece entre famílias menos favorecidas – Florestan começou a trabalhar desde muito cedo como ajudante em diversos ofícios (Instituto Florestan Fernandes *apud* Ramalho: 2008). O sociólogo se formou em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em seguida, Florestan fez pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), e, posteriormente, obteve o título de Doutor

em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde se tornaria professor.

Um ano após seu falecimento (ocorrido no dia 10 de agosto de 1995) a Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) adquiriu sua biblioteca particular, objetos pessoais e seu arquivo pessoal de documentos. A Biblioteca Comunitária da UFSCar fora inaugurada em 1995 e possui uma área de 9.000 m² distribuídos em 5 pisos. Atualmente conta com aproximadamente 202.784 livros, 10.089 teses e dissertações e 26.651 periódicos nacionais e internacionais. A biblioteca faz parte de um conjunto composto por auditórios, anexos e o *Teatro Florestan Fernandes* (que recebeu o nome do sociólogo como homenagem logo após sua morte).

No quinto piso da BCo localiza-se o Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE) onde está alocada a biblioteca que pertenceu a Florestan Fernandes e todo o seu arquivo pessoal. O DeCORE conta com 11 coleções especiais em seu acervo sendo elas: Florestan Fernandes; Florestan Fernandes – Distrito Federal; Luís Martins; Henrique Luis Alves; Série Ouro; Ficção Científica; Brasiliana; Ruy Barbosa; João Roberto Martins; Ulysses Fernandes Nunes e Revista Ilustração Brasileira. O departamento realiza frequentemente exposições abertas a toda comunidade com materiais selecionados das coleções especiais. Somadas todas as coleções, o DeCORE possui mais de 30.000 livros em seu acervo.

## A Biblioteca Florestan Fernandes

Florestan reuniu cerca de 12.000 livros em sua biblioteca particular – a qual mantinha em um apartamento em São Paulo que ele reservava especificamente para este fim. Na cerimônia de inauguração do Teatro Florestan Fernandes sua família esteve presente para prestigiar o evento e conheceu a Biblioteca Comunitária da Universidade (ocasião em que demonstrou interesse especial pelo Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais). Desta forma, iniciaram-se as negociações por parte da Reitoria da UFSCar para a aquisição da biblioteca particular de Florestan Fernandes (Cóscia: 2012).

Uma equipe de bibliotecários, juntamente com o Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar) foi até o

apartamento onde estava alocada a biblioteca particular do sociólogo e realizou um estudo sobre a organização da biblioteca. As obras foram embaladas em caixas e enumeradas de modo que a montagem e a reorganização no DeCORE mantivesse a mesma localização dos livros nas estantes, conforme deixada por Florestan Fernandes. Além das obras foram trazidas também as estantes de madeira onde Florestan mantinha os seus livros. Na **Figura 01** abaixo podemos observar o trabalho de reorganização da biblioteca de Florestan sendo feito no espaço a ela reservado na Biblioteca Comunitária da UFSCar:

**Figura 01** – Transferência da biblioteca de Florestan Fernandes para o DeCORE da Biblioteca Comunitária da UFSCar em 1995

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

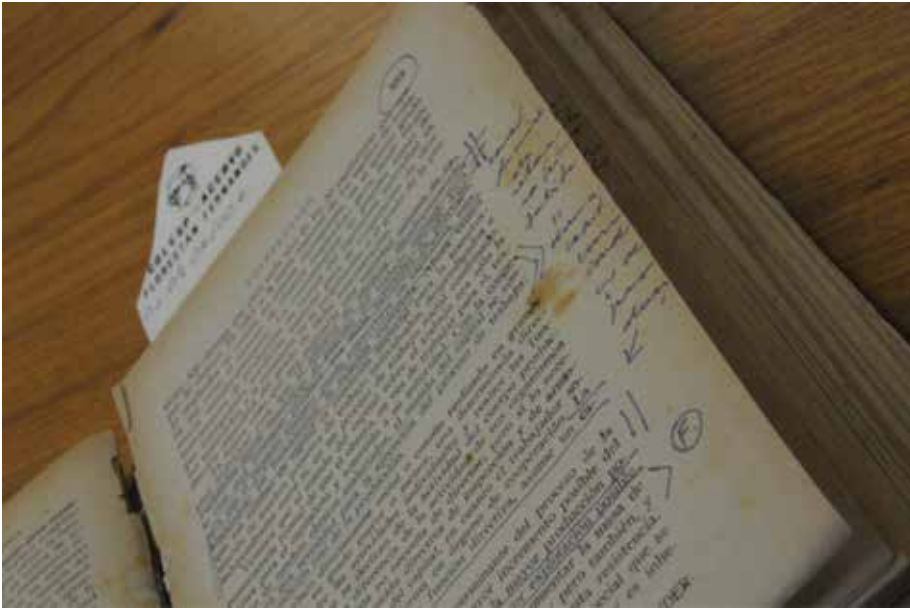
No caso da *Biblioteca Florestan Fernandes* a organização dos livros na estante é chamada de "arranjo fixo". O acervo foi dividido em cinco salas descritas no quadro a seguir:

**Quadro 01** – Divisão do Acervo de Florestan Fernandes no DeCORE (BCo-UFSCar)

| Salas | Conteúdo | Detalhamento do conteúdo |
|---|---|---|
| Sala 1 | Sociologia Geral | Obras gerais de disciplinas ligadas à Sociologia como: Filosofia, Economia, Psicologia, entre outras, relacionadas a essas áreas. |
| Sala 2 | Sociologia nas Américas | Obras sobre índios, imigrantes e personalidades como Che Guevara e Fidel Castro, entre outros. |
| Sala 3 | Sociologia no Brasil | Obras de intelectuais como: Antônio Candido, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e do próprio Florestan Fernandes, entre outros. Nessa sala encontram-se também as obras de referência, como dicionários, enciclopédias e similares. |
| Sala 4 | Literatura e periódicos | Coleção composta por títulos da literatura (internacional e brasileira) publicações, periódicas e seriadas, como revistas, anuários, entre outros. |
| Sala 5 | Política Partidária | Obras que se encontravam em Brasília, no gabinete de Florestan quando atuou como Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). |

**Fonte:** Cóscia (2012).

A classificação das obras do sociólogo no DeCORE é exibida em filipetas que ficam entre as páginas dos livros como mostra a fotografia a seguir:

**Figura 02** – Exemplar da obra *O Capital*, de Karl Marx, da biblioteca de Florestan Fernandes, em que é possível observar as anotações de marginalia feitas pelo próprio Florestan e também a filipeta de classificação da obra elaborada pelo DeCORE

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

Os dois primeiros algarismos da classificação (nas filipetas) referem-se à sala em que a obra se encontra[1]. O terceiro e quarto algarismos referem-se à estante em que a obra está localizada[2]. O quinto e sexto algarismos referem-se ao número da prateleira na estante e finalmente, os últimos algarismos referem-se à ordem sequencial do livro na prateleira.

O setor conta também com diversos livros autografados com dedicatórias de outros autores renomados para Florestan Fernandes, como podemos conferir, na fotografia abaixo:

1 A referência à "sala" deve ser compreendida no sentido de que, ao reorganizar a biblioteca de Florestan na Biblioteca Comunitária da UFSCar, o DeCORE manteve a disposição original em que Florestan organizara os seus livros em seu antigo apartamento, ou seja, os livros se encontram, nas estantes do DeCORE, divididos em salas, como os mesmos estavam no apartamento de Florestan.

2 Portanto, dentro de cada uma das salas do acervo, o DeCORE numerou as estantes, para poder realizar a indexação das obras no acervo.

**Figura 03** – Exemplar do livro *Arte e Sociedade*, de autoria de Roger Bastide, autografado para Florestan Fernandes

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

Não é permitido o empréstimo dos livros pertencentes ao acervo da biblioteca de Florestan Fernandes, sendo que o setor dispõe de um local próprio para que as obras possam ser consultadas. Também é possível realizar o agendamento para visitação monitorada ao acervo, na qual um profissional do Departamento irá acompanhar o visitante (individual ou em grupo) e expor os diversos itens do acervo. O DeCORE oferece aos usuários um serviço de fotocópia (limitado ao máximo de até 10% do total de páginas da obra).

**Figura 04** – Fotografia da sala central da Biblioteca Florestan Fernandes

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

## O Fundo Florestan Fernandes

Em 1996, um ano após a morte de Florestan Fernandes, a sua família doou à BCo o arquivo pessoal de Florestan, contendo um conjunto de documentos criados ou reunidos por ele durante toda sua vida. Desta forma, foi inaugurado o *Fundo Florestan Fernandes*, após os documentos passarem por um processo de tratamento arquivístico. Em 2010 foi lançada a base de dados do Fundo Florestan Fernandes e assim o registro que contém a descrição dos documentos foi disponibilizado aos pesquisadores de forma online. Os documentos na íntegra são digitalizados e podem ser consultados pessoalmente no DeCORE, em formato pdf, sendo que o documento físico fica armazenado em um arquivo deslizante onde não é permitido o acesso do público. A consulta aos documentos exige um agendamento prévio de modo que o pesquisador informe o tema de sua pesquisa para que o profissional que o irá acompanhar possa atendê-lo de uma forma mais eficaz e com qualidade. Ao pesquisador é permitido solicitar a cópia de até 10 documentos digitalizados por pesquisa.

Devido ao processamento de todos os documentos do Fundo Florestan Fernandes ainda não ter sido concluído, uma parte dos mesmos ainda não pode ser consultada na base de dados. O referido processamento dos documentos envolve a higienização, pequenos reparos, classificação, tombamento, digitalização, inserção com a descrição do documento na base de dados, acondicionamento e armazenamento no arquivo deslizante.

**Figura 05** – Fotografia do Arquivo Deslizante do *Fundo Florestan Fernandes*

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

O arranjo de classificação dos documentos do Fundo Florestan Fernandes foi pensado de forma a retratar as diferentes facetas de sua vida (Cóscia: 2012). Deste modo, o arranjo foi estruturado da seguinte maneira:

**Quadro 02** – Estrutura do arranjo do *Fundo Florestan Fernandes*

| Série | Notação | Denominação |
|---|---|---|
| 01 | VP | Vida Pessoal |
| 02 | VA | Vida Acadêmica |
| 03 | PO | Vida Política |
| 04 | PI | Produção Intelectual |
| 05 | PIT | Produção Intelectual de Terceiros |
| 06 | HP | Homenagens Póstumas |

**Fonte:** Elaborado pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

O Fundo Florestan Fernandes é composto por diferentes tipos de documentos, dentre os quais: fichas manuscritas, cadernos e cadernetas de pesquisa, trabalhos de alunos, fotografias, entrevistas concedidas, artigos publicados, prefácios, panfletos de campanha política, recortes de jornais, alguns objetos, correspondências trocadas com seus correligionários, dentre outros:

**Figura 06** – Carta de Talcott Parsons a Florestan Fernandes, com o timbre da Harvard University (exemplo de documentos do *Fundo Florestan Fernandes*)

HARVARD UNIVERSITY
DEPARTMENT OF SOCIAL RELATIONS

William James Hall
Cambridge, Massachusetts

January 16, 1970

Professor Florestan Fernandes
Department of Sociology
University of Toronto
Toronto, Canada

Dear Professor Fernandes,

I have been meaning to write to thank you for sending me the copy of the English edition of your book on the Negro population of Sao Paulo. I have not had an opportunity to read all of it, but have a considerable fraction and have found it very interesting and informative indeed. Thank you.

I also hope that you received the copies of the Daedalus issues on the Negro American which you requested.

Sincerely,

Talcott Parsons

TP:sp

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

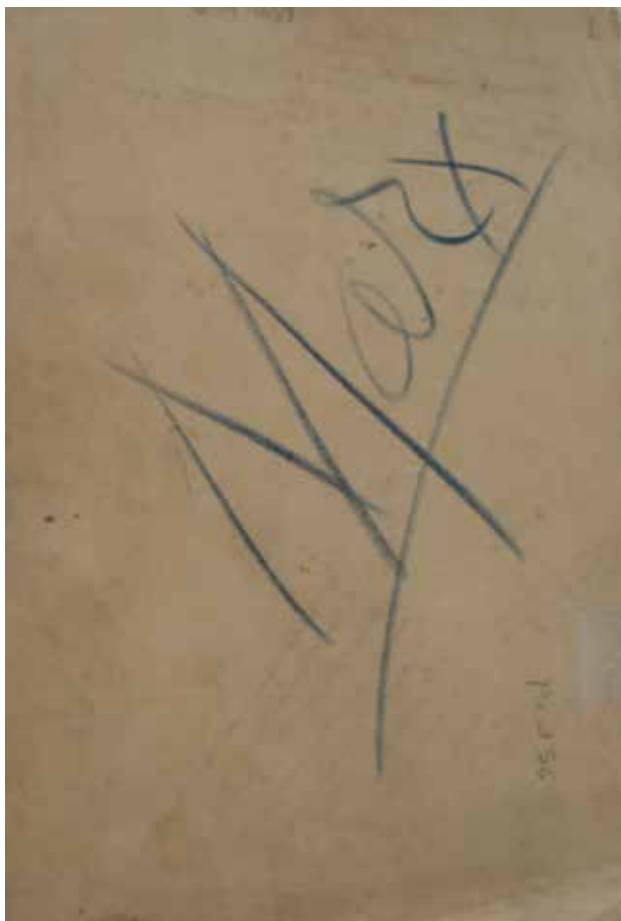
**Figura 07** – Primeira folha de um *fichamento*, que contém um total de 277 páginas, feito por Florestan Fernandes, sobre a obra de Karl Marx

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

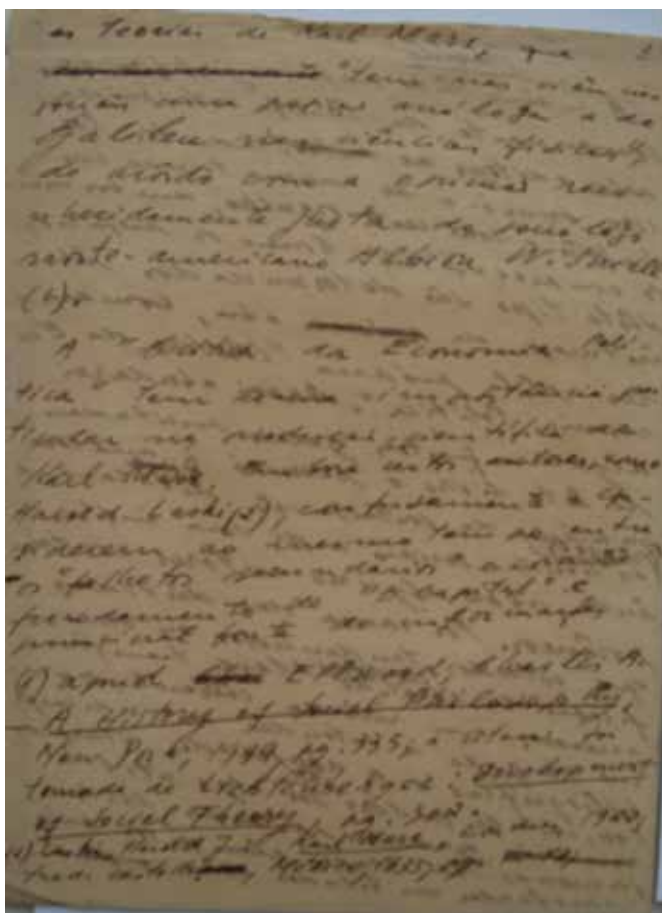
**Figura 08** – Início de um *fichamento*, que contém um total de 277 páginas, feito por Florestan Fernandes, sobre a obra de Karl Marx

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

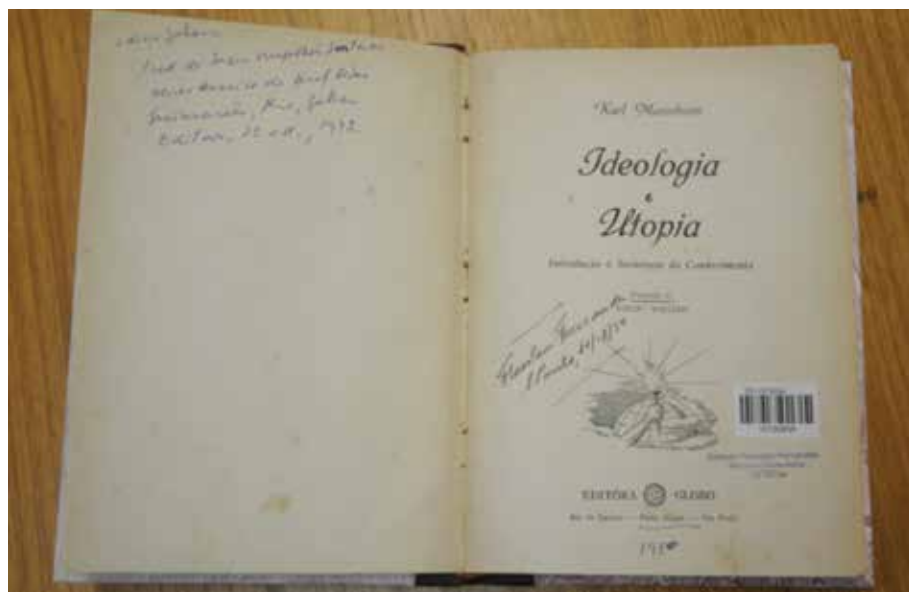
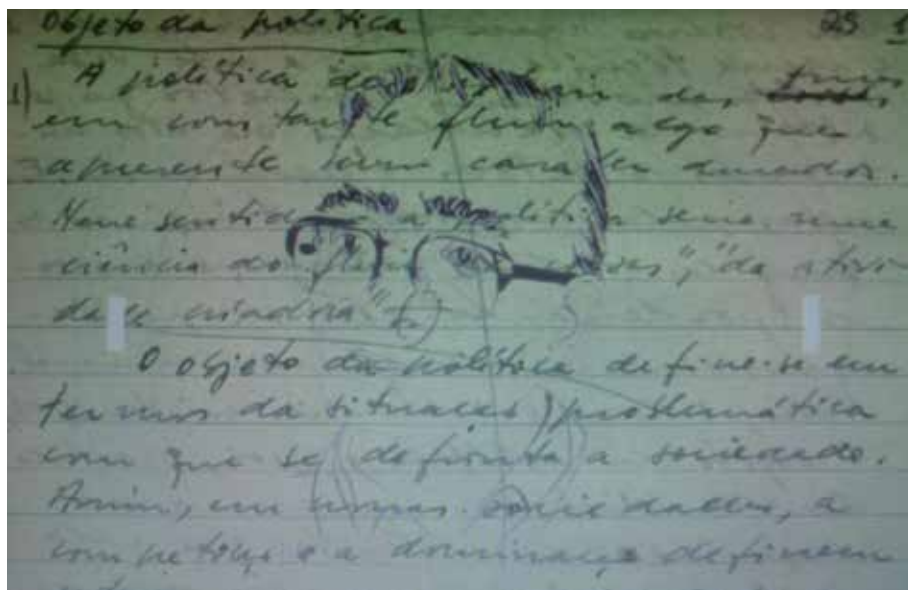
**Figura 09** – Exemplar do livro *Ideologia e Utopia*, de autoria de Karl Mannheim (edição brasileira publicada em 1950), pertencente à Biblioteca de Florestan Fernandes (pode-se notar uma referência , na página da esquerda, à outra edição publicada no Brasil, em 1972, pela Zahar Editores)

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

**Figura 10** – Exemplar do livro *Ideologia y Utopia*, de autoria de Karl Mannheim (edição em espanhol publicada em 1941) pertencente à Biblioteca de Florestan Fernandes (pode-se notar as anotações de marginalia feitas por Florestan nesta edição, o que não ocorreu com a edição em língua portuguesa, apresentada na Figura 09)

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

**Figura 11** – Fichamento manuscrito, feito por Florestan Fernandes, da obra *Ideologia y Utopia*, de autoria de Karl Mannheim (é possível observar a marca d'água do *Fundo Florestan Fernandes*, presente em todos os documentos digitalizados)

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

Em 2009 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu o Fundo Florestan Fernandes como patrimônio da *Memória do Mundo*, identificando o arquivo como um dos conjuntos documentais relevantes para a humanidade. Desta forma, a UNESCO criou e disponibilizou em 2015 uma logomarca do Fundo Florestan Fernandes. A logomarca autentica a nominação e importância do Fundo:

**Figura 11** – Logomarca criada pela UNESCO para o *Fundo Florestan Fernandes*

**Fonte:** UNESCO, pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

## O Museu Florestan Fernandes

Juntamente com a transferência da biblioteca particular de Florestan Fernandes vieram também diversos objetos pessoais do sociólogo doados pela família para a BCo. Deste modo, a partir da referida coleção de objetos, configurou-se o *Museu Florestan Fernandes*, instalado junto à Biblioteca Florestan Fernandes. No ano de 2008 foi realizado o inventário e a catalogação dos objetos que compõe o Museu. Ao todo são 79 objetos que se somam aos outros 54 objetos que pertencem ao Fundo Florestan Fernandes.

Dentre os objetos do Museu alguns se destacam, como acontece, por exemplo, com o arquivo em madeira onde Florestan armazenava as fichas manuscritas de todas as suas pesquisas:

**Figura 12** – Arquivo de madeira utilizado por Florestan Fernandes para armazenar os seus fichamentos manuscritos

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

No Museu encontra-se também a beca utilizada por Florestan para receber o prêmio Honoris Causa na Universidade de Coimbra:

**Figura 13** – Beca pertencente ao Museu Florestan Fernandes

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

Outro objeto interessante é um quadro com o retrato de Florestan feito por Bernardino de Souza Pereira, pintor brasileiro premiado pelo Salão Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. O quadro foi pintado no verão de 1965 em uma casa de veraneio no município de Itanhaém (na Baixada Santista, do estado de São Paulo):

**Figura 14** – Fotografia de Florestan Fernandes, com o pintor Bernardino de Souza Pereira, ao lado do retrato que este fizera de Florestan

**Fonte:** Imagem pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

Além dos objetos já citados anteriormente também compõem o *Museu Florestan Fernandes*: peças como a máquina de datilografar, cadeiras, óculos, placas de homenagem, esculturas e adornos indígenas, porta-retratos, tinteiro de prata, dentre outros.

**Figura 15** – Fotografia do Museu Florestan Fernandes

**Fonte:** Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar)

Os objetos do Museu foram classificados seguindo o mesmo arranjo de classificação utilizado para o *Fundo Florestan Fernandes*. Ao todo foram inseridas 35 peças na série *Vida Acadêmica* (VA), 19 peças na série *Vida Pessoal* (VP), 11 peças na série *Produção Intelectual* (PI), 3 peças na série *Vida Política* (VP) e 3 peças na série *Homenagens Póstumas* (HP).

## Algumas imagens da vida e da trajetória acadêmica de Florestan Fernandes

Apresentamos a seguir algumas imagens, sobre a vida e a trajetória acadêmica de Florestan Fernandes, que fazem parte do *Fundo Florestan Fernandes* presente no DeCORE (BCo-UFSCar).

**Figura 16** – Fotografia de Florestan Fernandes aos cinco anos de idade

**Fonte:** Imagem pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

**Figura 17** – Fotografia de Florestan Fernandes com os colegas do *curso Madureza*, no final da década de 1930

**Fonte:** Imagem pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

**Figura 18** – Fotografia da Banca Examinadora da Tese de Doutoramento de Fernando Henrique Cardoso (que fora orientado por Florestan Fernandes) em 1961. Da esquerda para a Direita: Lourival Gomes Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes (presidente da banca) e Thales de Azevedo (Loudelino de Medeiros encontra-se à direita de Thales de Azevedo, mas não foi enquadrado na fotografia)

**Fonte:** Imagem pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

**Figura 19** – Fotografia de Florestan Fernandes manifestando apoio à mobilização popular em frente ao Congresso Nacional, durante seu primeiro mandato de deputado federal, em 1989. Ao ouvir que ele se aparentava a um "burguês", Florestan jogou a gravata para o povo. Imagem registrada por Carlos Roberto Meira Menandro

**Fonte:** Imagem pertencente ao DeCORE (BCo-UFSCar)

## Referências Bibliográficas

CÓSCIA, Vera Lúcia. *Análise de fotografias: Florestan Fernandes no tempo da ditadura militar*. Dissertação, Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RAMALHO, Claudia de Moraes Barros. *Florestan Fernandes: seus objetos pessoais que integram a Coleção Especial da Biblioteca Comunitária da UFSCar*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

DeCORE – Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).